

ELIANA DE OLIVEIRA MARQUES

**DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O
PRONAF EM TOCANTINS-MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2009

ELIANA DE OLIVEIRA MARQUES

**DESAFIOS DA IMPLNTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O
PRONAF EM TOCANTINS-MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 31 de julho de 2009.

Prof.^a Fernanda Henrique Cupertino
Alcântara
(Co-Orientadora)

Prof.^a France Maria Gontijo Coelho
(Co-Orientadora)

Prof. Franklin Daniel Rothman

Prof.^a Vera Lúcia Travençolo Muniz

Prof. Marcelo Miná Dias
(Orientador)

*Ninguém liberta ninguém;
Ninguém se liberta sozinho;
Os homens se libertam em comunhão”.*

Paulo Freire

*A Joaquim de Oliveira Marques,
Dedico.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, responsável pela nossa existência.

À Universidade Federal de Viçosa, ao Departamento de Economia Rural, especialmente ao Programa de Pós Graduação em Extensão Rural.

Ao meu orientador Prof. Marcelo Miná Dias pela paciência, pelas contribuições e pela amizade.

À Prof^a. Ana Louise e à Margarete pela participação na banca de defesa do projeto.

À Prof^a. France Maria Gontijo e Prof^a. Nora Beatriz Presno Amodeo pelas contribuições como Co-Orientadoras deste trabalho.

Aos Professores Franklin Daniel Rothman, Vera Lúcia Travençolo Muniz e Fernanda Henrique Cupertino Alcântara pelas valiosas contribuições.

A todos os funcionários do Departamento de Economia Rural, pela presteza e pelo acolhimento.

A todos os amigos da turma do ano de 2007 pela convivência amistosa e sincera, especialmente a Janailton Coutinho, Reinaldo Marcos Scaramelo, Cristiana Barbosa, Simone Battestin e Michelli Cabral pelo intenso aprendizado e pelo apoio nas horas mais críticas; ao Willian pela amizade verdadeira, serenidade e tranquilidade nas parcerias; Ícaro e Rafael Junio pelos momentos de descontração e pela amizade sincera.

À minha mãe Dona Juraci, às irmãs Luci e Luciana, ao Cristiano e ao Marcelo e aos sobrinhos Gustavo, Gisele e Lívia.

Às amigas Dilma Lúcia Lopes de Lima e Juliana Margarida de Jesus Lopes pelo companheirismo, pela amizade e pela motivação diária em nosso árduo trabalho como profissionais da rede estadual de ensino do Estado de Minas Gerais.

À amiga Isabella Fonseca, amiga e companheira de república.

A André Luis Soares, pela presença como médico e amigo em todos os momentos, especialmente, naqueles mais sombrios.

Aos novos amigos e companheiros da Escola Estadual Dr. Levindo Coelho;

Aos agricultores familiares do município de Tocantins que gentilmente participaram deste trabalho: Afrânio Meireles Senra; Aloísio Mendes Peixoto; Antônio Maurício Pereira; Antônio Ribeiro Mariano; Célio Ferreira Batista; Claudomiro Pires de Camargo; Cleber Rocha; Daniel Dias de Carvalho; Darci Marcelo Rodrigues da Costa; Edigar Marcos; Elias de Oliveira; Feliciano Soares Pereira; Flantor Pires da Luz; Francisco Tadeu de Oliveira; Geneci Pires do Amaral; Geneci Soares Beraldo; Ideir Soares Souza Lima; Jair Costa Meireles; João Batista Marques; João Célio Teixeira;

João de Oliveira Braga; João Paulo Soares; Jones Mota Tavares; José Carlos de Oliveira Mendes; José Carlos de Sousa Peixoto; José de Oliveira Marques Filho; José do Carmo Cordelli; José Joaquim Martins de Oliveira; José Pinto Maciel; Lair Sebastião de Assis Meireles; Márcio Lucarelli Gropo;

Márcio Teixeira Pires; Marco Antônio Meireles Senra; Maria Perpétua Meireles Marques; Marina Gonçalves Gomes da Silva; Nélio Meireles Cancela; Renato de Oliveira Marques; Rossir Pires Lima;

Sebastião Bordalo; Vicente de Paulo Ferreira e Wilson Cléver de Oliveira.

Aos representantes das instituições correlatas ao Pronaf no município de Tocantins pela concessão das entrevistas.

Enfim... Agradeço sinceramente a todos e a todas que colaboraram para a concretização deste trabalho.

BIOGRAFIA

Eliana de Oliveira Marques filha de Joaquim de Oliveira Marques e Juraci de Oliveira Marques nasceu em Ubá, Minas Gerais, em 15 de março de 1977. Viveu a infância e a adolescência no município de Tocantins-MG, localizado na microrregião de Ubá-MG.

Cursou parte do ensino fundamental na Escola Estadual Dr. João Pinheiro, localizada na comunidade de Santa Isabel. Posteriormente, transferiu-se para a cidade de Tocantins onde cursou até o sétimo ano do Ensino Fundamental. Em Rio Pomba, na Escola Estadual Professor José Borges de Moraes cursou o oitavo ano do Ensino Fundamental. Em 2002, concluiu o Ensino Médio na Escola Estadual Professor José Carneiro de Castro, em Ubá-MG.

Em maio de 2002, ingressou no curso de Geografia, na Universidade Federal de Viçosa (UFV), onde concluiu a Licenciatura em 2006 e o Bacharelado em 2007.

A partir de maio de 2004 inicia seus trabalhos como professora da rede particular de ensino no município de São Geraldo-MG.

Aprovada no concurso da Educação do Estado de Minas Gerais, em 2005 realizou exames de suficiência nas disciplinas obrigatórias para concluir a Licenciatura e tomar posse no cargo. O exercício teve início em fevereiro de 2006 também no município de São Geraldo, perdurando até junho de 2009 quando, a pedido teve a lotação transferida para o município de Ubá, para a Escola Estadual Dr. Levindo Coelho.

Em 2007 iniciou o curso de Mestrado em Extensão Rural na Universidade Federal de Viçosa, sob orientação do Professor Marcelo Miná Dias.

Em agosto de 2009, submeteu-se ao exame final de defesa de dissertação para obtenção do título de *Magister Scientiae* em Extensão Rural na Universidade Federal de Viçosa.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	ix
LISTA DE TABELAS	x
RESUMO	xi
ABSTRACT	xiii
INTRODUÇÃO	1
1. AGRICULTURA FAMILIAR EM CONTEXTOS DE NOVAS RURALIDADES	13
1.1. Caminhos e descaminhos na construção do conceito de agricultura familiar	13
1.2. Considerações acerca do espaço rural	19
1.3. Novas ruralidades: do urbano e do rural à urbanização das áreas rurais	24
2. UMA POLÍTICA PÚBLICA ESPECÍFICA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: O PRONAF	31
2.1. A emergência de políticas públicas para a Agricultura Familiar	31
2.2. Pronaf: um programa de política pública específico para a agricultura familiar .	42
2.3. Pronaf: operacionalização, público-alvo e novas modalidades de crédito para a safra 2008/2009	45
3. O MUNICÍPIO DE TOCANTINS-MG: HISTÓRIA, OCUPAÇÃO DO ESPAÇO E DADOS ATUAIS	51
3.1. História e ocupação do espaço em Tocantins-MG	51
3.2. Aspectos econômicos e sociais	52
4. PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE TOCANTINS-MG	58
4.1. Políticas direcionadas ao meio rural Tocantinense	60
4.2. Atores Sociais Envolvidos na operacionalização do Pronaf em Tocantins-MG .	66
4.3. Caracterização do Pronaf em Tocantins-MG	68
5. O PRONAF EM TOCANTINS-MG: UMA AVALIAÇÃO A PARTIR DOS DADOS DE CAMPO	72
5.1. O Pronaf visto “do lado de cá”	74
5.2. Beneficiários do Pronaf: área das propriedades e situação em relação à terra	79
5.3. Tipo de mão-de-obra utilizada e número de famílias residentes nas propriedades visitadas	83

5.4. Modalidades de crédito do Pronaf acessadas pelos agricultores entrevistados ...	87
5.5. Valor dos contratos, prazos de renovação dificuldades enfrentadas para se tornar beneficiário do Pronaf	90
5.6. Atividades custeadas pelos recursos do Pronaf e a prática de atividades não-agrícolas como estratégia de permanência no espaço rural	93
6. INTERPRETANDO O PRONAF	99
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	110

LISTA DE ABREVIATURAS

ASPRUT: Associação dos Produtores Rurais de Tocantins
BIRD: Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEBs: Comunidades Eclesiais de Base
CMN: Conselho Monetário Nacional
CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPF: Cadastro de Pessoa Física
DAP: Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATER: Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.
FAGOC: Faculdade Governador Ozanan Coelho
FAO: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FETAEMG: Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais
FPM: Fundo de Participação do Município
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
PIB: Produto Interno Bruto.
PLANAF: Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
PMDRS: Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.
PROCERA: Programa de Crédito Especial de Reforma Agrária
PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
PROUNI: Programa Universidade Para Todos
RG: Registro Geral
STR: Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UFV: Universidade Federal de Viçosa
UNIPAC: Universidade Presidente Antônio Carlos
VBP: Valor Bruto da Produção

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Grupos e linhas do Pronaf, Público-alvo, modalidade e finalidade e crédito (adaptada)	31
TABELA 2. Novas modalidades de crédito para a safra 2008/2009	49
TABELA 3. Explorações agropecuárias do município de Tocantins-MG	53
TABELA 4. Explorações agropecuárias do município de Tocantins-MG	54
TABELA 5. Agroindústria familiar do município de Tocantins-MG	55
TABELA 6. População residente no município de Tocantins- MG, nos anos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2007	55
TABELA 7. Distribuição das propriedades rurais do município de Tocantins-MG por número e área	56
TABELA 8. Tocantins: modalidade, enquadramento, número de contratos e montante do crédito rural do Pronaf por ano agrícola de 1999/2000 a 2006/2007	70

RESUMO

MARQUES, Eliana de Oliveira, M. Sc. Universidade Federal de Viçosa, julho de 2009.
Desafios da implantação de políticas públicas: o Pronaf em Tocantins-MG.
Orientador: Marcelo Miná Dias, Co-Orientadoras: France Maria Gontijo e Nora Beatriz Presno Amodeo.

A agricultura familiar apresenta grande importância social e econômica para o Brasil. A materialização dessa importância veio com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), um programa de política pública criado em 1996 e destinado a financiar a produção nos estabelecimentos agropecuários, a infra-estrutura e serviços municipais, a capacitar e profissionalizar agricultores familiares e possibilitar serviços de extensão rural para esse segmento da agricultura brasileira. O recorte empírico deste trabalho teve como referência agricultores familiares do município de Tocantins-MG, cujas trajetórias junto ao Pronaf são representativas da incidência do Pronaf. Os resultados desta pesquisa demonstram que o programa é um importante mecanismo de apoio à agricultura familiar, reconhecido pelos gestores públicos locais e pelos próprios agricultores familiares. No entanto, os dados indicam que ainda persistem alguns problemas que dificultam o acesso dos agricultores menos capitalizados aos recursos deste programa de crédito. Entre estes, destacam-se a falta de integração dos atores sociais que operacionalizam localmente o Pronaf; as deficiências na divulgação do programa no município estudado, principalmente no que diz respeito às suas regras e condições de contratação; a insegurança dos agricultores para assumir dívidas junto ao Banco do Brasil, gestor financeiro do programa; o exagero deste banco, em sua agência local, nas exigências de garantias, dificultando as operações de renovação e ampliação do número de contratos; e o caráter seletivo do programa que decorre da confluência dos fatores anteriormente enumerados e que faz com sejam os agricultores que têm o título de propriedade da terra aqueles que acessam prioritariamente o programa. Ao mesmo tempo em que destacamos a importância do Pronaf, consideramos, a partir dos resultados do estudo empreendido, que a participação e o acesso aos recursos creditícios do Pronaf no município de Tocantins não tem atendido às demandas reais dos agricultores familiares ao manter em suas bases uma lógica que privilegia os segmentos mais capitalizados e ainda dificulta a inclusão dos agricultores menos capitalizados. Concor-

damos com diversos autores que demonstram a necessidade de realizar ajustes neste programa, inclusive aqueles relacionados à forma de distribuição dos recursos, de modo a inserir o agricultor familiar nos potenciais mercados, de forma coletiva e com menores exigências e garantias. De uma forma geral, consideramos que a operacionalização do programa ocorre por meio de ações desarticuladas e são insuficientes e incapazes de gerar mudanças efetivas na situação socioeconômica do no público beneficiário, fazendo com que o programa não atinja os seus objetivos plenos.

ABSTRACT

MARQUES, Eliana de Oliveira, M. Sc. Universidade Federal de Viçosa, july of 2009.
Challenges of implementation of public policies: the Pronaf in Tocantins-MG.
Adviser: Marcelo Miná Dias, Co-Advisers: France Maria Gontijo and Nora Beatriz Presno Amodeo.

Family farming has social and economic importance to Brazil. This importance had been institutionalized by the Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a program of public policy created in 1996 to finance the production in agricultural establishments, infrastructure and municipal services, to enable and professionalization of family farmers and enable extension services to this segment of Brazilian agriculture. The empirical focus of this work took into consideration family farmers in the municipality of Tocantins-MG, whose trajectories along the Pronaf are representative of the incidence of the program. Our results show that the program is an important mechanism to support family farming, recognized by public administrators and local farmers themselves. However, the data indicate that there are still some problems that make it difficult for farmers less capitalized to access credit. Among these, we highlight the lack of integration of social actors who operate it locally; deficiencies in the disclosure program in the city studied, especially with regard to its rules and contract conditions; the insecurity of farmers to take on debts by the Banco do Brasil, financial manager of the program; the exaggeration of this bank, in your local branch, with warranty requirements, hindering the operations of renovation and expansion of the number of contracts; and the selective nature of the program created by the confluence of the factors listed above. This results a selective access to credit, generation benefit to land owners who are more capitalized. At the same time we highlight the importance of Pronaf, we believe, based on the results of the study undertaken, the participation and access to credit resources PRONAF has not met the real demands of family farmers in Tocantins-MG. Agreeing with other authors we show that the program need adjustments, including those related to the distribution of resources in order to introduce the family farmers on potential markets, collectively and with fewer requirements and guarantees. In general, we believe that the operation of the program occurs through actions and are disjointed and fail to produce effective changes in the socioeconomic situation of the target population, making the program does not achieve its full objectives.

INTRODUÇÃO

No decorrer do processo de modernização da agricultura brasileira, as políticas públicas para a área rural, em especial a política agrícola, privilegiaram os setores considerados economicamente “mais dinâmicos” da agropecuária, assim como a produção voltada ao mercado externo. Enquanto que para o setor da chamada “produção familiar”, o resultado dessas políticas foi praticamente insignificante, por vezes negativo, uma vez que grande parte desse segmento permaneceu à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, sobretudo aqueles relativos ao crédito rural, aos preços mínimos e ao seguro da produção. Mattei (2006) afirmou que, de um modo geral:

[...] se pode dizer que até o início da década de 1990 não existia nenhuma política pública especial, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades específicas do segmento social de agricultores familiares, o qual era, inclusive, caracterizado de modo meramente instrumental e bastante impreciso no âmbito da burocracia estatal brasileira (MATTEI, 2006, p.2).

Com a Constituição Federal de 1988 estabeleceu-se um novo reordenamento do Estado brasileiro, primando pela descentralização e introdução de novos mecanismos de gestão social das políticas públicas. Com isso, buscava-se, em relação às políticas de desenvolvimento rural, democratizar o acesso dos agricultores aos recursos públicos. Sobre esse assunto, Mattei (2006) afirmou que esse movimento conduziu a um aumento dos conselhos gestores, tanto de políticas setoriais como das políticas gerais de desenvolvimento nos âmbitos federal, estaduais e municipais.

Este cenário de transformações do Estado brasileiro permitiu a gestação e o nascimento daquele que seria o primeiro programa de política pública voltado para os agricultores familiares, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). No entanto, cabe ressaltar que o surgimento deste programa está ligado a uma série de reivindicações dos agricultores familiares e de seus representantes, que colocavam a necessidade da formulação e implementação de políticas de desenvolvimento rural específicas para este segmento da agricultura brasileira. Assim, a década de 1990 pode ser considerada um marco nas mudanças dos rumos das políticas de desenvolvimento rural porque pela primeira vez a “agricultura de base familiar” foi inserida nos moldes de um programa de crédito elaborado especificamente para esse público.

Outro aspecto relevante neste contexto refere-se aos estudos realizados conjuntamente pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (FAO/INCRA) que definiram com maior precisão conceitual a *agricultura familiar*. Até então, estas unidades de trabalho e de vida rural recebiam diversas denominações como “pequena produção”, “produção de baixa renda”, “de subsistência”, “agricultura não comercial”, entre outras. Essas denominações, segundo Abramovay e Piketty (2005) evidenciavam o tratamento dado à agricultura familiar e o seu destino presumível:

“(…) era considerado importante socialmente, mas de importância econômica marginal e seu futuro já estava selado pelo próprio desenvolvimento capitalista, que acabaria fatalmente por suprimir tais reminiscências do passado” (ABRAMOVAY; PIKETTY, 2005, p. 57).

Entretanto, os mesmos autores apresentaram argumentos que desvencilham a imagem caricatural atribuída a esse segmento da agricultura brasileira. Sob o ângulo científico, estudos realizados a partir da década de 1970 já demonstravam que a agricultura dos países mais desenvolvidos não se apoiava no binômio característico do passado colonial de muitos países, inclusive do Brasil, qual seja, a existência de grandes extensões das propriedades rurais e predomínio de mão-de-obra assalariada. Ao contrário, o Japão, os Estados Unidos, a Europa Ocidental, o Canadá são exemplos de países que procuram demonstrar que o crescimento agrícola encontrou um ambiente favorável e promissor nas unidades familiares de produção. Nestes países, advertem Abramovay e Piketty (2005) que a mão-de-obra assalariada destaca-se em áreas que são procuradas por imigrantes clandestinos como o Sul da Europa e o Oeste dos Estados Unidos.

O Estado brasileiro percebendo a importância da agricultura familiar e atendendo às pressões, inicia um processo de inserção deste segmento nas iniciativas governamentais. Diante deste cenário, a criação do Pronaf é considerada uma resposta governamental à situação de abandono pela qual a agricultura familiar vivenciou na história brasileira. Embora um pouco recente, o Pronaf se transformou em uma opção real para diversos segmentos da agricultura familiar brasileira que nunca tiveram seus interesses e necessidades reconhecidas por nenhum outro programa de política pública.

De acordo com Schappo (2003), desde as primeiras intervenções estatais na agricultura brasileira, pode-se afirmar que estas pautaram pela priorização de um público alvo mais capitalizado e também pela confiança nos incentivos de mercado para se conseguir expansão e modernização da agricultura. A ênfase dada a estes incentivos reflete

a opção por um modelo de política econômica que visava resultados rápidos, sem necessariamente se investir no fator humano e na distribuição de terra, entre outros. Neste sentido, essas intervenções colaboraram para a permanência de milhares de agricultores menos capitalizados excluídos do processo de desenvolvimento rural tradicional, pois, os mesmos não responderiam satisfatoriamente, de acordo com a visão dos gestores públicos responsáveis por tais intervenções.

Como formularam Schneider *et al* (2004), o surgimento do Pronaf representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma “nova” categoria social – os agricultores familiares – que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda, ou agricultura de subsistência. O Pronaf surgiu, em 1996, como um programa de política pública do governo federal resultante de um conjunto de pressões sociais, elaborações acadêmicas, apoio e influência de agências internacionais de cooperação ao desenvolvimento e das próprias transformações no rural brasileiro intensificadas especialmente durante a década de 1990. Seu objetivo é apoiar o desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar, tendo como fundamento o fortalecimento das condições técnicas e econômicas de inserção da agricultura familiar em processos de desenvolvimento local.

Operacionalmente, o Pronaf apresenta quatro linhas de atuação, a saber: (a) financiamento da produção; (b) financiamento de infra-estrutura e serviços municipais; (c) capacitação e profissionalização dos agricultores familiares; (d) financiamento da pesquisa e extensão rural. Neste trabalho nos interessa diretamente a linha de atuação financiamento da produção, em suas modalidades custeio e investimento que são aquelas acessadas pelos agricultores familiares do município de Tocantins-MG o qual nos propomos a estudar.

No entendimento de Batistela (2000), a proposição da política do Pronaf representou um fato notável para o perfil histórico do desenvolvimento rural brasileiro e para as condições da inserção do segmento agrícola familiar no processo de desenvolvimento rural. Nota-se, nesse aspecto, que, historicamente, predominou uma franca divergência entre agricultura familiar e as vias tradicionais de promoção do desenvolvimento rural, sempre, relacionada à agricultura patronal, monocultora e voltada a mercados externos.

O presente trabalho delinea-se para elaborar uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) a partir da descrição e da análise da trajetória de agricultores familiares que contrataram recursos do programa no município

de Tocantins-MG, abrangendo o período que vai de 1999 a 2007. Este objetivo geral se desdobrou e foi complementado pelos seguintes objetivos específicos: (a) analisar como o Pronaf está sendo operacionalizado no município de Tocantins-MG; e (b) analisar quais ajustes ainda necessita ser feitos para que o programa possa cumprir os propósitos e diretrizes elaborados por seus idealizadores.

O interesse por este tema de pesquisa surgiu por volta do ano de 2002, a partir da vivência junto a agricultores familiares no município de Tocantins-MG. Nesse contexto, os agricultores familiares demonstravam receio de contrair dívidas e dificuldades em atender as exigências junto ao banco. No entanto, o Programa foi passando por uma série de reformulações e, entre estas, ampliando o volume de recursos e o público beneficiário desta política.

O município escolhido neste trabalho para análise da implantação e operacionalização do Pronaf foi Tocantins, localizado na microrregião de Ubá, no estado de Minas Gerais. O município conta com grande número de propriedades de até 100 ha, módulo fiscal¹ máximo exigido para obtenção do crédito do Pronaf. Considerando a área exigida para que o agricultor seja beneficiário do Pronaf, cerca de 84,4% dos estabelecimentos são potenciais beneficiários deste programa. De uma forma geral, as pequenas propriedades correspondem à maioria dos estabelecimentos rurais no município de Tocantins. No período compreendido entre os anos agrícolas de 1999/2000 e de 2006/2007, foram realizados 1218 contratos do Pronaf no município, somando R\$ 4.051.980,25. Como veremos adiante, os dados nos permitem afirmar que os agricultores mais capitalizados são aqueles que tiveram acesso a maior parte dos recursos, dada a grande presença de contratos no Grupo D². Diante desta constatação, alguns questionamentos passaram a nortear este trabalho: (a) por que esses e não outros agricultores fizeram empréstimo pelo Pronaf?; (b) o que leva determinado agricultor familiar a contratar recursos do Pronaf? (c) há trajetórias de vida semelhantes entre os agricultores familiares que contratam recursos do Pronaf?; (e) Como eles avaliam suas inserções no Pronaf?

¹ Módulo fiscal corresponde ao módulo rural médio do município. A dimensão do módulo fiscal é variável segundo a região ou área do território brasileiro (varia entre cinco e 110 ha), pois depende da ocupação histórica e das características das atividades agropecuárias, em que se incluem a potencialidade dos solos e as características climáticas.

² Neste grupo eram enquadrados os agricultores familiares com renda bruta anual acima de R\$ 18.000,00 e até R\$ 50.000,00.

Este trabalho baseou-se em uma pesquisa de campo que tinha em vista identificar as condições de implantação do Pronaf a partir da análise da trajetória de agricultores familiares que contrataram recursos do programa. Além disso, ao identificar e compreender as motivações dos agricultores familiares que contratam recursos do programa, este trabalho pretendeu compreender as inter-relações estabelecidas entre essas motivações e os arranjos institucionais constituídos para operacionalizar o programa no município de Tocantins-MG.

O estudo ainda buscou evidenciar, problematizar e analisar as relações constituídas entre os agricultores e as instituições que implementam localmente o programa, pontuando criticamente, possíveis avanços e gargalos no funcionamento deste programa no município, especialmente no que diz respeito à proposta de promoção do desenvolvimento rural pautado na agricultura familiar.

Para isso, ao se analisar a relação entre as instituições correlatas à operacionalização do Pronaf no município, as formas de intervenção das mesmas nas questões relacionadas ao Pronaf pretendeu-se sistematizar como os agricultores beneficiários viam essa política de crédito. Para a elaboração deste estudo, a obra do professor Lauro Mattei (2006)³ foi uma referência importante, pois seu trabalho reúne uma síntese de diversas publicações versando sobre análise, avaliação, estudos de caso, entre outros, realizados nos primeiros dez anos de existência do Pronaf.

O trabalho de campo constituiu-se em entrevistas com os atores sociais envolvidos na operacionalização do Pronaf no âmbito do município de Tocantins-MG, a saber: o presidente da Associação dos Produtores Rurais de Tocantins (ASPRUT)⁴; a representante da agência local do Banco do Brasil (uma das funcionárias responsáveis pelo atendimento aos pronafistas); o extensionista da Emater; um dos vereadores e conselheiro do CMDRS; e a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR).

Tais entrevistas foram realizadas em duas etapas. Primeiramente abordaram-se questões acerca da importância do meio rural para o município, das políticas voltadas para o meio rural tocantinense, da importância da agricultura na composição da economia municipal e sobre a participação da instituição que representa o entrevistado em

³ MATTEI, Lauro. **Pronaf 10 anos**: mapa da produção acadêmica. Brasília: MDA, 2006. 202 p.

⁴ Além da função de presidente da ASPRUT, este entrevistado desempenha as funções de presidente do Sindicato dos Produtores Rurais e presidente do CMDRS. Também é um dos beneficiários do Pronaf entrevistados.

relação à operacionalização do Pronaf no município. Em um segundo momento procurou-se abordar questões específicas de cada instituição em relação à operacionalização do Pronaf no município.

Posteriormente foram entrevistados 42 agricultores beneficiários do Pronaf. A abordagem dos primeiros beneficiários entrevistados se deu na comunidade Beija-Flor, marco inicial dessa pesquisa. A escolha desta comunidade para iniciar o trabalho de campo justifica-se pela concentração de moradores e de “pronafistas” nessa localidade. Com isso imaginou-se que um entrevistado poderia indicar outro, facilitando assim, a identificação dos beneficiários na comunidade. Posteriormente, foram realizadas entrevistas nas comunidades de Santa Isabel, Mendes, Pindaíba, Pires, Ubeba e Santo Antônio. Com essa distribuição espacial buscou-se maior representatividade do universo total de beneficiários do Pronaf no município, estimado em 180 beneficiários, no período em que essa pesquisa foi realizada. O encerramento das entrevistas em cada comunidade rural se deu no momento que as respostas às indagações começaram a se repetir com frequência. Diante disso, optou-se por considerar 42 entrevistas suficientes para embasar empiricamente o presente trabalho.

As entrevistas seguiram um roteiro previamente elaborado. No entanto, os diálogos não se prenderam exclusivamente ao roteiro e, oportunamente, outros aspectos relevantes, mencionados pelos entrevistados, foram incluídos no conteúdo de cada entrevista. Os roteiros citados constam no Anexo 1.

Após a transcrição das entrevistas procedeu-se a análise e a discussão dos dados obtidos junto aos entrevistados. A síntese de alguns dos dados coletados no campo e em documentos oficiais encontra-se em forma de tabelas apresentadas no Anexo 2.

A proposição que norteia este trabalho é a de que o Pronaf atende às demandas dos agricultores familiares mais capitalizados por duas razões: por um lado, esses agricultores constroem relações mais próximas com os mediadores institucionais do programa e, por outro lado, esses agricultores possuem qualificações e garantias que potencializam a obtenção de melhores resultados. Assim, a hipótese é que o programa é seletivo e excludente.

Para um maior entendimento sobre as características centrais da agricultura familiar, recorrer-se-á a conceituação de “agricultor familiar” elaborada pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Assim, considera-se agricultor familiar e empreendedor

familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- i. Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- ii. Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- iii. Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- iv. Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

A designação oficial de agricultura familiar é oportuna e necessária para a operacionalização da política pública. O enquadramento “agricultura familiar” contribuiu para possibilitar a delimitação do público-alvo do programa, tornando-se requisito à sua implementação. Na diversidade de ocorrência real de agriculturas de base familiar é fundamental contrastarmos a designação oficial, e suas características, com aquelas observadas no cotidiano dos agricultores que são ou que se enquadram como “*famíliares*” e aderem ao Pronaf.

De acordo com Neves (2006), nos campos de estudos das Ciências Sociais e de construção de projetos agrônômicos, existentes no Brasil até o final do século passado, o termo agricultura familiar raramente se fez presente. As designações mais comuns eram pequeno produtor, pequeno proprietário e, por vezes, camponeses. No Brasil, o termo agricultura familiar foi assumido por alguns pesquisadores e pela representação política dos trabalhadores rurais para que se fizesse reconhecer, no campo político, a legitimidade de trabalhadores rurais, de assentados e agricultores parcelares em busca de melhores condições de reprodução socioeconômica, enquadramento profissional e acesso a crédito e assistência técnica. Dessa forma, a visibilidade e a importância do termo agricultura familiar corresponde à convergência de esforços de intelectuais, políticos e sindicalistas articulados indiretamente por ações coletivas coordenadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), mediante apoio de instituições internacionais como a FAO e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

No mesmo sentido, Schneider (2003) afirmou que a categoria agricultura familiar integrou diversos segmentos sociais que eram denominados “pequenos produtores rurais” e que foram trazidos – a partir de meados da década de 1980 e início dos anos 1990 – para a luz das políticas públicas graças à militância do sindicalismo rural. Este autor argumenta que:

Diante dos desafios que o sindicalismo rural enfrentava nesta época – impactos da abertura comercial, falta de crédito agrícola e queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação –, a incorporação e a afirmação da noção de agricultura familiar mostrou-se capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como, por exemplo, assentados, arrendatários, parceiros, integrados a agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou, simplesmente, de trabalhadores rurais. (SCHNEIDER, 2003, p.100).

A partir de então “*agricultura familiar*” passa a designar um amplo e diverso campo de tipos e formas de organização socioeconômica da produção agrícola de base familiar e suas interfaces com ambientes urbanos. Neves (2006) definiu agricultura familiar “como a forma de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas”.

Furtado e Furtado (2000), apresentam uma concepção de agricultura familiar que permite pensá-la para além da produção agrícola estrita. Para estes autores, a agricultura familiar:

[...] é considerada uma estratégia de organização social da produção no espaço rural que realiza o processo de produção por meio da força de trabalho da família, caracterizando um ambiente de unidade, interação e interdependência da família em relação à unidade de produção. Na agricultura familiar, não há especialização e divisão clássica, formal e hierárquica do trabalho entre atividade administrativa e executiva, predominando a participação solidária e corresponsável de todos os membros da família na organização e funcionamento do conjunto do sistema família-unidade de produção. Assim, prevalece a informalidade em planejamento, coordenação, direção e controle da produção e demais atividades, cujos objetivos são orientados, prioritariamente, para a reprodução das condições e da força de trabalho familiar. Desenha, pois, uma estratégia voltada para a segurança alimentar da família, buscando minimizar risco, aumentar a renda total da família, garantir o emprego da mão-de-obra familiar, investir na melhoria e ampliação das condições de trabalho e da produção.

A definição de agricultura familiar adotada pelo Pronaf é uma definição operacional, conforme destacou Wanderley (2007). Essa definição tem por objetivo recortar o universo dos agricultores que serão beneficiados por essa política. Tal definição resultou de negociações entre forças sociais, e movimentos sociais e representantes dos poderes públicos.

No Brasil, tendo por base os dados do Censo Agropecuário 1995/1996, INCRA/FAO⁵ cerca de 85,2% dos estabelecimentos agropecuários podem ser considera-

⁵ Esses estudos realizados no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO referem-se ao período de 1996 a 1999. O estudo inicial utilizou os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1985 - INCRA/FAO. Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico. Brasília, 1996. O trabalho iniciado em 1997 “é uma evolução e um aprofundamento da metodologia anteriormente elaborada”, e teve como base os dados do Censo Agropecuário 1995/1996.

dos *familiares*. Deste total 30% têm em média 10 ha e 39,8% têm menos de 5 ha. Dados desse relatório do INCRA/FAO (2000) indicam que a agricultura familiar é a principal geradora de postos de trabalho no campo, mesmo dispondo de apenas 30% da área total agricultável. Este segmento responde por cerca de 38,9% do Produto Interno Bruto (PIB) agrícola do país. Porém, tal importância econômica e social não desencadeou, até meados da década de 1990, ações do Estado brasileiro em apoio a este segmento por meio de políticas públicas. A agricultura familiar não era incluída nos programas de financiamentos do governo federal nem tampouco havia políticas específicas para este segmento. Neste contexto, Pronaf representou uma inovação institucional conforme afirmou Abramovay (1998).

De acordo com Magalhães e Dias (2003), “a motivação inicial para a criação do Pronaf foi dada pela dimensão que a agricultura familiar ocupa na economia brasileira e pela sua dificuldade na obtenção de crédito para produção” (MAGALHÃES; DIAS, 2003, p.3). Esses agricultores familiares foram definidos, de acordo com as especificações do programa, como aqueles que possuem até quatro módulos fiscais, têm até dois empregados permanentes e obtêm pelo menos 80% da renda familiar proveniente da sua atividade desenvolvida na propriedade.

O Pronaf, como programa de política pública de desenvolvimento rural, aproximou-se das reivindicações dos movimentos sociais, atendendo demandas dos setores menos capitalizados da agricultura brasileira. O desenho do programa, por meio da concessão de créditos e apoio técnico para os diversos segmentos de agricultores familiares, procura inseri-los em mercados por meio do estímulo à instalação de processos mercantis de produção agropecuária, tendo em vista que este segmento da agricultura permaneceu à margem do processo de desenvolvimento ocorrido a partir da década de 1950. O Pronaf destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias⁶ praticadas mediante emprego da força de trabalho do produtor rural e de sua família. Em suas linhas de ação, o Pronaf apóia o financiamento da produção agrícola da agricultura familiar, por meio do crédito rural, da instalação e melhoria de infra-estrutura e serviços nos municípios e da capacitação e profissionalização de agricultores familiares e técnicos.

⁶ Neste contexto, entende-se por atividades não-agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar. (Resolução nº 2.310, de 29/08/96. BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004).

Uma característica considerada inovadora no Pronaf diz respeito à evidência que tende a ser atribuída à dimensão social, realçando a forma de gestão participativa ou social como um de seus mecanismos operacionais. Carneiro (1997) afirma que a ênfase nos processos locais de desenvolvimento, através da descentralização das ações, apresenta-se como um aspecto amplamente referenciado nos documentos oficiais do governo relativos ao Programa.

De acordo com Mattei (2006), o Manual Operacional do Pronaf define como objetivo geral do programa propiciar condições para aumentar a capacidade produtiva, a geração de emprego e de renda, de tal forma a melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Para isso, foram definidos como objetivos específicos:

- a) Ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares;
- b) Viabilizar a infra-estrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares;
- c) Elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social;
- d) Estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos.

O público passível de tornar-se beneficiário do Pronaf deve apresentar as seguintes características: possuir 80% da renda familiar originária da atividade agropecuária; deter ou explorar estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais; explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário; utilizar mão-de-obra exclusivamente familiar, podendo manter até dois empregados permanentes; residir no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo. Tais características evitam ou pelos menos tentam evitar que agricultores mais capitalizados e que não preenchem todos os requisitos para se enquadrar como familiar se tornem beneficiários de um programa que foi criado e está sendo alterado gradativamente visando atender aqueles que não tinham as mesmas garantias a oferecer aos agentes financeiros do que os agricultores patronais. Contudo, antes da existência do Pronaf, os agricultores familiares tinham que disputar com estes os escassos recursos creditícios existentes.

De forma geral, o programa aglutina em suas diretrizes quatro instrumentos básicos: Oferta de faixas de crédito especiais, a taxas de juros preferenciais, e com menores exigências de garantias do que as que se encontram no mercado; Financiamento, a fundo perdido, de investimentos em infra-estrutura econômica de suporte aos pequenos

produtores; Oferta de assistência técnica aos beneficiários do programa; Oferta de oportunidades de capacitação profissional.

A modalidade do Crédito está voltada para o apoio financeiro aos agricultores familiares e compreende diversas faixas de crédito específicas abrangendo as modalidades de custeio e investimento. Enquanto que o Pronaf Infra-Estrutura e Serviços⁷ está voltado para a melhoria da rede de infra-estrutura dos municípios, através do financiamento de obras e serviços necessários ao fortalecimento da agricultura familiar. A modalidade pesquisa e extensão rural apóia as instituições de pesquisa e de assistência técnica aos agricultores familiares, bem como patrocina estudos científicos sobre esta modalidade de política pública. As atividades de capacitação e de profissionalização visam proporcionar novos conhecimentos aos agricultores familiares e às suas organizações sobre processos de produção e de gestão das propriedades.

Com exceção dos créditos de infra-estrutura, que são repassados a municípios selecionados e devem ser empregados na melhoria da infra-estrutura para os agricultores familiares, todos os demais recursos se destinam ao produtor (diretamente ou através de cooperativas) e para a assistência técnica.

Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 84% dos estabelecimentos agropecuários são familiares, o que se traduz em 80% do emprego, 40% do valor da produção agropecuária e um volume de alimentos superior a 50% do total produzido no País.

Diante do exposto pode-se indagar como e em que medida esse programa está sendo operacionalizado em espaço local como Tocantins-MG. Que ajustes ainda necessitam ser feitos para que possa cumprir realmente os propósitos e diretrizes elaborados por seus idealizadores? Como hipótese de trabalho tem-se que poderia estar havendo um paradoxo entre o previsto e o realizado, pois o programa estaria sendo excludente e seletivo.

O trabalho aqui apresentado está organizado em sete capítulos. Inicialmente, na sequência da introdução onde se contextualiza o tema pesquisado, objetivos, motivações para a realização da pesquisa e os caminhos percorridos para a realização do trabalho,

⁷ Para se enquadrar como beneficiário desta modalidade, Mattei (2006) afirmou que cada município selecionado precisa elaborar um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR), que é analisado e aprovado pelas instâncias deliberativas do programa que são, basicamente, os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs) e o Conselho Estadual do PRONAF.

tem-se um primeiro capítulo que aborda aspectos sobre a construção do conceito de *agricultura familiar* e considerações conceituais acerca do espaço rural.

Num segundo capítulo, inicia-se com uma discussão sobre o Pronaf enquanto política pública específica para a agricultura familiar, para concluir com dados sobre a definição do público-alvo e algumas modificações pelas quais o programa passou para atender seus beneficiários na safra 2008/2009.

O terceiro capítulo aborda características do município de Tocantins-MG como aspectos sociais, econômicos e demográficos. O quarto capítulo apresenta políticas direcionadas ao meio rural tocantinense, os atores sociais envolvidos na operacionalização do Pronaf no município, e caracteriza o programa no município. O quinto capítulo apresenta uma análise do Pronaf a partir dos dados de campo. O sexto capítulo traz uma interpretação do Pronaf, enfatizando alguns avanços e limitações identificados de maneira geral e também no município em estudo. Por fim, o sétimo capítulo apresenta as considerações finais e algumas recomendações na expectativa de que possam contribuir para apontar caminhos na operacionalização do programa no município.

CAPÍTULO 1 – AGRICULTURA FAMILIAR EM CONTEXTOS DE NOVAS RURALIDADES

1.1. Caminhos e descaminhos na construção do conceito de agricultura familiar

Mediante análises das diversas teorias da questão agrária, tanto as de vertente marxista quanto às de vertente liberal, Abramovay (1998c) afirmou que as unidades rurais de pequeno porte, elevado volume de produção e significativa produtividade existentes nos países capitalistas avançados descendem do campesinato tradicional, mas não têm a ver com ele. São entidades de natureza distinta que operam segundo outra racionalidade e que não surgiram de forma espontânea. Teriam sido criadas pelo Estado capitalista, por meio de políticas para reduzir os preços dos alimentos, a fim de liberar recursos do orçamento doméstico dos assalariados urbanos para a aquisição de produtos industriais.

Na Europa e nos Estados Unidos, as unidades familiares teriam se mostrado mais aptas do que as grandes propriedades para produzir alimentos e algumas matérias-primas a custos inferiores. Abramovay (1998c) afirmou que é sobre a base de unidades familiares de produção que se constituiu a prosperidade que caracteriza a produção de alimentos e fibras dos países mais desenvolvidos. Mesmo diante dessa constatação, este fato costuma despertar dúvida. Pois, quando se fala em produção familiar, geralmente a imagem que se faz presente é a de um empreendimento de dimensões reduzidas, com técnicas relativamente precárias e atrasadas. O que o autor considera como paradoxal é o caráter familiar da propriedade, da direção, da organização e da execução do trabalho nestes estabelecimentos e também, as razões pelas quais a agricultura capitalista contemporânea dos países centrais se desenvolveu neste quadro social.

Abramovay (1992) analisou o conceito teórico de *campesinato* teorizado por Alexander Chayanov e Jerzy Tepicht, contrapondo-o à visão negativa apresentada pelos marxistas (Lênin e Kautsky, principalmente) sobre a economia familiar do campo. Assim, a agricultura camponesa, nos argumentos de Abramovay passou a ser vista como uma necessidade social, sendo procurados seus elementos de definição no interior do próprio organismo agrícola familiar. Nesse contexto, o agricultor camponês foi definido

como um indivíduo que detinha os meios de produção, mas que explorava o seu próprio trabalho. Portanto, o produtor familiar não vivia basicamente da exploração do trabalho alheio e nem da venda de sua força de trabalho, possuindo características próprias que não se apoiavam apenas em suas diferenças com relação a outras categorias sociais. Tratava-se, portanto, de um setor que lutava por sua emancipação e valorização social. É importante também destacar a caracterização de Chayanov da agricultura camponesa como um sistema econômico que se desenvolve de modo contraditório aos princípios capitalistas de mercado. Esta é também a tese de Jerzy Tepicht, isto é, o capitalismo tem um efeito desagregador sobre o campesinato.

Nesta linha de argumentação, Sidersky (1991) afirmou que há uma série de limitações que o sistema econômico global impõe à unidade camponesa, que reduzem e limitam seu acesso aos meios de produção, inclusive interferindo na organização do processo produtivo. Isto faz com que o produtor camponês perca o controle total sobre a produção. De forma diferente, para Wolf (1976), o problema que persiste na vida do camponês consiste, em contrabalançar as exigências do mundo exterior em relação às necessidades que ele encontra no atendimento às necessidades de seus familiares.

Lamarche (1993) afirmou que essa definição contribui para diferenciar o processo de produção familiar do tipo camponês, baseando-se, sobretudo, nas noções de Mendras, Tepicht e Chayanov que identificaram a existência dessa diferença entre a situação do camponês e de outras formas de organização do trabalho e da produção no meio rural. Na percepção destes autores, a exploração camponesa pode ser definida a partir dos seguintes princípios:

- a) A produção é voltada para o consumo e os seus objetivos são de produção de valor de uso e não de troca;
- b) O trabalho é familiar e não há como mensurá-lo. Neste sentido, cria-se certa autonomia em relação ao conjunto da sociedade.

Dessa forma, Lamarche (1993) entendeu que, de acordo com estes autores, a exploração camponesa é também familiar, mas este primeiro tipo de estrutura produtiva tende a desaparecer. Neste sentido, o autor afirma que:

No que diz respeito à agricultura francesa, Mendras havia previsto, já em 1967, o fim dos camponeses. (...) Na verdade, a exploração camponesa hoje praticamente desapareceu do território francês, mas com certeza a exploração familiar não, e não se pode confundir as duas coisas (LAMARCHE, 1993, p. 15).

Este tipo de agricultor familiar – o camponês – tende a criar mecanismos de sobrevivência na medida em que mantém relações sócio-econômicas com os vários modos de produção que os cercam. Wanderley (1996) identificou no campesinato vínculos com a agricultura familiar, na medida em que reconhece que:

Agricultura camponesa vem a ser uma destas formas sociais. Trata-se, efetivamente de uma agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a relação acima indicada entre propriedade, trabalho e familiar, mas a agricultura camponesa tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito à forma de produzir, aos objetivos da atividade econômica e às experiências de sociabilidade (WANDERLEY, 1995, p.4).

Não obstante, o campesinato foi e ainda é predominante nas sociedades tradicionais, segundo Wanderley (1996). A autora utiliza a definição de Eric Wolf (1976), segundo a qual as sociedades camponesas são constituídas por aqueles segmentos da espécie humana que permaneceram a meio caminho entre a tribo primitiva e a sociedade industrial. Por sua vez, Mendras considera que este modelo da sociedade camponesa tradicional se encarnou sob formas diversas no ocidente europeu desde a Idade Média até fins do século XIX. Entretanto, não se deve estender esse modelo de campesinato para as diversas regiões do mundo, pois o mesmo não seria capaz de explicar todas as coletividades agrárias dominadas por uma sociedade mais abrangente. Além disso, de acordo com Mendras (1974), a sociedade européia passou por muitas transformações que atingem sobremaneira o campesinato, apontando para seu extermínio, porém este autor reconhece a permanência dessa categoria social.

Sensível a essa observação, Wanderley (1996) afirmou que nas sociedades modernas, proliferam as diversas formas de agricultura familiar não-camponesa. Estes produtores são agentes da agricultura moderna, integrando-se e subordinando-se à *sociedade englobante*, ao mesmo tempo em que, em decorrência do êxodo rural, tornam-se numericamente pouco expressivas nas sociedades locais. Na perspectiva de Jollivet (1974), dentro das sociedades modernas, a agricultura camponesa se reproduz como pequena produção mercantil, que delineia um duplo processo de conservação-dissolução. Esta permanência, segundo a autora, acaba sendo útil à reprodução capitalista uma vez que obriga o pequeno produtor mercantil a produzir tornando-se, assim, um meio para a exploração capitalista do trabalho social agrícola.

Na concepção de Wanderley (1996), do ponto de vista do agricultor, nas condições modernas de produção, suas estratégias de reprodução se baseiam na valorização

dos recursos de que dispõem internamente nos grupos familiares e que se destinam a assegurar a família não só no presente, mas também no futuro. De certa forma, afirmou a autora, os agricultores familiares modernos encaram os novos desafios com as armas que possuem e que aprendem a usar ao longo do tempo. Wanderley (*Op. Cit.*) destacou ainda que o modelo original do campesinato brasileiro reflete as particularidades dos processos sociais mais gerais, da história da agricultura brasileira, especialmente: o seu quadro colonial em que perpetuou como uma herança, após a independência nacional; a dominação econômica, social e política da grande propriedade; a marca da escravidão e a existência de uma enorme fronteira de terras livres ou passíveis de ocupação e posse. A hipótese geral apresentada pela autora enfatiza que a grande propriedade, dominante em toda a história do Brasil, se impôs como um modelo socialmente reconhecido que teve estímulos, foi modernizada por meio de políticas públicas e assegurou sua reprodução. Na concepção da autora, a agricultura familiar teve papel secundário e subalterno, muito diferente do campesinato de outros países. Quando comparado ao de outros países, o campesinato brasileiro foi impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção.

Assim, a história do campesinato brasileiro pode ser definida como registro das lutas para obter um espaço próprio na economia e na sociedade. Wanderley (1996) privilegiou três objetivos que parecem permanecer ao longo da história do campesinato brasileiro, que se constituem como núcleos centrais, em torno dos quais se estrutura o vasto leque das estratégias adotadas: as lutas por um espaço produtivo; lutas pela constituição de um patrimônio familiar e lutas pela estruturação do estabelecimento como um lugar de trabalho da família. A autora ressalta que no Brasil, a construção de um espaço camponês ocorreu, na maioria dos casos, sob o signo da precariedade estrutural. Isso torna o modelo camponês incapaz de desenvolver toda a sua potencialidade, o que é diferente na estrutura dos países europeus. Além da precariedade, o campesinato brasileiro, este é marcado pela instabilidade das situações vividas, promovendo processos diferenciados de *campesinização*, *descampesinização* e *recampesinização*. A autora cita como exemplo da primeira situação a imigração de europeus para a Região Sul do Brasil, e a ocupação da região de Capivari, no Rio de Janeiro. Na segunda situação, a autora cita o processo brutal pelo qual o Estado e os latifundiários desestruturaram a economia e as formas sociais de cultivadores pobres livres no Nordeste Oriental. Em relação à

terceira situação, a busca de novas terras no sertão, reinstala em novas condições as comunidades de base familiar num claro mecanismo de *recampesinização*.

A relação de parceria dentro das grandes propriedades, analisada por Cândido (1982), permite reproduzir uma situação parecida com a dos sitiantes se enquadra como processo de *recampesinização*. A parceria representa, muitas vezes, a única solução possível para a permanência desse grupo no campo. Porém, o parceiro não é proprietário, posseiro e nem assalariado. Estes cultivadores pobres livres sempre buscaram alternativas para ter acesso a uma atividade mercantil, atividades rentáveis e estáveis, desde o Brasil Colônia com a venda de produtos como a mandioca, algodão e tabaco. No entanto, a atividade de auto-consumo se soma à atividade mercantil.

Há praticamente um consenso acadêmico quanto à conceituação de agricultura familiar, que se caracteriza principalmente pela força de trabalho na propriedade ser predominantemente familiar.

Segundo estudos da FAO/INCRA (1994),

“[...] o modelo familiar teria como característica a relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, à ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo”.

Apesar de sua importância no cenário socioeconômico do país, somente a partir de meados da década de 1990 a agricultura familiar passou a constar na pauta de políticas públicas para o setor agrário, resultado de pressões exercidas pelos movimentos sociais rurais organizados que, diante do crescente quadro de exclusão social do pequeno produtor rural e embasado em novas concepções teóricas, passaram a reivindicar maior apoio estatal para esta categoria social no campo.

Neves (2006) constatou que no Brasil a agricultura familiar enquanto categoria socioeconômica surgiu a partir de esforços de intelectuais, políticos e sindicalistas articulados pelos dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), mediante apoio de instituições internacionais, mais especialmente a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Segundo o relatório da FAO/INCRA (1996), a agricultura familiar pode ser caracterizada pelos seguintes fatores: a gestão da unidade produtiva e os investimentos

nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; a maior parte do trabalho é igualmente fornecido pela família; e a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre a terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva” (FAO/INCRA, 1996) ⁸.

Para Gualda (2005), a materialização do reconhecimento político da agricultura familiar no Brasil se deu, dentre outras medidas, com a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996 e com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Para este autor, foi na organização de movimentos sociais rurais que a agricultura familiar reuniu forças para contrapor-se aos interesses dos empresários do agronegócio na formulação de políticas públicas para o setor. Argumentos e evidências não faltaram para estas organizações sociais demonstrarem a importância da agricultura familiar e a necessidade de revisão das políticas públicas.

De acordo com a Lei Nº 11.326 de 24/07/2006, consideram-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural:

[...] aquele que pratica atividades no meio rural, e que atende aos seguintes requisitos: i - não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais⁹; ii – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; iii - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; iv - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Lamarche (1993) afirmou que a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola, onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência destes três fatores no funcionamento da exploração engendra, necessariamente, noções mais abstratas e complexas tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração.

Nas palavras de Carneiro (1999), entende-se por agricultura familiar, em termos gerais, uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente rela-

⁸ FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília: FAO/INCRA, 1996. 84p.

⁹ É uma unidade de medida, expressa em hectares, que expressa a relação entre a dimensão, localização e aproveitamento econômico das propriedades rurais e varia para cada município. Disponível em: <http://www.fetape.org.br/documentos/pol_publicas_sociais/Modulo_Rural.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2008.

cionados. Este difere do trabalhador assalariado, a unidade familiar tem a capacidade de elaborar novas estratégias para se adaptar às condições econômicas e sociais. Neste mesmo sentido, Abramovay (1998) afirmou que a unidade familiar de produção é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento.

Durante muito tempo, a agricultura familiar ocupou uma posição secundária frente à agricultura capitalista, considerada como atividade econômica de destaque e foco dos benefícios das políticas públicas. Sob o ponto de vista de muitos intelectuais da sociedade urbana, a agricultura familiar era caracterizada como atividade ligada à pobreza e ao subdesenvolvimento. Neste sentido, o Pronaf representa uma conquista para a agricultura familiar na medida em que reconhece a importância deste segmento da agricultura brasileira e a elege como beneficiária de uma política específica.

1.2 Considerações acerca do espaço rural

Durante muito tempo, o mundo rural foi entendido como algo restrito às atividades agropecuárias e extrativas. Recentemente, com a incorporação da infra-estrutura dos serviços urbanos como eletrificação, telefonia, saneamento básico, novos serviços e atividades estão sendo desenvolvidos no espaço rural.

Este espaço pode ser caracterizado por uma densidade relativamente baixa da população, por usos econômicos peculiares (de dominância agro-silvo-pastoril), por um modo de vida marcado pelas relações sociais com o espaço e uma identidade permeada por representações específicas da cultura rural e pelas atividades agrícolas.

Neste contexto, Brandão (1995) nos auxilia a refletir sobre as diferentes percepções do espaço rural quando caracteriza o homem do campo como sujeito do processo. Para ele, o homem rural em sua propriedade familiar, possui vínculos estreitos relacionados ao lugar, ao seu espaço de vivência e à produção. É nesse espaço do seu cotidiano que o homem rural reproduz, através do trabalho, sua vida no campo e seus símbolos. Nesse sentido, pode-se qualificar este espaço rural como lugar para estes sujeitos. De modo diferente observa-se uma relação menos íntima com o espaço rural quando os sujeitos são grandes proprietários de terra. Para estes, na maioria dos casos, o espaço rural é visto como substrato físico para atividades produtivas com fins econômicos, cul-

turais, sócio-produtivos sem vínculos afetivos. É uma relação capitalista que se desenvolve em espaço rural.

Historicamente, alguns autores destacam o espaço rural entendido por ser *lócus* específico da produção agrícola. Outros se referem a este espaço como local que representa o surgimento da agricultura e dos primeiros modos de organização do espaço para a produção agrícola. De qualquer forma, a associação do espaço rural com a produção agrícola é inevitável, porém, mais recentemente, têm surgido estudos que destacam a emergência de atividades não-agrícolas no meio rural brasileiro responsável pela diversificação na produção, das atividades e da renda dos proprietários rurais.

Graziano da Silva (1998) em seus estudos relacionados à entrada de atividades não-agrícolas no território brasileiro levanta uma série de dados de novas atividades produtivas no campo, oscilação da mão-de-obra nas atividades agrícolas e a urbanização do meio rural. Graziano da Silva afirmou que o mundo rural é maior do que o mundo agrícola, dado à expansão de novas modalidades produtivas no meio rural, configurando-se o “Novo Rural Brasileiro”, com isso, [...] “pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um *continuum* do urbano do ponto de vista espacial [...]”¹⁰. Diante da dificuldade de delimitação entre o que é rural e o que é urbano. Segundo o mesmo autor, isso se deve ao fato de que hoje, as dimensões no estilo e qualidade de vida ganham importância dentro do *status* profissional; as inovações nos setores das comunicações e transportes mudam completamente as noções relativas criadas pelas distâncias físicas conhecidas. A tendência de que as atividades não-agrícolas cada vez mais se constituem em formas alternativas ou complementares de geração de renda no meio rural são cada vez mais evidentes.

De acordo com Del Grossi e Graziano da Silva (2000, p. 53-54) percebe-se que o rural brasileiro está em transformação, passando a ser identificado não somente como sinônimo de produção agrícola, mas também como espaço de lazer, moradia, artesanato, turismo, entre outras. Torna-se uma opção de vida, de volta ao campo, para viver e pro-

¹⁰ Graziano da Silva (2000), p. 26.

duzir bens agrícolas e não-agrícolas. Assim como também se torna um prestador de serviços demandado pela pluriatividade¹¹.

Essas características são percebidas mais facilmente em países industrializados, em que o agricultor modernizado tem recursos suficientes e tempo para desenvolver outras atividades no campo. A realidade brasileira é diferente, pois há a predominância do pequeno produtor, que na maioria das vezes não dispõe de recursos técnicos e financeiros para desenvolver outras atividades além das tradicionais, como afirma Graziano da Silva (1998).

Segundo Toresan *et al* (2002), os países que primeiro se industrializaram convivem, há algum tempo, com as novas funções espaciais no âmbito rural.

“Em Minas Gerais e em diversos outros estados brasileiros, podem ser encontradas inúmeras atividades não-agrícolas no campo, ligadas à piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais, hospedagem e etc. Transformadas em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural, essas atividades, antes dispersas e pouco valorizadas, passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas. São processos de transformações agro-industriais, serviços pessoais e produtivos relativamente complexos e sofisticados nos ramos da distribuição, comunicações e embalagens (ORTEGA *et al*, 1995, p. 159-160)”.

De acordo Souza (2003),

Emerge uma “nova forma de desenvolvimento” consubstanciada na difusão de valores do modelo de sociedade urbana e industrial sobre as comunidades rurais produzindo novas condições de reprodução social e econômica para a população rural. A face mais notável desta nova forma de desenvolvimento, que em primeira e última instância proporciona um certo imbricamento do meio rural e urbano, traz como consequência a formatação e um alargamento das formas de ocupação e de obtenção de rendimentos por parte das famílias configurando-se um processo, que paralelamente à redução do número de ativos ocupados em atividades agrícolas e ao exercício da pluriatividade, implica em transformações importantes das principais características do meio rural em muitas circunstâncias (SOUZA, 2003, p. 2).

Dessa forma, as novas formas de organização da produção resultantes da combinação de atividades agrícolas e atividades não-agrícolas e das relações sociais de trabalho no meio rural são apontadas como um fator importante para a ampliação das oportu-

¹¹ A Pluriatividade surgiu na Europa, e é definida por pessoas que possuem outra atividade que gerem renda, além da atividade principal, (KAGEYAMA, 1998, p. 516). Segundo Schneider (2001), as características da pluriatividade variam de acordo com o indivíduo que a exerce, pois o seu exercício de atividades não-agrícolas acarreta efeitos diversos sobre o grupo familiar e sobre a unidade produtiva, de acordo com variáveis como o sexo ou posição na hierarquia da família de quem a pratica. Da mesma forma as condições sociais e econômicas locais, do ambiente ou do contexto, em que ocorre a pluriatividade. O debate que se coloca entorno da pluriatividade é se ela contribui para a precariedade do trabalho, sobretudo por que os indivíduos que são pluriativos exercem atividades precárias e muitas vezes mal remuneradas.

nidades de permanência das famílias no meio rural, contribuindo assim, para retração do êxodo rural, e também, implicando na criação de novas características da *ruralidade*.

Nos dias atuais, o espaço rural é este híbrido mistificado pelo lugar onde as necessidades urbanas buscam favorecimentos não só econômicos, mas também sociais, culturais e até espirituais. O espaço rural, por suas condições atuais, possui caráter múltiplo. Com isso, sua identificação torna-se pouco clara. Baseando-se na classificação de áreas rurais urbanas oficiais (IBGE/1996) ¹² considera, para fins administrativos, que o espaço rural corresponderia a toda área fora das cidades e sedes municipais.

Diante disso, verifica-se a existência de uma série de problemas relacionados à análise da configuração territorial brasileira. Veiga (2002) ressalta que de um total de 5.507 sedes de municípios existentes em 2000, havia 1.176 com menos de dois mil habitantes e 3.887 com menos de 10 mil, todas com estatuto legal de cidade, igualmente como é atribuído aos grandes núcleos metropolitanos de grandes densidades demográficas.

Santos (1999) propôs o estudo do espaço a fim de identificar sua natureza. Afirma que a questão espacial urbana e rural é de grande relevância para estudos socioambientais, sobretudo na perspectiva geográfica. Pensar sobre a natureza do espaço rural é, dialeticamente, pensar o espaço urbano, pois, os limites do modo de vida urbano não se restringem aos limites territoriais das cidades. Dessa forma, a própria urbanização concorre para que o processo de homogeneização espacial não se dê somente em zona urbana. Hoje é difícil distinguir entre o que é urbano e o que rural, devido à crescente demanda técnica, científica e informacional manifesta geograficamente, como afirma o mesmo autor.

De acordo com Wanderley (2000),

A argumentação formulada até agora se baseia na afirmação de que, nas sociedades modernas, reduziram-se as diferenças mais gritantes entre as condições de vida dos habitantes do meio rural e das cidades. Assim sendo, a paridade social atingida tornou atrativa a vida no campo para muitos cidadãos que, sem renunciar às vantagens e facilidades do progresso “urbano”, procuram, ao mesmo tempo, beneficiar-se da qualidade de vida associada à vida rural.

Porém a mesma autora afirma que é preciso considerar que esta paridade não é homogênea, inclusive, nas sociedades de capitalismo avançado.

¹² Citado por Moretti e Rodrigues, (2001).

“Partes significativas do espaço rural correspondem, freqüentemente, às zonas mais fragilizadas dos territórios nacionais, que ainda se diferenciam do urbano pelas suas condições de inferioridade no que se refere, precisamente, ao acesso da população aos bens e serviços materiais, sociais e culturais”.

Kayser (1986), afirmou que na França, o espaço rural é ainda marcado pelo estigma de sua inferioridade secular. Nesta perspectiva, o meio rural, mesmo próspero, é considerado um espaço susceptível a certas fragilidades: fraca densidade de população e de serviços, fraca produtividade, a atividade econômica e ambiental de base, a agricultura, ameaçada pelos seus próprios sucessos.

De acordo com diversos estudiosos do meio rural, esse espaço é caracterizado ora por um processo de urbanização, ora em contraposição, por uma tendência a permanecer em ritmo próprio, com avanços pouco significativos. Outra perspectiva indica a necessidade de superar a primeira forma de analisar as transformações ocorridas no meio rural. Dentro desta última, entende-se que esse espaço faz parte de uma totalidade social em que as interações campo/cidade e cidade/campo são geradoras de mudanças, em uma perspectiva de “*continuum*” entre os dois espaços, como afirmou Graziano da Silva (1998).

Por outro lado, em uma terceira linha de reflexão, Wanderley (2001), levantou a hipótese de que este mundo rural não está em nenhum dos dois pontos apresentados acima. Ela defende a especificidade do rural, apesar das transformações recentes.

Quando estou falando de mundo rural, refiro-me a um universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações internacionais. (...), porém, considero que este mundo rural mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba (WANDERLEY, 2001, p. 32).

Nesta perspectiva, para Wanderley (2001) o desenvolvimento de um *continuum* entre o rural e o urbano pode ser visto por, pelo menos, duas formas distintas. Em uma primeira perspectiva, este movimento entre o mundo urbano e o rural tem expressado uma característica “urbano-centrada”, onde o pólo privilegiado da análise está nos valores de uma sociedade moderna, industrial e urbana, de onde parte o potencial de desenvolvimento em direção ao campo, ou seja, a cidade e o modo de vida urbano ditam determinam os valores e regras. Nesse tipo de análise, ocorre um processo de imposição de um pólo sobre o outro. Uma segunda vertente, ainda levantada por Wanderley (2001), considera o *continuum* “como uma relação que aproxima e integra dois pólos extremos (...) as relações entre o campo e a cidade não destroem as particularidades dos

dois pólos e, por conseguinte, não representam o fim do rural”. O *continuum* entre um pólo urbano e um polo rural, distintos entre si e em intenso processo de mudança em suas relações (WANDERLEY, 2001, p. 33).

Abramovay (2003) considera que o desenvolvimento do meio rural não deve ser compreendido como um *continuum* do meio urbano, o que lhe renderia apenas políticas sociais de compensação pela decadência e pobreza. Para este autor, o meio rural deve ser compreendido como capaz de preencher as demandas dos seus próprios habitantes e também daqueles que vivem no meio urbano, para atender demandas que estes não podem produzir.

1.3. Novas ruralidades: do urbano e do rural à urbanização das áreas rurais

De acordo com Reis (2005), no início do século XX, a sociedade brasileira se configurava como amplamente rural. Em paralelo ao expressivo crescimento da população verificado no país, entre 1940 e 1980, “observou-se uma inversão da distribuição populacional entre as áreas rurais e urbanas”. Nesse sentido, o esvaziamento das áreas rurais, o crescimento desordenado de grandes cidades e a formação de centros metropolitanos são evidências que sinalizam grandes mudanças em relação à distribuição populacional entre os espaços rural e urbano.

A década de 1980 apresentou mudanças significativas no meio rural brasileiro. Observa-se a emergência de um espaço rural multifuncional com a introdução de maior diversificação econômica, em meio a novas formas de produção e subsistência, em visível contraste com o que dominava no passado. A expansão do tecido urbano sobre as áreas rurais e o crescimento do número de pessoas ocupadas em atividades consideradas até então como exclusivamente urbanas indicam a existência de um novo paradigma socioespacial no Brasil (REIS, 2005, p. 78).

A partir de meados do século XVIII, conforme afirmou Reis (2005), foram observadas grandes alterações na distribuição espacial da população mundial. O modelo econômico vigente evoluía para um estágio mais eficiente de acumulação de capitais e, com isso, toda a sociedade se reestruturava aos moldes industriais. Desencadeou-se um processo de crescimento das aglomerações urbanas, concomitantemente ao esvaziamento demográfico das áreas rurais. A expansão da atividade industrial imprimiu novas con-

figurações espaciais em várias regiões do mundo, com a aparente consumação da separação entre as áreas urbanas e rurais. Neste contexto, a agricultura tornou-se um setor da produção industrial, o que fez com que as áreas rurais ficassem submissas às exigências do capital urbano-industrial. “O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária” (LEFEBVRE, 1999, p. 17-18).

O aumento do fenômeno urbano foi impulsionado pela expansão do capital industrial. A explosão do urbano determina o predomínio das manifestações da cidade, em diferentes graus de densidade. Neste sentido, Reis afirmou ainda que:

Diante disso, a realidade socioespacial torna-se cada vez mais complexa. O espaço rural e urbano não podem ser compreendidos separados um do outro, visto que são realidades que não existiriam isoladamente. Tais espaços se relacionam e se interpenetram, levando estudiosos a formular abordagens que considerem os diferentes níveis de integração ou distanciamento (REIS, 2005, p. 3).

As definições sobre o que seja rural e urbano, de forma geral, são associadas a duas grandes abordagens: a dicotômica e a de *continuum*. Na primeira, a ênfase recai sobre as diferenças que se estabelecem entre esses dois espaços, sendo o campo pensado como espaço que se opõe à cidade. Na segunda, ocorre uma aproximação entre o espaço rural e a realidade urbana (BERTRAND, 1973).

Reis (2006) afirmou que a existência de várias regiões do mundo em que a idéia de *continuum* não explica a realidade de forma satisfatória. Em vastas áreas dos países em desenvolvimento e nos países menos desenvolvidos, a industrialização da agricultura e as demais mudanças que levam ao transbordamento do urbano para o rural ainda não se efetivaram. Neste sentido, a conceituação dicotômica ainda pode se valer eficiente para essas regiões, uma vez que esse tipo de abordagem indica a existência de áreas rurais distantes das cidades. Diante disso, “seria impossível chegar a uma definição universal do que seja rural e urbano, já que as diferentes realidades sócio-espaciais encontradas no globo clamam por adequações apropriadas e específicas” (REIS, 2006, p. 6).

Os debates que permeiam os diversos níveis de relacionamento entre o rural e o urbano ressurgiram, diante das mudanças técnicas, econômicas, sociais e ambientais que atingiram estes espaços a partir da segunda metade do século XX. No Brasil do início dos anos 80, as mudanças verificadas no meio rural com o aumento da urbanização do campo e o surgimento de novas dinâmicas que apontam para uma nova *ruralidade*, por vezes distante do contexto das atividades agropecuárias, proporcionaram a retomada e a intensificação desses debates, diante de sua crescente importância.

A diversificação econômica, com dinâmicas bem diferenciadas regionalmente, ganha maior visibilidade nas áreas rurais integradas ao núcleo dinâmico da economia brasileira, o que faz das regiões Sul e Sudeste, e, em menor proporção, o Centro Oeste, os palcos principais das recentes mudanças observadas no campo. A expansão do tecido urbano leva, para essas áreas, várias características consideradas, pelas definições clássicas, como exclusivamente urbanas. Diante disso, o urbano deixa de ser o *locus* praticamente exclusivo da indústria, do comércio e dos serviços (REIS, 2006, p.7).

A população rural brasileira vem se ocupando menos com as atividades de natureza exclusivamente agrícola. Cresce as ocupações associadas a uma nova dinâmica no meio rural resultante da presença crescente dos setores secundário e terciário, em atividades do tipo urbano, porém, localizadas dentro de áreas rurais, como aquelas associadas ao lazer, ao turismo e mesmo à terceirização de parte das atividades do processo produtivo da agropecuária (GRAZIANO DA SILVA, 1996; 1997; 1998).

Embora a pluriatividade tenha características distintas quando comparamos países em diversos níveis de desenvolvimento, no Brasil, ela aparece como importante alternativa de emprego e renda no campo, uma vez que o desemprego e o subemprego nas atividades agrícolas consistiam, há algumas décadas, em um fator decisivo na manutenção das altas taxas de êxodo rural.

Para Del Grossi e Silva (2000), a redução de postos de trabalho no meio rural se deve, dentre outros fatores, à modernização da agricultura e à menor rentabilidade agrícola (pela queda dos preços dos produtos agropecuários, pela elevação dos custos do trabalho e do crédito rural, e pela redução do ritmo de inovação do setor agropecuário). Este quadro teria impulsionado moradores do meio rural a diversificar suas atividades econômicas para além dos limites da agricultura.

É importante destacar que as mudanças verificadas nas últimas décadas conferiram às áreas rurais a capacidade de reter e atrair trabalhadores, configurando assim, o “Novo Rural” brasileiro. Este espaço assume outras características que vão além do tradicional agrícola e se apresenta como uma alternativa de ocupação e renda para um grande número de pessoas.

De acordo com Del Grossi e Silva (2000), o “*Novo Rural*” brasileiro é constituído essencialmente por três grandes grupos de atividades: i) uma agropecuária moderna (baseada em *comodities* e intimamente ligada às agroindústrias); ii) um conjunto de atividades não-agrícolas (ligadas a moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestações de serviços); iii) é um conjunto de novas atividades agropecuárias localiza-

das em nichos especiais de mercado (produtos orgânicos, aromáticos e medicinais, plantas ornamentais, cogumelos, etc.).

Para os autores citados anteriormente, diversas atividades não poderiam ser chamadas de novas porque são seculares no país, mas que ganharam recentemente expressão econômica. São pequenos negócios agropecuários (agroindústrias rurais, fruticultura, floricultura, horticultura, piscicultura, criação de animais nobres, etc.) que passaram a ser importantes no meio rural como geradores de emprego e renda. Associados a estes negócios estão novas cadeias produtivas agro-industriais, serviços de distribuição, comunicação e embalagem. Há também, segundo os autores, atividades não-agrícolas associadas à urbanização do meio rural, como moradia, turismo, lazer e prestação de serviços, além de atividades relacionadas à preservação ambiental e aquelas que trabalham em nichos de mercado. Neste novo universo rural estariam os habitantes neo-rurais (ex-moradores de cidades), assentados e o que os autores chamam de *sem-sem* (“sem terra e sem emprego e quase sempre também sem casa, sem saúde, sem educação e, principalmente, sem organização”).

Do ponto de vista da legislação, Reis (2006) ressaltou que existe, no Brasil, uma série de inadequações na caracterização do que seja rural e urbano, que geram problemas conceituais e metodológicos. A legislação vigente data do Estado Novo (Decreto-lei 311 de 1938), momento em que a população brasileira era predominantemente rural, considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila) sem levar em conta suas características estruturais e funcionais. De acordo com Veiga (2002, p.57), “esta aberração coloca o Brasil entre os países mais atrasados do mundo do ponto de vista territorial”. Para Reis (2005), essa discordância da legislação resulta em dificuldades na formulação de políticas de desenvolvimento rural e na distribuição de recursos, sendo crescente o número de agricultores, pecuaristas, extrativistas, pescadores, inclusive, populações indígenas e quilombolas perdem o direito aos benefícios dirigidos às populações rurais porque residem em sedes de municípios cujas dimensões são muito reduzidas. Tais populações são descaracterizadas como habitantes do meio rural e, portanto perdem direitos relativos à população rural e, muitas vezes, encontram dificuldades para serem atendidos por políticas direcionadas ao meio urbano. No entendimento de Reis:

O “Novo Rural” surge a partir da urbanização das áreas rurais brasileiras, sendo, portanto, a extensão do urbano. O espraiamento do fenômeno urbano faz surgir novos limites entre as áreas urbanas e rurais, difíceis de serem percebidos e cada vez mais indefinidos. Sendo assim, a linha que define o perímetro

urbano dos municípios torna-se um mecanismo de separação cada vez mais grosseiro e distante da realidade sócio-espacial (REIS, 2006, p. 8).

Diante disso, Reis considera falacioso dizer que mais de 80% da população brasileira residia em áreas urbanas em 2000, “já que é extremamente expressivo o número de pequenos municípios que poderiam ser classificados como povoado rural se fosse devidamente consideradas suas características funcionais” (REIS, 2006, p. 9).

De acordo com Carneiro (1998), as mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo transformam as noções de urbano e rural em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões, não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente. Dessa forma, torna-se cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre as cidades e os pequenos vilarejos ou arraiais a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou simplesmente em hábitos culturais. No entanto, tal processo não resulta numa homogeneização que reduziria a distinção entre o rural e o urbano a um *continuum* dominado pela cena urbana, como já foi formulado no que se refere à realidade européia por autores como Lefebvre, 1972; e Mendras, 1959. Para a realidade brasileira Graziano da Silva, 1996; Ianni, 1996, entre outros. Neste contexto, Ianni (1996) afirmou que “o desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo generaliza e enraíza formas de sociabilidade, instituições, padrões, valores e ideais que expressam a urbanização do mundo” (IANNI, 1996, p. 60).

É pertinente evidenciar, conforme Carneiro (1998), que o campo não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão, pois, a incidência dos efeitos das medidas modernizadoras sobre a população local, bem como a reação a tais injunções não são uniformes. Assim como “tais medidas não atingem com a mesma intensidade e proporções as diferentes categorias de produtores (CARNEIRO, 1998, p.1)”. Nesse sentido, não existe uma *ruralidade* em geral, pois ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos. Para esta autora, ainda que os efeitos da expansão da “racionalidade urbana” sobre o campo, provocada pela generalização da lógica do processo de trabalho e da produção capitalista intensificados pelos mecanismos da globalização, não possam, de forma alguma, ser tratados com negligência. “O tecido urbano prolifera-se, estende-se, consumindo os resíduos da vida agrária. Por tecido urbano se entende o conjunto de manifestação do predomínio da cidade sobre o campo” (Lefebvre, 1972, p.10).

Souza (2003) ressaltou que não implica dizer que exista um processo uniforme de “urbanização” do rural, entendido como uma homogeneização que diminuiria a distinção entre o rural e o urbano. Este é um processo dinâmico que implica a reestruturação da vida rural por meio da incorporação de valores, hábitos e técnicas, cuja análise precisa ir além do espaço geográfico e se orientar para os agentes sociais deste processo, conforme afirmou Carneiro (1997).

As localidades geográficas possuem particularidades, com contradições e conflitos próprios, que se derivam da relação entre sistema de valores e interesses diversos, tanto de origem urbana como rural. Conforme Souza (2003):

Esse processo de interação contínua entre as forças sociais, econômicas e políticas, na maioria das vezes, estão preocupadas em reorganizar o espaço de acordo com um ou outro interesse ou projeto final é, entretanto, o que faz surgir as formas sociais existentes (SOUZA, 2003, p.3).

Para Wanderley (2000), alguns estudiosos acreditam que a dicotomia campo-cidade, será resolvida pela sociedade com a vitória da cidade, “cujo desfecho seria o próprio fim do rural e a urbanização completa do campo”. Porém, a autora defende a hipótese de que o recorte rural-urbano, em suas novas e modernas formas, permanece como um recorte pertinente para analisar as diferenças espaciais e sociais das sociedades modernas, apontando não para o fim do mundo rural, mas para a emergência de uma nova *ruralidade*.

Dessa forma, a realidade socioespacial torna-se cada vez mais intrincada. Os espaços rural e urbano não podem ser compreendidos separados um do outro, visto que são realidades que não existiriam isoladamente. Tais espaços se relacionam e se interpenetram, levando à formulação de abordagens que consideram os diferentes níveis de integração ou distanciamento.

Veiga (2002) questiona o parâmetro brasileiro para tipificar áreas urbanas e rurais a partir da constatação de alguns “disparates” que levam à conclusão de que o país possuiria 81,2% de urbanização no ano 2000. Citando alguns casos, informa que do total de 5.506 sedes municipais existentes em 2000, 1.176 tinham menos de 2 mil habitantes, 3.887 menos de 10 mil e 4.642 menos de 20 mil. Os pequenos municípios com menos de 20 mil habitantes não deveriam ser considerados urbanos. Além do número de habitantes deveriam ser considerados mais dois critérios: a densidade demográfica e a localização. Para ele, o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios nos quais residem 30% dos habitantes; ao intermediário (nem essencialmente rural nem

completamente urbano) 10% dos municípios e 13% dos habitantes; ao urbano, 10% dos municípios e 57% dos habitantes.

Para mostrar que a classificação rural/urbano do Brasil precisa ser revista, Veiga (2002, p. 97-98), apresenta os critérios adotados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)¹³: (a) essencialmente rural, onde vive mais da metade da população em área rural (com densidade inferior a 150 habitantes por quilômetro quadrado); (b) essencialmente urbana, onde menos de 15% da população vive em ambiente rural; (c) tipo intermediário – ou relativamente rural –, aquela na qual vivem em localidades rurais entre 15% e 50% dos habitantes.

Conforme Veiga (2002, p.33), para que a análise da configuração territorial possa evitar a ilusão imposta pela norma legal, “é preciso combinar o critério de tamanho populacional do município com pelo menos outros dois: sua densidade demográfica e sua localização”. Diante dessas observações, Veiga (2002) apresenta sua classificação do que seja rural e urbano no Brasil:

O Brasil inequivocadamente urbano é formado pelos 455 municípios onde estavam 57% da população em 2000. [...] é preciso distinguir entre os restantes 5.052 municípios existentes em 2000 aqueles que pertenciam ao Brasil rural e os que se encontravam no meio-de-campo. E para fazer esse tipo de separação o critério decisivo é a densidade demográfica. [...] podem ser considerados de pequeno porte os municípios que tem simultaneamente menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab/Km², mesmo que tenham menos de 50 mil habitantes. [...] conclui-se então que não pertencem ao Brasil indiscutivelmente urbano, nem ao Brasil essencialmente rural, 13% dos habitantes, que vivem em 10% dos municípios. E que o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, nos quais residem 30% dos habitantes (VEIGA, 2002, p.34).

¹³ Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização internacional e intergovernamental que agrupa os países mais industrializados da economia do mercado, com sede na França.

CAPÍTULO 2 – UMA POLÍTICA PÚBLICA ESPECÍFICA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: O PRONAF

2.1. A emergência de políticas públicas para a Agricultura Familiar

O Brasil trouxe para o novo século as duas principais marcas da situação social que experimentou praticamente durante toda a segunda metade do século XX: uma das mais desiguais estruturas sociais dos países de médio e alto desenvolvimento econômico e um sistema de proteção social incompleto, frágil, incapaz de afetar positiva e significativamente os indicadores de desigualdade e exclusão social¹⁴. Entretanto, as pressões advindas do sistema de forças políticas nem sempre tiveram essa conotação progressista: já no processo constituinte quando, depois, no subsequente movimento de implementação da nova legislação, fortes mobilizações corporativistas e os mecanismos clientelistas¹⁵ tenderam a capturar as demandas e os ensaios de reformas, impondo limites aos objetivos efetivamente democráticos de alteração do padrão de políticas sociais.

O segmento social denominado *Agricultura Familiar* pode apresentar grande diversidade de situações e condicionantes históricos. Entre as distinções existentes, pode-se destacar aquela apresentada por Lamarche (1993). Este autor caracteriza a exploração familiar¹⁶ como uma unidade de produção agrícola, onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família, em uma forma de organização que cria interdependência entre estes fatores.

Durante a década de 1990 o Brasil vivenciou um período marcado por uma redução do gasto público com a agricultura, especialmente no que tange ao crédito rural. No entanto, é nesta década que dois programas destacam-se pelo aumento substancial de seus gastos e pelo reconhecimento de um público alvo específico: a agricultura familiar, até então mantida praticamente à margem do acesso aos recursos destinados ao

¹⁴ CARNEIRO, Maria José. **Política pública e agricultura familiar**: uma leitura do Pronaf. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano/textos/downlo/rurban14.html>>. Acesso em: 13 jan. 2003.

¹⁵ José de Souza Martins identifica a existência de clientelismo político de fundo oligárquico ainda hoje.

¹⁶ Aqui o autor está falando de exploração agrícola com força de trabalho familiar e não apenas de trabalho e propriedade familiar.

setor: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e o Programa de Organização Agrária. Cabe destacar que a emergência de tais programas é perpassada por um contexto de abertura política e pela reconstituição e fortalecimento do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais apoiado pela Igreja Católica e pelo surgimento de movimentos sociais no meio rural como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em relação à política fundiária, os trabalhadores rurais foram amadurecendo um projeto próprio de reforma agrária, através de encontros, seminários, análises e avaliações de intelectuais, os quais foram sendo sistematizados em eventos como o 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais em 1979 e o 4º Congresso em 1985 – patrocinados pela CONTAG.

De acordo com Schappo (2003) neste momento, a orientação adotada pelo movimento sindical era a de dar “prioridade as lutas coletivas ampliando-se o campo de lutas para além da simples oposição entre camponeses e latifundiários: mobilizações em torno da política de preços mínimos e da previdência social entre outras” (SCHAPPO, 2003, p. 38).

Em 1982 foi criada a Campanha Nacional pela Reforma Agrária que cuja proposta central era tornar a reforma agrária uma bandeira e um movimento concreto de toda a sociedade em apoio à luta dos trabalhadores rurais. Em 1985 a pressão dos movimentos sociais presentes no mundo rural sobre o governo obteve como resposta o I Plano Nacional de Reforma Agrária, resgatando-se uma política pública (a reforma agrária) formulada duas décadas antes, com a aprovação do Estatuto da Terra (Leite e Ávila 2007).

No entanto, até 1990, os projetos de assentamento existentes no Brasil eram pouco expressivos, totalizando, segundo Palmeira e Leite (1998, p. 139) 876 núcleos. Só a partir de julho de 1993, com a promulgação da lei do rito sumário (Lei Complementar 76) que o INCRA retomou o processo de desapropriação. Em 1995, observa-se um crescimento no número desses projetos, que somam 1.626 núcleos com 350.836 famílias (Leite e Ávila, 2007). Neste cenário, cabe ressaltar o aumento dos gastos públicos na década de 90 com o Programa de Organização Agrária, que compreende as atividades voltadas à política fundiária, como a reforma agrária, colonização e assistência financeira.

Neste sentido, Gasques (2001, p. 176) afirmou que a participação do Programa de Organização Agrária nas despesas referentes à função agricultura, pouco expressiva

no início dos anos 1980, passa para uma média de 6,5% entre 1985 e 1994 e atinge 17% no período 1995/1999. Os números referentes aos gastos, que eram de R\$ 3,0 bilhões em 1990/1994, passaram para R\$7,6 bilhões em 1995/1999, valores estes que evidenciam a importância desse programa no final da década de 1990.

Schappo (2003) afirmou ainda que, pode ser observada uma mudança de foco no perfil da intervenção do Estado no meio rural, distinto, ainda que de maneira acanhada, daquele da chamada modernização conservadora, onde as ações centravam-se no produtivismo agrícola.

Mudanças estas, resultantes de novas formas de relações entre Estado e sociedade, algumas consensuais - dialogando-se experiências e obtendo-se conquistas, outras repressivas, ampliando-se a violência e a coerção posta pelo Estado. Os Programas de Assentamento de Trabalhadores Rurais os quais, apesar das falhas na execução, implementação e subutilização de tais recursos, podem estar representando um importante papel na ampliação das oportunidades no meio rural [...] e aumento da população em diversos municípios rurais (SCHAPPO, 2003, p.38-39).

Os primeiros financiamentos destinados ao pequeno agricultor restringiam-se até 1995 aos recursos do Programa de Crédito Especial de Reforma Agrária – PROCERA, extinto em 1999. Cabe ressaltar que este era destinado a um público específico e limitado: os beneficiários do Programa de Reforma Agrária.

No decorrer da década de 90 é que se ampliam os debates, discussões, documentos e reivindicações por parte de movimentos sociais, técnicos e agências internacionais que destacam a necessidade de valorização da agricultura familiar, apontando sua importância em termos de desenvolvimento social e econômico do país. Schappo destacou ainda que uma conquista importante resultante das reivindicações dos sindicatos e de outras organizações de trabalhadores do meio rural, foi a Lei Agrícola (8.171/91). A referida Lei consagrou o princípio de uma política diferenciada para o pequeno agricultor.

Segundo Mattei (2001) as reivindicações das entidades representativas dos trabalhadores rurais e os trabalhos realizados em parceria pela FAO e pelo INCRA foram decisivos para levar os debates sobre a agricultura familiar e suas necessidades à agenda pública do mundo rural.

Em 1994 firmou-se o convênio de cooperação técnica entre a FAO e o INCRA (1994) para a elaboração de uma nova estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil. Projeto este que elegeu a agricultura familiar como linha estratégica de desenvolvimen-

to rural, delimitando também o público alvo das políticas. Neste contexto, o público-alvo deveria ser composto por agricultores familiares em transição¹⁷. Neste momento, os agricultores classificados como periféricos não foram incluídos como beneficiários (cerca de 2,5 milhões de estabelecimentos rurais permaneceram à margem dessa política de crédito), ou seja, estabelecimentos rurais que foram considerados incapazes de responder aos estímulos promovidos pelo acesso ao crédito. Dessa forma, privilegiou-se um segmento dentro da categoria dos agricultores familiares que, segundo o olhar dos elaboradores do deste relatório teriam condições de responder favoravelmente a essa forma de intervenção governamental.

Em 1994, de acordo com Schappo (2003), o relatório FAO/INCRA (1994) norteou a concepção do Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PLANAF que deu origem em 1996 ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Este programa de política pública materializou-se em uma significativa política voltada às necessidades específicas do pequeno produtor.

Cabe ressaltar que, segundo Gasques (2001), entre os gastos públicos, a política de crédito do governo tem aumentado substancialmente seus gastos no Pronaf, o qual tem recebido crescentes recursos ao longo de sua existência. De acordo com dados referentes ao Plano Safra da Agricultura Familiar 2008/2009, o Pronaf disponibilizará R\$ 13 bilhões para o financiamento da agricultura familiar em todo o país e, para o estado de Minas Gerais estão previstos R\$ 1,4 bilhão¹⁸.

Vilela (1997) destacou que há uma evidente preocupação com a retirada do Estado da sua função histórica de suporte financeiro da agricultura e a prevaência radical do mercado no gerenciamento da agricultura (sendo que as ações do Estado devem limitar-se à pobreza rural). Schappo (2003) observou que as características desta proposta coadunam com os preceitos neoliberais do Estado Mínimo, da predominância das regras do mercado, da prevalência da iniciativa privada, de desregulamentação das atividades comerciais. Com isso, caberia à intervenção estatal, apenas, a defesa do bem público, a correção das falhas de mercado e a proteção ambiental. Neste sentido, o Estado deveria ocupar-se com políticas voltadas aos grupos que, historicamente não foram beneficiados pelas políticas públicas, deixando os demais submetidos às regras do mer-

¹⁷ Definição utilizada neste trabalho (INCRA/FAO, 1994) para designar categoria composta por 2,5 milhões de agricultores e que se situam entre a categoria periférica e a familiar consolidada.

¹⁸ De acordo com dados do Informativo da FETAEMG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais) 2008: Plano Safra da Agricultura Familiar 2008/2009.

cado. O Estado deveria “proteger” determinados grupos em detrimento de outros. Essa proteção deveria ocorrer, sobretudo a partir do direcionamento de políticas públicas diferenciadas a estes grupos.

O período compreendido entre a década de 80 e toda a década de 90 estendendo-se aos dias atuais tem sido marcado por discussões, debates e ações entre diversos atores da sociedade civil, do Estado e Organismos Internacionais em torno das bases estratégicas para as políticas de desenvolvimento rural. Nesta perspectiva, Schappo (2003) afirmou que:

[...] o período é perpassado por questões conjunturais as quais, apresentam novas condições macroeconômicas que resultam em impactos no sentido de redução dos gastos públicos com crédito agrícola e no redirecionamento das políticas públicas voltadas ao meio rural. Dessa forma, pode-se observar uma importante mudança de foco tanto no que se refere ao público alvo das políticas públicas (em relação às décadas de 60-70) quanto em relação as diversas dimensões e funções que marcam o cenário atual do mundo rural - compondo diferentes demandas a serem dinamizadas em suas potencialidades - apresentadas por diferentes segmentos populares, acadêmicos e governamentais (SCHAPPO, 2003, p. 34).

Algumas questões permeiam o atual contexto, impondo limites e desafios ao papel do Estado frente ao cenário internacional no que tange as respostas e ações em termos de políticas públicas - mais especificamente para o meio rural. Vilela (1997) destacou algumas questões fundamentais para problematizar tais desafios e limites no Brasil onde se observa o seguinte quadro: além das questões relativas à população expulsa da agricultura por diversos motivos (dentre eles a concentração fundiária), a discussão sobre o desenvolvimento rural hoje tem que enfrentar o retorno da população que não consegue mais sobreviver nos grandes centros urbanos, com o desafio de inserir novamente esta população em atividades agrícolas ou em outras atividades não-agrícolas; Ao lado destas novas demandas, um Estado sem “fôlego financeiro” para sustentar uma política de gastos públicos generalizados com a agricultura nos moldes do crédito subsidiado da década de 70 e nem mesmo dos preços mínimos dos anos 80; Limites do Estado em traçar políticas nacionais - frente à nova ordem política internacional e os projetos de agricultura nacional para o Brasil, concebidos pelo Banco Mundial.

No período, a partir da década de 80, como advertiu Schappo:

[...] esse modelo é rompido frente às condições macroeconômicas vigentes, em decorrência da crise da dívida externa. Assim, o governo passa a controlar o déficit fiscal e a geração de divisas para pagar a dívida. Neste cenário econômico, as políticas de ajuste macroeconômicas adotadas, levam a uma reforma na política de crédito rural que prioriza a redução do volume de crédito e indexando as taxas de juros nominais à inflação (SCHAPPO, 2003, p. 34-35).

Durante a década de 1980, o governo fortaleceu a política de preços mínimos e incentivou a produção doméstica. No final dos anos 80, a liberalização do comércio exterior para o setor agrícola e a desregulamentação de seus mercados foram medidas adotadas como parte de uma estratégia global para combater a ameaça de hiperinflação, conforme Helfand e Rezende, (2001).

Neste cenário, enquanto a política macroeconômica adotada no Modelo de Industrialização por Substituição de Importações estava voltada, sobretudo à proteção e expansão da indústria e com uma política agrícola compensatória cujo objetivo central era promover a modernização da agricultura, o novo modelo direciona as políticas macroeconômicas, especialmente a política fiscal, a monetária e a comercial às exigências postas frente à crise da dívida externa e ao combate à hiperinflação. O impacto dessas políticas para o setor agrícola foi analisado por Delgado (2001). Este autor afirmou que a política monetária que passou a predominar no Brasil a partir da década de 80 foi uma política contracionista que elevou as taxas de juros internas e reduziu a disponibilidade de crédito na economia, inviabilizando a continuidade da política agrícola de crédito rural subsidiado, predominante na década de 70. Em decorrência disso, houve uma redução do crédito agrícola nos anos 80. A política fiscal adotada afetou a política agrícola com a redução dos gastos com agências de pesquisa tecnológica e de Extensão Rural (extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER - e a estadualização das agências federais que atuavam nos diferentes estados brasileiros). Cabe destacar que enquanto no início da década de 80, as políticas de crédito, de preços mínimos e a tecnológica foram importantes para o setor, na década de 90, diante da crise da inflação e do fracasso das políticas de estabilização, vários são os limites postos para o seguimento de tais políticas. Neste contexto, tanto as políticas de mercado (preços, comercialização, crédito) quanto às políticas estruturais até então implementadas (pesquisa tecnológica e extensão rural) tornam-se fragilizadas e susceptíveis às restrições, verificando-se uma submissão das políticas direcionadas à agricultura às políticas de cunho macroeconômico, principalmente a política fiscal, monetária e comercial.

Segundo Delgado (2001, p. 30) entre as duas grandes crises externas do século XX - a Grande Depressão na década de 30 e a da dívida externa no início dos 80, a economia brasileira foi dominada pelo chamado modelo de Industrialização por substituição de importações. Este modelo representou a tentativa de introduzir no país os princi-

países setores produtivos característicos da industrialização nos países capitalistas avançados e com isso, recuperar o atraso da economia brasileira, reduzindo as diferenças em relação às economias capitalistas industrializados.

As principais consequências e manifestações da dívida são apontadas por Delgado (2001) e se referem à impossibilidade de acesso ao mercado internacional de crédito combinada com a elevação da remessa de juros por conta do aumento das taxas internacionais, a profunda crise institucional e financeira do Estado, e a aceleração da inflação.

O reconhecimento da necessidade de políticas públicas específicas para a agricultura familiar ocorreu após longo período em que a *agricultura patronal*, cuja produção estava voltada para o mercado externo, era o único segmento reconhecido pelas ações governamentais. No decorrer do processo de modernização da agricultura brasileira, Mattei (2006) afirmou que “a produção de commodities era o foco das políticas agrícolas”. O fato notório é que na década de 1990, a agricultura familiar se afirmou e ganhou espaço nas discussões acadêmicas e no âmbito governamental como setor reivindicante de políticas e investimentos.

Segundo Offe (1984), *Políticas Públicas* constituem estratégias por meio das quais se viabilizam as intervenções reguladoras do Estado, estabelecendo complementaridade funcional entre o sistema e instituições políticas e o sistema e o sistema econômico, onde:

As políticas públicas representam um conjunto de propósitos gerais que se apresentam como guias dos princípios para intervenções que deverão ser efetivadas por meio de programas e projeto. Com elas, o governo busca suprir as demandas sociais que emergem.

Pereira (2000) conceituou *política pública* como um elenco de ações e procedimentos que visam à resolução pacífica de conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos, sendo que os personagens envolvidos nestes conflitos são denominados “atores políticos”. No entanto, deve-se esclarecer que existem diferenças entre decisões políticas e políticas públicas. Nem toda decisão política chega a ser uma política pública. Decisão política é aqui apontada como uma escolha dentre um leque de alternativas, já política pública, que engloba também a decisão política, pode ser entendida como sendo um nexos entre a teoria e a ação. Esta última está relacionada com questões de liberdade e igualdade, ao direito à satisfação das necessidades básicas, como emprego, educação, saúde, habitação, acesso à terra, meio ambiente, transporte etc.

A partir da metade dos anos 1990, vêm ocorrendo alterações no sistema brasileiro de políticas sociais¹⁹ Tal como ocorre no debate internacional, também no Brasil reitere-se com frequência o argumento de que os governos contemporâneos tornaram-se, todos eles, prisioneiros do difícil dilema entre a nova política econômica e a política de proteção social, independentemente de suas orientações político-partidárias. Assim, sob a forte pressão financeira internacional, teriam optado pelo ajustamento econômico e fiscal. Ao fazê-lo, teriam dado significativos passos em direção ao desmantelamento do antigo *Estado de Bem-Estar Social*. Segundo Fiori²⁰

O chamado Estado do Bem-Estar Social foi o tipo de organização política e econômica que coloca o Estado (país) como agente da promoção (protetor e defensor) social e organizador da economia. Nesta orientação, o Estado é o agente regulamentador de toda vida e saúde social, política e econômica do país em parceria com sindicatos e empresas privadas, em níveis diferentes, de acordo com a nação em questão. Cabe ao Estado do bem-estar social garantir serviços públicos e proteção à população, regulamentação econômica em quase todos os níveis e intervenção, se necessário for.

Do ponto de vista de um Estado democrático e de um processo de justiça social baseado na ampliação da cidadania²¹ os anos 1990 apresentaram mudanças significativas nas políticas de caráter universal e redistributivas que, de um modo mais ou menos consistente, inspiravam a formulação de políticas públicas²² em diversos países pobres do terceiro mundo. Nesse contexto, as políticas neoliberais foram avassaladoras, colocando todos que se preocupavam em dar um caráter público ao Estado a remarem contra a maré do Estado Mínimo e das políticas compensatórias.

De acordo com Mattei (2006) a Constituição Federal de 1988 promoveu um reordenamento do Estado brasileiro. Para este autor,

¹⁹ O *Welfare State* contém a idéia de que sobrevivendo a conjunturas adversas, as chamadas “economias do bem estar social” marcam importante campo para a atuação regulatória do Estado.

²⁰ José Luís Fiori. Texto disponível em <http://www.iea.usp.br/artigos>.

²¹ Marta Arretche, explicita que a expansão e o desenvolvimento do *Welfare State* estão relacionados à ampliação progressiva dos direitos de cidadania, a uma evolução lógica e natural das sociedades (Marshall, 1967). De modo naturalizado, a percepção dos direitos sociais impulsiona a ação do Estado em prol de políticas públicas de cunho social (ARRETCHE, 1995).

²² As políticas públicas podem ser entendidas como o conjunto de planos e programas de ação governamental destinado à intervenção no domínio social, por meio dos quais são delineadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo na implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição. A orquestração de interesses diversos, dos mais diferentes setores da sociedade, contribui para conformação das estruturas de mercado e do conseqüente estabelecimento de políticas públicas que venham a contemplar não somente os interesses da maioria da população, mas também de grupos específicos organizados (DEMETERCO NETO, A., SANTOS, F. D. A., NAGEM J. V. G. Estado e desenvolvimento sustentável: o problema da aplicabilidade das normas constitucionais. In: SILVA, C. L. (Org.). **Desenvolvimento sustentável**: um modelo analítico integrado e adaptativo. Petrópolis: Vozes, 2006. 176p. Pp.65-102.).

Ao se primar mais pela descentralização das ações estatais, introduziram-se mecanismos de gestão social das políticas públicas, visando democratizar o acesso dos beneficiários aos recursos públicos. Em grande medida, esse movimento conduziu a um aumento crescente dos conselhos gestores, tanto de políticas setoriais como das políticas gerais de desenvolvimento nas esferas federal, estaduais e municipais (MATTEI, 2006, p. 13).

Neste contexto foi criado em 1996 o Pronaf²³ Sua criação e implementação se deve às intensas lutas e reivindicações das organizações dos trabalhadores rurais. A proposta do Pronaf, de acordo com o Título 10 do Manual de Crédito Rural (MCR), tem por objetivo primordial:

[...] o apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho da família produtora rural, observadas as condições estabelecidas neste capítulo, entendendo-se por atividades não agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar.

Dessa forma, a criação do Pronaf representou a legitimação por parte do Estado brasileiro, de uma nova categoria social intitulada agricultores familiares relegada, até então, a uma existência marginal em termos de acesso aos benefícios da política agrícola. Pereira (2006) afirmou que o Pronaf teve o mérito de inserir nas análises e procedimentos oficiais direcionados ao meio rural um recorte inovador e qualitativo. Dessa forma, o avanço na discussão desse tema demonstra, embora tardiamente, que o governo brasileiro esteja fazendo a mesma opção que os países desenvolvidos já fizeram: “A defesa dos segmentos mais carentes do meio rural como forma de incentivar o desenvolvimento rural” (PEREIRA, 2006, p.1).

A Constituição Federal de 1988, conforme Medeiros (2002) possibilitou a descentralização político-administrativa na medida em que passou para os municípios atribuições que antes estavam sob responsabilidade estadual e federal. Dessa forma, organizações como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ligadas à Igreja Católica, que, incentivando a atuação de movimentos sociais nos âmbitos rural e urbano contribuíram para evidenciar a importância que os grupos familiares tinham nas tomadas de decisões relativas às suas comunidades na medida em que passaram a participar de forma mais efetiva da gestão pública. Em meio a todas essas modificações no cenário nacional, nos anos 1990 as questões inerentes à produção familiar conquistam espaço nos debates sobre o meio rural brasileiro inclusive, através da exigência de políticas diferen-

²³ O Pronaf foi instituído pelo Decreto 1.946 de 28 de junho de 1996.

ciadas para este setor, pois, até então, os escassos recursos creditícios que obtinham eram disputados com outras categorias de produtores rurais. Atendendo a esta exigência e necessidade dos agricultores familiares, o Pronaf foi instituído como uma política governamental voltada à produção familiar. No meio rural brasileiro, o aumento da produtividade, associado ao consumo de tecnologia, tem fundamentado a ação e o discurso modernizador adotado no país. Neste sentido, um programa de fortalecimento da agricultura familiar voltado para as demandas dos trabalhadores (sustentado em um modelo de gestão social em parceria com os agricultores familiares e suas organizações), representa um avanço em relação às políticas anteriores. Tal tentativa de ruptura é intencional e aparece no próprio texto do Pronaf, quando ele chama a si o desafio de construir um novo modelo de desenvolvimento rural para o Brasil, sem os vícios do passado (Pronaf, 1996, p.14). Neste sentido, Denardi (2001) afirmou que:

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é a primeira política pública diferenciada em favor dos agricultores familiares brasileiros. O Pronaf é uma conquista dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais nas últimas décadas. Suas lutas podem ser simbolizadas pelos Gritos da Terra Brasil, liderados pela Contag e, no caso da Região Sul, pelas ações e pressões da Frente Sul da Agricultura Familiar.

A década de 1990 foi marcada por diversas mudanças quanto às formas de inserção da economia brasileira no cenário econômico internacional. Neste período, a economia brasileira torna-se voltada para o mercado externo.

Conforme Medeiros (2002, p. 62), pode-se afirmar que:

Esse processo de abertura comercial, no governo Collor teve como objetivo uma nova política industrial que estimulasse a modernização da indústria nacional através da concorrência externa. Entretanto, essa abertura ocorreu sem o acompanhamento de políticas que considerassem novos investimentos em infra-estrutura, problemas regionais, linhas de financiamento, etc, e, por conseguinte, seu principal impacto foi colocar muitos setores em dificuldades maiores do que as já existentes.

Pessoa (2003) afirmou que há algum tempo existe uma preocupação em estudar alternativas de emprego e renda no contexto brasileiro, principalmente quando se vivencia um período marcado por taxas crescentes de desemprego e, conseqüentemente, do aumento da miséria e pobreza de nossas populações, “especialmente as populações rurais que permanecem marginalizadas, à mercê da ação pública, que raramente as colocam efetivamente como pauta de ação nas suas agendas político-governamentais” (PESSOA, 2003, p. 16). Entre essas populações rurais, a constituída por agricultores familiares que historicamente permaneceu à margem das iniciativas governamentais no

Brasil. Na última década, essa categoria de agricultores passa a ser destacada, sendo apontada como uma possível alternativa de geração de emprego e renda no meio rural. Destaque que foi propiciado principalmente depois que foi institucionalizada por política pública voltada exclusivamente para o seu fortalecimento, com a criação do Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PLANAF). Assim, a importância dada à agricultura familiar restringia-se às áreas não ocupadas pelas grandes culturas de exportação ou pelas grandes fazendas de criação extensiva de gado, caracterizada pela utilização de sistemas produtivos tradicionais, cuja produtividade sempre foi baixa, voltada, essencialmente, para o auto-consumo alimentar. Outro fator que agrava essa precariedade é o tamanho reduzido dos seus estabelecimentos, em alguns casos, a má qualidade dos solos empregados na agricultura familiar, ausência de direitos mínimos sociais, ausência de infra-estrutura produtiva, e dificuldade de acesso aos mercados, constituindo-se em espaços de reprodução social diversificados, inseridos na heterogeneidade que configura o espaço rural brasileiro que se apresenta como o local privilegiado de reprodução da agricultura familiar.

Segundo Gonçalves Neto (1997), a ação mais atuante do Estado no meio rural se deu no período de 1960/1980, com a modernização desigual, que visava controlar e estimular a transformação de base técnica no meio rural. Sua difusão se deu através da mecanização, uso de adubos químicos, semente e matrizes selecionadas, condicionada pela política de crédito subsidiado, como afirmam Garcia e Palmeira (2001, p.73).

Denardi (2001) afirmou que no Brasil, as políticas públicas existentes para a agricultura nas últimas quatro décadas, restringiu-se praticamente à política agrícola, já que a política agrária foi sempre marginal ou inexistente. Este autor ressalta, portanto, que política agrícola, brasileira, sempre foi decidida em conformidade com os interesses dos empresários do *agribusiness*. Nas décadas de 80 e 90, as políticas setoriais, inclusive a política agrícola, perderam importância e cederam espaço para as políticas macroeconômicas, sobretudo a partir dos pacotes econômicos e da liberalização e, por fim, nos anos 90, passou-se a atribuir novos papéis para a agricultura e o meio rural, com destaque para a geração de emprego e a preservação ambiental. Neste sentido, cabe destacar que o Pronaf é a primeira política pública diferenciada em favor dos agricultores familiares brasileiros.

Os agricultores familiares nunca tiveram organização e força a ponto de influenciar as instituições governamentais que tomam as principais decisões de política agrícola. Além disso, nos últimos anos, com os ditames neoliberais, a polí-

tica agrícola tornou-se subsidiária e está hoje completamente submetida às determinações macroeconômicas, prevalecendo sempre as políticas fiscal, monetária (de juros) e cambial. A título de exemplo, lembramos que a política comercial da fase pós-real foi sustentada em grande medida pela agricultura, naquilo que muitos chamaram de "âncora verde". Penalizados pela sobrevalorização cambial até o início de 1999, os agricultores familiares brasileiros não tiveram nenhum tipo de compensação, em contraste com o que ocorreu, por exemplo, no México depois da entrada desse país no Nafta. Algumas novas funções da agricultura e do espaço rural (geração de emprego e preservação ambiental) advêm, principalmente, das cada vez mais minguadas possibilidades de geração de emprego na indústria e no meio urbano em geral, bem como das recentes demandas internas e externas que exigem a preservação da natureza e ambientes mais propícios para uma vida saudável (DENARDI, 2001, p.57).

No que se refere às políticas públicas destinadas à agricultura familiar, Denardi destacou também, a Previdência Social. A previdência é a mais importante política social para os agricultores familiares brasileiros. O montante de aposentadorias e pensões mensais recebidas por grande número de beneficiários no meio rural faz da previdência rural a política pública de maior alcance social no país. Levando-se em conta que algumas pessoas acumulam mais de um benefício, o número de beneficiários da previdência social rural deve situar-se um pouco acima de cinco milhões no Brasil.

Diversos autores que estudam o meio rural citam as que as lutas reivindicatórias dos movimentos sociais rurais e dos representantes dos agricultores familiares foram determinantes para a conquista desta política pública que se sustenta como um dos caminhos para promover o desenvolvimento rural via fortalecimento da agricultura familiar. Estas lutas podem ser simbolizadas pelos Gritos da Terra Brasil, liderados pela CONTAG e, no caso da Região Sul, pelas ações e pressões da Frente Sul da Agricultura Familiar.

O rural brasileiro está em transformação, aludido não somente como sinônimo de reprodução agrícola, mas também como referência de lazer, moradia, artesanato, turismo, entre outras. Torna-se uma opção de vida, de volta ao campo, para viver e produzir bens agrícolas e não-agrícolas. Assim como também se torna um prestador de serviços demandado pela *pluriatividade*. Neste sentido, "o rural é plural, exige políticas públicas com enfoque diferenciado" (CAMPANHOLA, SILVA, 2000, p.89).

2.2. Pronaf: um programa de política pública específico para a agricultura familiar

O processo de criação e implementação do Pronaf teve início em 1994, com a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), ainda no governo de Itamar Franco. Este programa operava com recursos basicamente, oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A importância do PROVAP deve ser destacada nem tanto pelos resultados alcançados em termos de benefícios gerados para os agricultores familiares, mas sim, porque este foi o embrião daquela que seria a política pública diferenciada por categorias de produtores rurais- o Pronaf.

Até esta data, os pequenos agricultores eram enquadrados pelas normas do Manual de Crédito Rural como “míni e pequenos produtores”, levando – os a disputar recursos com os grandes proprietários, que historicamente foram os principais tomadores do crédito destinado à agricultura (MATTEI, 2006, p. 15).

A proposição da política do Pronaf já representa um fato notório para o perfil histórico do desenvolvimento rural brasileiro e para as condições da inserção do segmento agrícola familiar no processo de desenvolvimento rural. Batistela (2000) afirmou que:

[...] historicamente, predominou uma franca divergência entre agricultura familiar e as vias tradicionais do desenvolvimento rural, especialmente – por ser o aspecto mais notório –, pela relação predominante agricultura familiar/crédito rural, com características seletivas e excludentes que promoveram uma separação entre as vias tradicionais do crédito rural – claramente um dos instrumentos principais do desenvolvimento rural convencional –, e a quase totalidade da agricultura familiar brasileira (BATISTELA, 2000, p.11).

Nestes termos, descreve-se a configuração predominante do desenvolvimento rural brasileiro, cujo perfil seletivo, excludente e concentrador, resultaram, historicamente, numa profunda ruptura entre as condições de reprodução social do segmento da *agricultura familiar* e as vias tradicionais do desenvolvimento rural, “caracteristicamente excludente e concentrador, principalmente para o caso dos pequenos agricultores familiares de precária base patrimonial e capital (BATISTELA, 2000, p. 11)”.

Essa configuração histórica do desenvolvimento rural e da sua relação com a agricultura familiar contribuiu para o surgimento de pressões populares e de movimentos sociais que, somados às transformações estruturais no âmbito rural, evidenciaram a necessidade de novos parâmetros para o desenvolvimento rural, especialmente no que diz respeito à inserção da agricultura familiar em seus direcionamentos.

Nesse contexto de pressões e reivindicações dos agricultores familiares e das instituições que os representam, tem-se o surgimento da proposta do Pronaf. Tal proposta, segundo Batistela,

[...] signatária de um conjunto inédito de indicações de desenvolvimento rural, aliado, essencialmente, à realidade da agricultura familiar. Isso significa que o Pronaf representa ao menos no nível do discurso, uma iniciativa de ruptura com o perfil tradicional do desenvolvimento rural, essencialmente por trazer explícita a perspectiva de reconfiguração do modelo de desenvolvimento, que aconteceria, principalmente, segundo as pretensões do governo, pela tentativa de inserção do segmento agrícola familiar nas vias do processo de desenvolvimento rural (BATISTELA, 2000, p. 12).

Para autores como Bittencourt e Abramovay (2003), o Pronaf “permitiu que imensa quantidade de agricultores familiares tivesse, pela primeira vez, acesso a créditos bancários”. Apesar disso, afirmam estes autores, tanto o Governo Federal como os movimentos sociais convergem no reconhecimento de que o sistema bancário é um obstáculo para que as metas definidas na política pública sejam atingidas e para que se expanda a base social do Programa.

Segundo Barbosa e Sousa (s.d.),

O Pronaf se estabelece dentro de uma concepção de desenvolvimento rural e de atuação do setor público, tendo como característica marcante servir de apoio ao desenvolvimento rural a partir do fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de postos de trabalho e de renda. No âmbito geral, os objetivos do Pronaf são proporcionar o aumento da produção agrícola a geração de ocupações produtivas e a melhoria da renda e qualidade de vida dos agricultores familiares, enfatizando, especificamente, o ajustamento das políticas públicas à realidade da agricultura familiar, a viabilização da infra-estrutura rural necessária à melhoria do desempenho produtivo da população rural, o fortalecimento dos serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar, a elevação do nível de profissionalização de agricultores familiares, propiciando-lhes novos padrões tecnológicos e gerenciais e o favorecimento do acesso de agricultores familiares e suas organizações ao mercado (BARBOSA E SOUSA s.d., p. 2).

Neste sentido, o Pronaf é um programa que necessita de parceria entre os governos municipais, estaduais e federal e a iniciativa privada. Sua execução é descentralizada, tendo como protagonista os agricultores familiares e suas organizações e apóia no tripé crédito rural, infra-estrutura e capacitação. Faz-se necessário criar condições no campo e capacitar o agricultor para que os recursos sejam aplicados com eficácia reduzindo assim, os riscos de endividamento dos agricultores familiares.

Segundo Mattei (2006), a modalidade de crédito para custeio participou expressivamente no volume total de recursos aplicados nos últimos anos, enquanto que a modalidade de crédito para investimentos começou a operar mais significativamente so-

mente após o ano de 1997. Ainda conforme este autor, cerca de 80 % do total de recursos do PRONAF Crédito Rural vai para o custeio, enquanto apenas 20 % do volume de recursos disponíveis são aplicados em investimentos nas unidades de produção.

De acordo com o Informativo da FETAEMG, os documentos exigidos para acesso ao crédito do Pronaf são: Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP); Documentos pessoais como a Carteira de Identidade (RG), o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Certidão de casamento se for o caso. Quanto à situação do agricultor familiar em relação a terra são exigidos os seguintes informações e documentos: Se proprietário, na DAP deve constar a dados de propriedade do imóvel; Se arrendatário, comodatário, parceiro, meeiro ou similar, o agricultor familiar deve apresentar o contrato que ratifique sua situação em relação a terra. No caso dos posseiros, na DAP deve constar a informação de que o (a) agricultor (a) tem a posse. No entanto, no mesmo informativo consta que na concessão dos créditos do Pronaf A, A/C, B, Jovem, Semi-Árido e Floresta, quando operações com risco da União ou do FNE, deve ser exigida apenas a garantia pessoal do proponente. Enquanto que nas demais linhas a escolha das garantias é de livre convenção entre o financiado e o financiador, que devem ajustá-las de acordo com a natureza e o prazo do crédito.

Neste sentido, quando se trata da liberação de um volume maior dos recursos do Pronaf, o agente financeiro adquiriu autonomia para exigir as garantias e contrapartidas que considera necessária. Esta medida, ao mesmo tempo em que permite ao banco liberar os recursos para os agricultores que tem garantias a oferecer e, portanto menor possibilidade de inadimplência tende a dificultar o acesso de muitos agricultores familiares ao Pronaf.

2.3. Pronaf: operacionalização, público-alvo e novas modalidades de crédito para a safra 2008/2009

Para acessar as linhas de crédito do Pronaf, o agricultor familiar deverá inicialmente obter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que será fornecida pela empresa de Assistência técnica ou Sindicato dos Trabalhadores Rurais. É este documento que identifica a família como beneficiária do Pronaf e diz a que faixa ela pertence. Antes das alterações estabelecidas para a safra 2008/2009, o enquadramento nos grupos do Pronaf

dependia da renda anual, do tamanho da propriedade e do número de empregados permanentes na propriedade. Depois de obter a DAP, é preciso definir qual será a atividade produtiva a ser financiada. Com ela, acredita-se reduzir os riscos dos recursos do Pronaf sofrerem desvio para um público que legalmente não poderia ser beneficiado com essa política.

Então, o agricultor familiar deverá procurar a assistência técnica para elaborar uma proposta de crédito para apresentar ao agente financeiro. Com o projeto feito e a DAP em mãos, é só encaminhar para o banco juntamente com os documentos pessoais. A partir daí, o banco irá analisar a viabilidade do projeto, o histórico bancário e o limite de endividamento para aprovar ou não a contratação do financiamento. Depois de contratado e liberado o financiamento, o agricultor e sua família implantarão o projeto, observando as normas e aplicando os recursos e finalidades definidas.

Operacionalmente, Mattei (2006) afirmou o Pronaf apresenta quatro linhas de atuação: i) Financiamento da produção: o programa destina anualmente recursos para custeio e investimento, financiando atividades produtivas rurais em praticamente todos os municípios do país; ii) Financiamento de infra-estrutura e serviços municipais: apoio financeiro aos municípios de todas as regiões do país para a realização de obras de infra-estrutura e serviços básicos; iii) Capacitação e profissionalização dos agricultores familiares: promoção de cursos e treinamentos aos agricultores familiares, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural; iv) Financiamento da pesquisa e extensão rural: destinação de recursos financeiros para a geração e transferência de tecnologias para os agricultores familiares. Neste trabalho nos interessa diretamente a linha de atuação financiamento da produção, em suas modalidades custeio e investimento que são aquelas acessadas pelos agricultores familiares do município que nos propomos a estudar. Em relação à delimitação do público-alvo, o programa²⁴ atende especificamente os agricultores familiares, identificados por meio das seguintes características: i) Possuir, pelo menos, 80% da

²⁴ Programa pode ser definido como é a estratégia de implantação de uma política, visto que apresenta um conjunto de metas e atividades prescritas e condizentes com os objetivos especificados para intervenção, no intuito de gerar mudanças desejadas. OLIVEIRA, C. M. **Políticas de desenvolvimento rural: avaliação pró-ativa das intervenções entre 1996-2005 no Estado do Pará**. 2006. 90f. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Extensão Rural, Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, 2006.

renda familiar originária da atividade agropecuária²⁵; ii) deter ou explorar estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais (ou até 6 módulos quando a atividade do estabelecimento for pecuária); iii) explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário; iv) utilizar mão-de-obra exclusivamente familiar, podendo, no entanto, manter até dois empregados permanentes; v) residir no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo; vi) possuir renda bruta familiar anual de até R\$ 60.000,00.

Ao longo de sua existência o Pronaf passou por diversas reformulações objetivando ampliar o número de beneficiários e o volume de créditos disponibilizados para os agricultores familiares. De acordo com a Resolução Nº. 3.559 de 28 de março de 2008, os grupos A (crédito para a reforma agrária) e B (microcrédito rural) não serão alterados. As linhas especiais (como Pronaf Floresta e Pronaf Jovem, entre outras) continuam a existir, mantendo os enfoques sociais e ambientais do Programa e as mesmas taxas de juros e limites de financiamento das linhas normais. Para essas linhas especiais do Pronaf²⁶ passa a valer a queda nas taxas de juros prevista para 1º de julho. Alguns exemplos dessa queda nas linhas especiais: Pronaf Agroecologia, Pronaf Mulher, Pronaf Floresta e Pronaf Agroindústria, que passarão a ter taxas entre 1% e 2% ao ano, enquanto hoje elas variam entre 2 e 5%. O Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel destacou que:

A simplificação do Pronaf atende as expectativas dos agricultores familiares e promoverá maior produção no meio rural brasileiro. Os juros ficam mais baixos e os limites de crédito, ampliados. Com isso, os agricultores terão um crédito mais ágil, moderno e adequado as suas necessidades.

A partir de 1º de julho de 2008, agricultores familiares de todo o país passaram a contar, com a simplificação das normas para a obtenção de crédito rural do Pronaf. A solicitação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) junto ao Conselho Monetário Nacional (CMN) atendeu às demandas de movimentos sociais dos agricultores

²⁵ Os critérios que procuram delimitar o público do PRONAF-C têm o nítido objetivo de evitar que os fundos do programa se dirijam aos agricultores patronais ou aos milhares de profissionais liberais detentores de áreas inferiores a quatro módulos rurais. Ao mesmo tempo, é óbvio que a aplicação rigorosa da norma segundo a qual 80% da renda familiar deve vir da *agropecuária* eliminaria não só médicos, advogados e professores que possuem um sítio, mas também milhões de unidades que o censo classifica como estabelecimentos, e cuja reprodução depende fundamentalmente de fontes que lhes são exteriores. (ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J.E., 1999. pp. 28-29).

²⁶ **Novas regras do Pronaf.** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/saf/index.php?scid=1862>. Acessado em: 20 de ago. 2008.

familiares, de extensionistas rurais e dos agentes financeiros em tornar as normas mais simples. A medida traz entre as mudanças a extinção dos grupos C, D e E do Pronaf, constituindo uma única categoria intitulada Agricultura Familiar. As taxas de juros serão reduzidas. Para os financiamentos de custeio, as taxas ficarão entre 1,5% e 5,5% ao ano (hoje, variam entre 3% e 5,5% para esses grupos que estão sendo extintos). Já as operações de investimento terão juros entre 1% e 5% anuais, enquanto atualmente variam entre 2% e 5,5% ao ano.

A classificação dos agricultores dentro dos grupos era feita mediante a análise da renda anual. A tabela abaixo sintetiza as informações referentes aos beneficiários do Pronaf, até então.

Tabela 1. Grupos e linhas do Pronaf, Público-alvo, modalidade e finalidade e crédito (adaptada).

<i>GRUPOS E LINHAS DO PRONAF</i>	<i>PÚBLICO-ALVO</i>	<i>MODALIDADE</i>	<i>FINALIDADE</i>	<i>CRÉDITO</i>
A	Produtores assentados da Reforma Agrária ou público alvo dos programas de crédito fundiário	Investimento	Financiamento das atividades agropecuárias e não-agropecuárias	Até R\$18.000 (Para estruturação complementar, até R\$ 6.000).
A/C	Produtores egressos do grupo A ou do extinto PROCERA/ Programa da Terra.	Custeio	Financiamento do custeio de atividades agropecuárias e não-agropecuárias.	De R\$ 500,00 até R\$ 3.500,00
B	Agricultores familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 4.000,00.	Investimento e Custeio	Financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias e custeio para mamona.	R\$ 4.000,00 limitado a R\$ 1.500,00 por operação.
C	Agricultores familiares com renda bruta anual acima de R\$ 4.000,00 e até 18.000,00.	Investimento e Custeio	Financiamento da infra-estrutura de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários no estabelecimento rural e também custeio agropecuário.	Investimento: De R\$ 1500,00 até R\$ 6.000,00; Custeio: De R\$500,00 até R\$ 5.000,00.
E	Agricultores familiares com renda bruta anual acima de R\$ 50.000,00 e até R\$ 110.000,00	Investimento e Custeio	Financiamento da infra-estrutura de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários no estabelecimento rural e também custeio agropecuário.	Investimento: Até R\$ 36.000,00 Custeio: Até R\$ 28.000,00
Jovem	Jovens agricultores (as) familiares, entre 16 a 29 anos, que cursam ou estejam cursando o último ano em centros de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio.	Investimento (uma única operação de crédito).	Financiamento da infra-estrutura de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários no estabelecimento rural de interesse do jovem produtor.	Até R\$ 6.000,00
Semi-Árido	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B, ou D	Investimento	Financiamento de projeto de convivência com o semi-árido, priorizando a infra-estrutura hídrica.	Até R\$ 6.000,00

Agrinf	Cooperativas centrais e singulares, associações ou outras formas associativas que tenham, no mínimo, 90 % de seus associados enquadrados nos grupos do Pronaf.	Custeio	Financiamento do custeio do beneficiamento e industrialização de produção própria e/ ou de terceiros.	Até R\$ 2.000.000,00, observado o limite individual de R\$ 5.000,00 por associado ou cooperado.
ECO	Agricultores familiares enquadrados nos grupos C, D ou E.	Investimento	Financiamento de projetos de tecnologia de energia renovável e ambientais, silvicultura, armazenamento hídrico e pequenos aproveitamentos hidroenergéticos.	Grupo C: Até R\$ 6.000,00; Grupo D: Até R\$ 18.000,00; Grupo E: Até R\$ 36.000,00.

Fonte: http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Pronaf/grupos_e_linhas/grupos_linhas/tabela-dos-grupos_21_09_2007.pdf.

No entanto, a partir das modificações estabelecidas para a safra 2008/2009 da agricultura familiar, o secretário da Agricultura Familiar do MDA, Adoniram Sanches Peraci, afirmou que com a simplificação do Pronaf, os agricultores familiares poderão solicitar o crédito rural de acordo com a sua necessidade. Peraci destacou que as taxas de juros serão definidas pelo valor financiado e, com isso, o critério da equidade será mantido. Os grupos A (crédito para a reforma agrária) e B (micro crédito rural) não serão alterados, permanecendo como funcionam atualmente. As linhas especiais (como Pronaf Floresta e Pronaf Jovem, entre outras) continuam a existir, mantendo os enfoques sociais e ambientais do Programa e as mesmas taxas de juros e limites de financiamento das linhas normais. Para essas linhas especiais do Pronaf, passa a valer a queda nas taxas de juros prevista para 1º de julho de 2008. Alguns exemplos dessa queda nas linhas especiais: Pronaf Agroecologia, Pronaf Mulher, Pronaf Floresta e Pronaf Agroindústria, que passaram a ter taxas entre 1% e 2% ao ano, enquanto antes elas variavam entre 2% e 5,5% anuais.

Estas modificações têm por objetivo simplificar e facilitar o acesso dos agricultores menos capitalizados aos recursos do programa uma vez que as taxas de juros foram reduzidas e a classificação dos beneficiários será feita por meio de faixas respectivas e não mais por meio de grupos. Neste sentido as alterações efetivadas podem contribuir para solucionar problemas como a concentração de contratos em certos grupos e linhas do programa assim como podem contribuir para ampliar sua base social. A tabela a seguir, apresenta uma síntese das Condições operacionais do Pronaf para a safra 2008/2009.

Tabela 02. Novas modalidades de crédito para a safra 2008/2009.

GRUPOS	LIMITES DE FINANCIAMENTO E TAXAS DE JUROS				PRAZO	CA- RÊN- CIA
	Faixa II	Faixa II	Faixa III	Faixa IV		
Custeio à agricultores (as) familiares	Até R\$ 5.000,00, juros de 1,5% a.a.	Mais de R\$ 5.000,00 até R\$10.000,00, juros de 3% a.a.	Mais de R\$ 10.000,00 até R\$20.000,00, juros de 4,5% a.a.	Mais de R\$20.000,00 até R\$30.000,00, juros de 5,5% a.a.	Até 2 anos.	Não se aplica.
Investimentos à agricultores (as) familiares	Até R\$7.000,00, juros de 1% ao ano.	Mais de R\$ 7.000,00 até R\$ 18.000,00 e juros de 2% a.a.	Mais de R\$ 18.000,00 até R\$28.000,00, juros de 4% a.a.	Mais de R\$28.000,00 até R\$36.000,00, juros de 54% a.a.	Até 8 anos	Até 5 anos.
Pronaf Mulher, Eco e Agroecologia	Até R\$7.000,00, juros de 1% ao ano.	Mais de R\$7.000,00 até R\$18.000,00, juros de 2% a.a.	Mais de R\$18.000,00 até R\$28.000,00, juros de 4% a.a.	Mais de R\$28.000,00 até R\$36.000,00, juros de 5% a.a.	Até 8 anos.	Até 5 anos.
Pronaf Agroindústria	Até R\$ 7.000,00 individual e até R\$ 500.000,00 coletivo, juros de 1% a.a.	Até R\$18.000,00 individual e até R\$10.000.000,00 coletivo com juros de 2% a.a.	Até R\$28.000,00 individual e até R\$25.000,00 coletivo, juros de 3% a.a.	-	Até 8 anos.	Até 5 anos.
Pronaf Mais Alimentos²⁷	De R\$ 7.000,00 até R\$ 100.000,00, juros de 2% ao ano.				Até 10 anos	Até 5 anos.

Fonte: Informativo FETAEMG: “Plano Safra da Agricultura Familiar 2008/2009”.

²⁷ O Pronaf Mais Alimentos é uma linha de crédito de investimento destinada a projetos em que pelo menos 80% da renda será gerada pela produção de milho, feijão, arroz, trigo, mandioca, olerícolas, frutas e leite, comprovada em projeto técnico ou proposta para investimento. O objetivo desta linha de crédito é alcançar um aumento da produção, até 2010, da ordem de 18 milhões de toneladas de alimentos ao ano. Os beneficiários são agricultores familiares enquadrados no Pronaf, exceto dos grupos A, A/C, e B. entre os projetos financiados por esta linha de crédito estão: i) Práticas de manejo, conservação e recuperação de solo, correção de acidez e recuperação e melhoramento da fertilidade; ii) Aquisição, adaptação, modernização, reforma e melhoramento de máquinas, implementos e equipamentos; iii) Equipamentos e sistemas de irrigação; iv) Construção, ampliação, modernização e recuperação de estruturas de armazenagem, incluindo equipamentos e estruturas de amostragem, análise, limpeza, secagem, classificação e beneficiamento ou processamento inicial da produção; v) Aquisição de equipamentos e programas de informática voltados para a melhoria da gestão dos empreendimentos rurais e/ou das unidades de armazenamento e beneficiamento.

CAPÍTULO 3 - O MUNICÍPIO DE TOCANTINS-MG: HISTÓRIA, OCUPAÇÃO DO ESPAÇO E DADOS ATUAIS

3.1. História e ocupação do espaço em Tocantins-MG

O município escolhido neste trabalho para análise da implantação e operacionalização do Pronaf foi Tocantins, localizado na microrregião de Ubá, no estado de Minas Gerais. A figura abaixo mostra a localização do município de Tocantins no estado de Minas Gerais e este no Brasil.

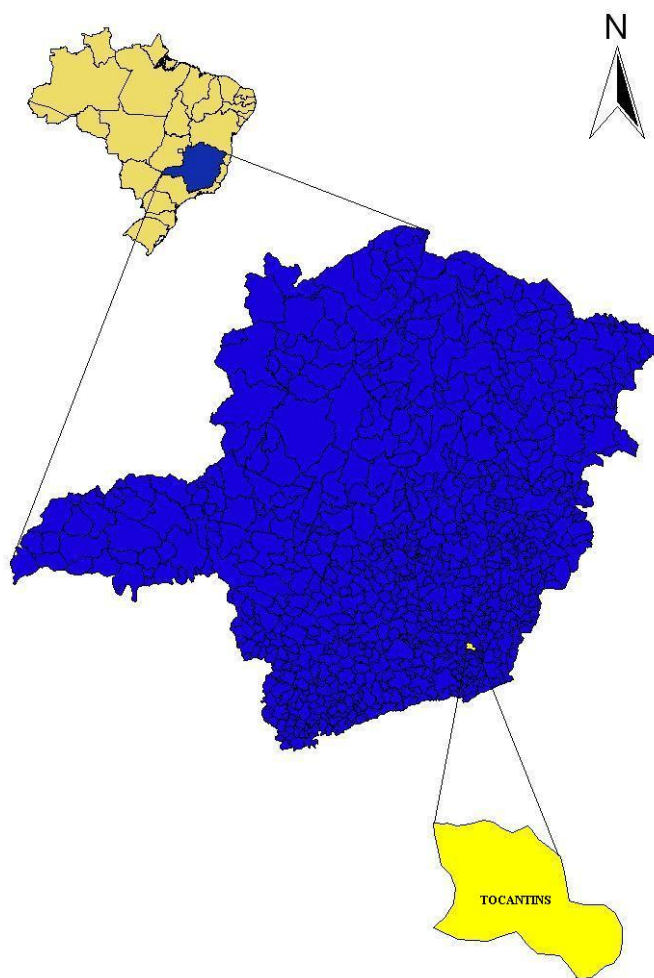


Figura 01: Localização do município de Tocantins. Fonte: GEOMINAS (2004).

Segundo a Cartilha do Legislativo de Tocantins²⁸ a história de Tocantins se prende muito à Rio Pomba, município de onde procedeu. Seu desenvolvimento ocorreu a partir do desbravamento das matas e a posterior instalação de habitações que demarcariam posses e futuras fazendas constituídas por extensas sesmarias. Por volta do ano de 1812, o território e a faixa que a atual sede paroquial domina, pertencia ao Capitão José Antônio Machado e ao Alferes Manoel Joaquim da Rocha. Neste período, o nome oficial da localidade era São José da Prateleira em decorrência de uma imagem de São José deixada por alguém no interior de uma palhoça à margem da estrada.

A partir de uma demanda entre os referidos senhores acertou-se que ambos doariam a faixa em litígio para São José. Por volta de 1813/1814 foi edificada uma capela em homenagem ao santo e a mesma foi visitada pelo Padre Antônio de Castro enviado para dar-lhe uma benção. Este fato conta a história, contribuiu para intensificar o aumento do número de habitantes na localidade. Em 13 de Julho de 1898, a povoação foi elevada à categoria de “Freguesia de São José do Paraopeba” em virtude do rio que atravessava a localidade. Outra capela foi erguida e esta mais tarde passaria por reformas dando origem à Matriz de São José. Por força da Lei nº 2500 de 12-XI-1878, o povoado passou a se denominar São José do Tocantins e pela Lei nº 7-IX-1923, recebeu o atual nome - Tocantins. A elevação à categoria de município ocorreu em 1º de Janeiro de 1949.

3.2 Aspectos econômicos e sociais

Conforme Valverde (1958), a microrregião de Ubá, denominada naquele momento por “*Zona dos Sítios de Fumo*”, correspondia a uma área ocupada por pequenos proprietários rurais. Eles possuíam, em média de 4 a 5 alqueires [...], o que corresponde de 12 a 15 hectares; nenhum chega a possuir 50 alqueires (VALVERDE, 1958, p. 51). Comparando esta informação com a realidade fundiária atual do município de Tocantins, percebe-se que este quadro não se modificou de forma considerável. Do total de

²⁸ CARTILHA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE TOCANTINS. 1ª ed. 2008, 32p.

603 propriedades rurais, 89,6% apresentam uma área inferior a 50 ha²⁹. A cultura e o comércio do fumo se expandiram fortalecendo a economia dos municípios integrantes desta microrregião do estado. Posteriormente, a produção de olerícolas tornou-se a principal atividade desenvolvida no meio rural tocantinense. Atualmente, segundo Telles³⁰, Tocantins está entre os cinquenta maiores municípios produtores de olerícolas do estado de Minas Gerais.

Outra atividade que tem ganhado espaço na produção rural local é a fruticultura. Esta atividade teve início no município há cerca de vinte anos e, inicialmente, a produção comercial era, sobretudo, de tangerina *Pokan*. Atualmente, os principais cultivos são: banana, limão, goiaba, manga, maracujá e ainda de tangerina *Pokan*. De acordo com dados da Emater-MG e do PMDRS, as explorações agropecuárias que predominam no município se distribuem da seguinte forma:

Tabela 03. Explorações agropecuárias do município de Tocantins-MG.

PRODUTO	ÁREA (ha) formação e produção	PRODUÇÃO (t)
Hortaliças	262,0	10.259,0
Milho para silagem	200,0	7.000,0
Fruticultura	440,0	4.109,0
Cana de açúcar (produção de cachaça)	40,0	3.200,0
Milho (grão)	100,0	400,0
Seringueira	8,0	64,0
Arroz (várzea úmida)	20,0	80,0
Fumo	20,0	14,0
Reflorestamento com eucalipto	340,0	-

Fonte: Emater; PMDRS, 2007.

Observa-se que é notável a maior participação das hortaliças no conjunto das atividades agrícolas, embora este cultivo tenha perdido espaço no município há algum tempo. A fruticultura, ao contrário, é uma atividade que tem ampliado a área ocupada e a produção.

²⁹ Os dados completos sobre a área das propriedades rurais do município de Tocantins constam na Tabela 07.

³⁰ Informação obtida em entrevista junto a José Domingos Telles, Extensionista da Emater de Tocantins-MG.

De acordo com dados do Ministério das Cidades, no ano de 2005, a composição setorial do PIB municipal apresenta-se da seguinte forma: agropecuária respondeu por 12,5%; o setor industrial, por 17,5% e o setor de serviços respondeu por 60,5%.

A pecuária, especialmente a leiteira, também é bastante expressiva no município. De acordo com dados do IBGE, os principais rebanhos criados no município estão expostos na tabela a seguir:

Tabela 04. Pecuária do município de Tocantins-MG/2007.

<i>CLASSIFICAÇÃO</i>	<i>TOTAL (cabeças)</i>
Aves (galinhas)	983.300
Bovinos	10.682
Equinos	680
Caprinos	150
Ovinos	110
Muares	42
Asininos	4

Fonte: Censo agropecuário 2006, resultados preliminares³¹

A agroindústria familiar é outra atividade que gera renda e postos de trabalho no município. Esta atividade pode se constituir em uma estratégia para ampliar a renda das famílias rurais e contribuir para a permanência destas no meio rural. De certa forma a agroindústria familiar contribui para aproveitar determinados produtos como as frutas que são colhidas uma vez por ano conciliando aproveitamento deste recurso com a geração de renda. Outros produtos como os derivados do leite, entre outros, são produzidos o ano todo com a finalidade de manter uma produção perene e se manter no mercado. De acordo com dados da Emater e do PMDRS, os principais produtos oriundos desta atividade estão apresentados na tabela abaixo:

³¹ IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2007; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acessado em 22 de Jan. 2009.

Tabela 05. Agroindústria familiar do município de Tocantins-MG.

<i>PRODUTO</i>	<i>PRODUÇÃO ANUAL</i>
Aguardente	48.000 litros
Doce de frutas	42.000 (vidros de 600 gr)
Rapadura	24.000 unidades
Doce de leite	14.000(vidros de 600 gr)
Doces diversos	13.000 Kg
Iogurte	2.400 litros
Conservas	2.000 Kg
Manteiga	960 Kg
Biscoitos	800 kg
Queijos minas frescal	720 Kg

Fonte: Emater; PMDRS, 2007

O artesanato também é bastante expressivo no município de Tocantins. Este trabalho está relacionado a diversas formas de ocupação, a saber: pinturas, fabricação de móveis de bambu e decorações, bordados, artefatos de madeiras, sabonetes, bijuterias, entre outros. No total são 107 artesãos reconhecidos pelo Conselho Municipal de Trabalho, Emprego e Renda³² de Tocantins.

Na década de 1970, a população rural contava com 71,8 % dos habitantes do município. Em 2007, segundo dados do Ministério das Cidades, estima-se que apenas (20,6%), ou seja, 3.240 pessoas correspondem à população rural do município de Tocantins – MG, conforme tabela abaixo.

Tabela 06. População residente no município de Tocantins-MG, nos anos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2007.

<i>ANOS</i>	<i>URBANA</i>	<i>RURAL</i>	<i>TOTAL</i>
1970	3.938	10.408	14.346
1980	5.754	7.418	13.172
1991	8.565	4.271	12.836
2000	11.346	3.658	15.004
2007	12.100	3.705	15.805

Fonte: ALMG (2008); PMDRS (2008).

³² O Conselho Municipal de Trabalho, Emprego e Renda (CMTER), é outro conselho que se encontra em estruturação no município. No momento da pesquisa de campo, não foi encontrado nenhum funcionário da prefeitura que pudesse responder por ele. Encontramos apenas indícios de que havia articulações para a realização de reuniões a partir de junho de 2009 para decidir os rumos CMETR.

Este município conta com grande número de propriedades de até 100 ha módulo fiscal³³ máximo exigido para obtenção do crédito do Pronaf. Considerando a área exigida para que o agricultor seja beneficiário do Pronaf, cerca de 84,4% dos estabelecimentos são passíveis beneficiários do Pronaf. De uma forma geral, as pequenas propriedades correspondem à maioria dos estabelecimentos rurais como pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 07. Distribuição das propriedades rurais do município de Tocantins-MG por número e área.

TAMANHO DA PROPRIEDADE	Nº DE PROPRIEDADES	ÁREA (ha)
Menos de 1 ha	43	16
De 1 a menos de 2 ha	52	70
De 2 a menos de 5 ha	110	340
De 5 a menos de 10 ha	115	870
De 10 a menos de 20 ha	123	1748
De 20 a menos de 50 ha	97	2219
De 50 a menos de 100ha	40	2636
De 100 a menos de 200 ha	20	2.512
De 200 a menos de 500 ha	3	1.028
De 500 a menos de 1000ha	0	0
Acima de 1000 ha	0	0

Fonte: PMDRS, 2007

Do total de 603 propriedades rurais existentes em Tocantins-MG, 476 são administradas sob o regime familiar. Entre a população rural, 1431 pessoas são cadastradas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e 155 pessoas são cadastradas no Sindicato dos Produtores Rurais. Além destas formas de representação, as comunidades rurais do município possuem Conselhos de Desenvolvimento Comunitário e o município possui ainda, ASPRUT³⁴ (Associação dos Produtores Rurais de Tocantins-MG).

Neste sentido, José Pinto Maciel³⁵ afirmou que atualmente a maioria dos conselhos comunitários e a ASPRUT encontram-se inoperantes enfraquecendo assim o processo de participação das comunidades rurais nas tomadas de decisão. Porém, uma das

³³ Módulo fiscal corresponde ao módulo rural médio do município. A dimensão do módulo fiscal é variável segundo a região ou área do território brasileiro (varia entre 05 e 110 ha), pois depende da ocupação histórica e das características das atividades agropecuárias, em que se incluem a potencialidade dos solos e as características climáticas.

³⁴ Até a presente data (20 de agosto de 2008), a ASPRUT encontra-se desativada. Porém existem articulações para que a mesma seja revitalizada.

³⁵ Atual presidente do CMDRS e do Sindicato dos Produtores Rurais e um dos beneficiários do Pronaf entrevistados.

prioridades colocadas no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PM-DRS) é revitalizar a ASPRUT, transformando-a “em um ponto de encontro para os produtores rurais do município”³⁶, onde os agricultores possam adquirir insumos, fazer exposições de produtos como artesanatos ou produtos das agroindústrias e também possam ter contato com mercados³⁷ via ASPRUT.

Ao analisar os dados sobre o Pronaf no município de Tocantins, no período 1999/2007, percebe-se grande concentração de contratos para os agricultores enquadrados no Grupo D (agricultores familiares com renda anual mais elevada), na modalidade custeio, especialmente no período compreendido entre os anos agrícolas de 1999/2000 até 2002/2003. A partir deste período inicia-se um processo de desconcentração quanto aos grupos, modalidades e também, em relação ao número de contratos e volume de recursos, conforme será mais detalhado na seção seguinte.

³⁶ Informações obtidas em uma conversa informal com José P. Maciel, realizada na sede do Sindicato dos Produtores Rurais de Tocantins (MG), em 25 de maio de 2008.

³⁷ Em diversos momentos neste trabalho faremos menção à problemática da falta de apoio para comercialização da produção, sobretudo, de olerícolas no município. Espera-se que a ASPRUT possa de alguma forma contribuir para a solução deste problema.

CAPÍTULO 4 – PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE TOCANTINS-MG

A agricultura familiar de Tocantins-MG, a exemplo dos demais municípios da microrregião de Ubá, tem um caráter mercadológico, com alto poder de comercialização³⁸. Entre as produções destacam-se: olerícolas (cujos principais produtos são o tomate, pepino, jiló, pimentão e abobrinha); pecuária leiteira cuja produtividade é bastante significativa; fruticultura representada principalmente pelos cultivos de tangerina *Pokan*, banana, limão, goiaba, manga, maracujá.

A maioria dos estabelecimentos rurais do município é considerada de caráter familiar, (476 propriedades) e, a agricultura patronal é representada por 124 dos seus estabelecimentos, segundo dados do Censo Agropecuário (1995/1996). No entanto, mesmo sendo predominante a agricultura familiar, a exemplo do que ocorre no Brasil, nos pequenos municípios rurais como um todo, percebe-se grandes disparidades quanto à área ocupada em relação ao número de estabelecimentos. Em Tocantins observa-se os seguintes dados: a agricultura patronal é representada por 124 estabelecimentos ocupando uma área de 6.303 hectares. Em contrapartida, a agricultura familiar aparece representada por 476 estabelecimentos ocupando 5.924 hectares. Ao fazer o cálculo da média da área dos estabelecimentos patronais e familiares, tem-se uma média de 50,84 ha para os estabelecimentos patronais e os estabelecimentos familiares apresentam área média de 12,45 ha³⁹.

De acordo com dados do MDA/SAF (2000), a construção de tipologias de produtores rurais não é tarefa fácil porque o comportamento e a racionalidade dos vários tipos de produtores respondem a um conjunto amplo e complexo de variáveis com peso e significado diversos. Para melhor caracterizar o universo familiar separando-os dos patronais o INCRA/FAO adotou como condição para o estabelecimento ser classificado como familiar: i) a direção dos trabalhos do estabelecimento era exercida pelo produtor;

³⁸ A comercialização dos produtos é realizada individualmente entre produtor e intermediário. Isso confere total liberdade a estes comerciantes para determinar o preço, os prazos e as formas de pagamento das mercadorias. Na maioria das vezes, o agricultor recebe uma quantia irrisória pelos produtos incapaz de cobrir até mesmo os custos de produção.

³⁹ Aqui se trata da média da área das propriedades rurais. Das 476 propriedades classificadas como familiar no município, 123 (20,39%) delas apresentam área menor que 20 ha.

ii) o trabalho familiar era superior ao trabalho contratado; iii) adicionalmente, foi estabelecida uma área máxima regional como limite superior para a área total dos estabelecimentos familiares.

Quanto ao grau de especialização, ou seja, nessa classificação, o que é observado é se apenas um produto ou mais de um atinge 100% do valor bruto de sua produção, a saber: é considerado muito especializado o agricultor familiar em que um único produto atinge 100% do valor bruto da produção. É considerada diversificada, a propriedade familiar em que um único produto atinge 35 a 65 % do VBP. Especializados são aqueles agricultores familiares que obtém um único produto a maior parte da renda total, tanto por estabelecimento quanto por unidade de área. São considerados agricultores muito especializados aqueles em que nenhum produto atinge 35% do VBP total do estabelecimento. O INCRA/FAO (2000) afirma que este grupo obtém mais renda por ha do que os agricultores classificados como diversificados, independente do tipo de agricultor.

No município em estudo, observa-se que: 55% dos agricultores familiares são classificados como muito diversificados; outros 26,9% são classificados como especializados; os diversificados são representados por 52,9% do total; 13,7% foram classificados como muito diversificados; e, por fim, para 1,1% dos agricultores familiares do município, o grau de especialização não foi identificado.

Outra variável de grande relevância para delimitar o universo dos agricultores familiares, segundo o INCRA/FAO, é o grau de integração ao mercado. Esta variável é definida como a relação entre o valor da produção comercializada e o valor bruto da produção (VBP). São considerados como muito integrados ao mercado, os agricultores que comercializam mais de 90% do seu VBP; São integrados ao mercado aqueles agricultores familiares que comercializam entre 50 e 90% de seu VBP; Pouco integrados ao mercado são aqueles agricultores que comercializam menos de 50% do valor de sua produção. No entanto, deve-se ressaltar que, os agricultores familiares muito integrados ao mercado são os que apresentam maior renda média por estabelecimento e por ha. No contexto nacional, os agricultores familiares muito integrados são responsáveis por 38,8% do VBP da agricultura familiar, mesmo dispondo de apenas 21,6% da área.

Para o município de Tocantins-MG, têm-se os seguintes valores: 19,1% são classificados como muito integrados; Outros 52,5% são classificados como integrados; cerca de 27,3% são classificados como pouco integrados; Por fim, 1,1% não tiveram o grau de integração ao mercado identificado.

Quanto ao tipo de mão-de-obra utilizada, a agricultura familiar brasileira pode ser descrita da seguinte forma: Segundo o INCRA/FAO, a utilização do trabalho familiar, por meio de um responsável pelo estabelecimento e demais membros da família não remunerados, ainda é muito forte entre os agricultores familiares, tanto em número de estabelecimento quanto na participação do VBP. Considerando os dados do Brasil como um todo, 76,9% dos agricultores familiares utilizam apenas do trabalho familiar em seus estabelecimentos. No município em estudo, possui a seguinte configuração: cerca de 54% dos estabelecimentos familiares utilizam apenas mão-de-obra familiar; outros 2,1% complementam a mão-de-obra familiar com trabalhadores temporários; 0,2% utiliza mão-de-obra familiar, temporária e permanente; 15,5% consorciavam mão-de-obra familiar com o emprego de máquinas; outros 28,2% combinam mão-de-obra familiar e as demais combinações.

4.1. Políticas direcionadas ao meio rural tocantinense

No decorrer do trabalho de campo, alguns entrevistados falaram sobre suas aspirações quanto à necessidade de mudanças para o meio rural tocantinense. O município vem passando nos últimos anos por um constante e acelerado processo de *êxodo rural*.

Comunidades como a da “Pindaíba” estão se tornando uma imensa área de lazer constituída por “sítios de fins de semana” pertencentes a comerciantes e empresários locais. É cada vez menor o número de moradores fixos ou aqueles que trabalham diretamente nas atividades agropecuárias nesta comunidade. Isso é preocupante! Eu acredito que isso acontece porque as pessoas estão perdendo o rumo. Não conseguem mais sobreviver do trabalho na terra. Eles têm que procurar alternativas nas fábricas, no comércio e em outros tipos de trabalho (L. 1) ⁴⁰.

Uma das maiores preocupações destas vozes se refere ao “futuro do rural tocantinense”, rural este que segundo os agricultores que mencionaram este problema deveria se destacar pela produção agropecuária, pelos costumes e hábitos de vida relacionados a estas mesmas atividades. Conforme relato de um destes agricultores,

“Na roça aqui de Tocantins, só tá ficando quem é proprietário, já tá velho, não vai se acostumar a viver na cidade. Quem tiver vivendo só da renda da terra tá indo embora porque tá cada vez pior, mais difícil viver do trabalho da lavoura. É prejuízo trabalhar. Tá ficando mais barato comprar tudo pronto do que produzir. Os jovens com certeza não vão ficar. Quando receber a herança dos pais

⁴⁰ Trecho da entrevista concedida por uma liderança do município de Tocantins-MG.

vende e vai embora trabalhar na cidade ou vai antes mesmo. Vai e volta todo dia, dá um jeito” (A.F. 1) ⁴¹.

Nas entrevistas realizadas junto aos representantes das instituições relacionadas ao meio rural, percebe-se grande empenho destes, pelo menos no discurso, em buscar alternativas para solucionar problemas locais, que em nada diferem daqueles que assolam muitos municípios brasileiros. No entanto, parece que o caminho percorrido entre a elaboração das alternativas e a colocação destas em prática é bastante moroso. Pelo que se percebe existem muitas “*cartas de intenções*” e falta apoio e iniciativa para a efetivação das ações.

A política de crédito do Pronaf é reconhecida pelos representantes das instituições como a mais atuante política voltada para o meio rural tocantinense. Conforme relatos de um dos entrevistados:

O Pronaf é um recurso bom, com juros baratos, subsidiados e que beneficia os agricultores familiares. Se, em outros momentos eles foram excluídos do crédito rural, agora têm um programa de crédito que considera a realidade deles. O Pronaf foi pensado para esse grupo de agricultor [...] eu acho que ele é um excelente programa. É um dinheiro vultoso mais que precisa ser mais bem direcionado. Algumas questões precisam ser tocadas para que esse programa não se perca ou tenha um efeito menor do que a gente espera dele (G. P.1).

Outro entrevistado enfatizou a importância dos recursos do Pronaf para o comércio relacionado ao meio rural:

O recurso do Pronaf é muito bom até mesmo para a economia local porque o agricultor tem a opção de comprar insumos ou equipamentos à vista. Assim, ele se livra de pagar juros no comércio e economiza. Com isso, ele já diminui os custos de sua produção (G. P. 2).

No entanto, lamentam que a política de crédito não esteja atrelada a uma assistência técnica capaz de promover a orientação dos agricultores familiares do município. O STR e a Emater reconhecem que a falta de pessoal compromete a qualidade dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), prestada aos agricultores do município e esperam que em 2009 sejam contratados novos profissionais para solucionar este problema.

[...] eu acredito, eu acho que o produtor vem à Emater, vem nos procurar mostrando interesse em crescer porque esse é o objetivo principal do Pronaf. E junto, o produtor, a Emater e até outros órgãos deveria traçar um projeto. Olhar como tá a propriedade dele hoje e aonde ele quer chegar e aí a gente define metas. Elabora um plano de trabalho para cumprir metas. Aí sim. Com esse plano de trabalho, a gente vai fazer um projeto mesmo de desenvolvimento para aquela família, para aquela propriedade [...] só que o acompanhamento é uma

⁴¹ Agricultor Familiar aposentado, beneficiário do Pronaf, na modalidade Investimento.

coisa que me deixa intrigado. Como é um recurso especial, [o Pronaf], que visa assistir uma classe, que até então ela era marginalizada, eu acho que a assistência técnica para esse grupo tinha que ser exclusiva. Teria que ter um técnico para assistir certo número de famílias pronafistas, não é? Igual, no município, eu representando a Emater, nós temos aí hoje, dentro dos meus controles, 1200 produtores rurais para um técnico sozinho assistir. A gente procura atender da melhor maneira possível, mas a gente sabe que o atendimento fica aquém. Porque uma assistência técnica, na verdade, o nome assistência já diz: assistir, estar junto. É para acompanhar mesmo a todo o momento que for necessário e, até mesmo nos momentos que não for necessário você prevê um possível problema que poderá surgir à frente. Então, eu acredito, eu sonho, eu acho que deve ser até mesmo no Brasil todo o Pronaf para ele ter sucesso ele precisa de determinação, uma definição muito clara mesmo do público que vai ser assistido. Já tá definido a assistência Técnica da Emater ou de outras instituições então, só falta definir que o técnico irá assistir exclusivamente aquele grupo de agricultores pronafistas. Aí ele pode se dedicar àquele grupo e um número de agricultores que ele tenha condições de acompanhar e mostrar resultados. Pode parecer um sonho ou talvez, dentro de nossa visão de mundo onde tem que “enxugar”, mas isso aí eu não consigo ver que realmente ainda um técnico vai assistir um número exagerado de famílias rurais e possa fazer isso com qualidade. Eu até gostaria que essa questão fosse levada à discussão em esferas maiores, com a opinião de um número maior de técnicos [...] também opinião daqueles que elaboram essas políticas para que realmente o programa possa dar certo (G. P. 1).

Neste sentido, o STR adotou o seguinte posicionamento:

O Sindicato agora que está estruturado pode ampliar os serviços oferecidos aos agricultores que ele representa. É projeto nosso a partir desse ano contratar pessoal qualificado para oferecer assistência técnica aos nossos associados. Para isso, era preciso contratar agrônomo, veterinário e [...] também tem que pensar em pessoas para desenvolver projetos junto às mulheres e aos jovens porque estes grupos não têm representantes. Muitas vezes, o agricultor e sua família precisam de conhecimento técnico para a lavoura ou para os animais, mas, essa necessidade pode ir além disso. Outra coisa que pode contribuir são cursos de capacitação para o desenvolvimento de diversas atividades que podem ajudar nos rendimentos da família e para melhorar a vida das pessoas no campo (L. 1).

Outra questão levantada pelo STR diz respeito à possibilidade de firmar um convênio com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Dessa forma, os agricultores poderiam vender a produção ou parte desta para o governo obtendo assim, pelo menos um preço mínimo estabelecido e que poderia evitar a perda total como ocorre em algumas safras, conforme declaração da presidente desta instituição. Esta questão já foi levada pelo STR ao Executivo, ao Legislativo municipal e ao CMDRS numa tentativa de discutir em parceria a possibilidade de concretizar o convênio.

A política de Assistência Técnica e Extensão Rural subsidia outros programas como, por exemplo, as compras de insumos (calcário, adubos, sementes, entre outros) em conjunto.

Este sistema de aquisição de insumos já ocorreu no município via ASPRUT e, na época, apresentou inúmeras vantagens como, por exemplo: menor preço dos

insumos resultando em menor custo da produção e melhor relacionamento dos comerciantes desse gênero de mercadorias com os agricultores, já que passou a existir maior concorrência com fornecedores de municípios vizinhos (G. P. 1).

No entanto, depois de um tempo de atuação, a ASPRUT passou a não atender aos interesses dos agricultores, culminando na redução do número de associados e no encerramento de suas funções. Atualmente lideranças locais juntamente com representantes do poder público iniciaram um projeto de revitalização dessa associação previsto para meados de 2009.

Contudo, grandes desafios têm que ser enfrentados, sobretudo, a superação da descrença dos agricultores familiares em relação às intenções desta associação. As atividades da ASPRUT cessaram em parte em razão de sua busca em atender aos interesses dos “produtores rurais de Tocantins” sem fazer distinção, pelo menos em tese, entre agricultores familiares e patronais. Aqui parece existir o principal gargalo à plena atuação desta associação. Conciliar dentro de uma mesma associação campos de disputas⁴² bastante diversos pode ter levado a sua extinção na medida em que ela evidenciou uma dualidade de categorias cada uma com aspirações, poder de negociação e interesses distintos.

Não se trata, entretanto, de afirmar que os dois grupos de agricultores (o familiar e o patronal)⁴³ não possam coexistir ou não possam ter necessidades semelhantes. O que se está colocando é que, segundo relatos dos agricultores familiares, dentro do mesmo espaço pode ter havido favorecimento aos grupos ou pessoas de maior prestígio social e poder econômico em detrimento do segmento com menor poder de negociação e poder de decisão.

Os representantes do STR têm expectativas de que em 2009 seja realizada a divulgação do trabalho das mulheres do meio rural tocantinense por meio de uma feira que ainda está sendo preparada com o intuito de valorizar a produção feminina. O STR reconhece que as mulheres desempenham um importante papel nas atividades agrícolas

⁴² Neste sentido, vale ressaltar que a demarcação de um campo de disputas pode surgir a partir da concorrência entre interesses específicos de agentes ou instituições, onde a sociedade é concebida de inúmeros campos sociais. As rivalidades caracterizam o debate, cujas características são próprias de cada campo e as lutas que legitimam as representações de cada segmento ou grupo do mundo social determinam um campo de disputas (BOURDIEU, 1989).

⁴³ Conforme Veiga 1996, a agricultura patronal pode ser caracterizada, entre outros aspectos por apresentar: separação entre gestão e trabalho; organização centralizada; ênfase na especialização; ênfase em práticas agrícolas padronizáveis; trabalho assalariado predominante e tecnologias voltadas principalmente à redução das necessidades de mão-de-obra.

e não-agrícolas do município, por isso, pretende desenvolver ações para incentivar a continuidade dos trabalhos realizados e apoiar novas iniciativas. Inicialmente, o STR pretende realizar esta feira periodicamente com o apoio dos Conselhos Comunitários nas comunidades onde os mesmos forem atuantes. Acredita-se que esta iniciativa irá despertar o interesse das comunidades para a importância da participação nos conselhos locais como forma de valorizar ações da própria comunidade. Para realizar este evento o STR conta com o apoio e a parceria da Emater para a organização e a continuidade dos trabalhos.

A Emater e o STR apontam o CMDRS como um importante veículo formador de consciência em relação à participação e a gestão social, na medida em que um dos caminhos “para superar obstáculos é poder ser sujeito das decisões, que deverão ser tomadas em conjunto” (MEDEIROS, 2002, p. 211). Inclusive, a falta de participação social é apontada como um dos principais desafios a serem superados no município.

Foi o CMDRS que coordenou o programa de eletrificação rural do Governo Federal (Luz para Todos). Foi muito bem sucedido o trabalho de diagnóstico [*levantamento dos beneficiários*] e também de fiscalizador. O CMDRS também tem o papel de despertar a consciência dos agricultores sobre a participação deles nesse processo (G. p. 1).

Essa visão encontra consonância na literatura, conforme podemos ler no trecho citado a seguir.

A profusão de conselhos gestores é a mais importante inovação institucional das políticas públicas no Brasil democrático. Não há estudo sobre o tema que não enfatize a precariedade da participação social nestas novas organizações e sua tão frequente submissão a poderes locais dominantes. Mas é praticamente unânime o reconhecimento do potencial de transformação política que os conselhos encerram. Se eles tendem muitas vezes a reproduzir um ambiente social avesso à ampla discussão dos assuntos públicos, não é menos certo que sua simples existência abre o caminho para a entrada na vida dos indivíduos e dos grupos organizados de temas até então ausentes. A alocação de recursos governamentais por parte de representações que extrapolam o círculo da política profissional não tem por si só o condão de alterar o cotidiano de qualquer organização ou localidade: os conselheiros podem ser mal informados, pouco representativos, indicados pelos que controlam a vida social da organização ou localidade em questão, mal preparados para o exercício de suas funções ou, o que parece tão freqüente, uma mistura de cada um destes elementos. Mas o simples fato de existirem conselhos abre o caminho para que se amplie o círculo social em que se operam as discussões sobre o uso dos recursos públicos (ABRAMOVAY, 2001, p. 3).

De acordo com outra liderança local entrevistada, ao CMDRS cabe a função de “*fiscalizador do Pronaf no município*”. Inclusive, o informante relatou que enquanto conselheiro do CMDRS já havia participado de uma visita a uma propriedade rural com

o intuito de averiguar o enquadramento do proprietário em uma das modalidades de crédito do Pronaf.

O município carece de associações e de órgãos que possam representar o agricultor especialmente, o agricultor familiar. A única associação de produtores rurais que existia no município encerrou suas atividades devido à falta de credibilidade dos agricultores. A partir do momento em que sobressaíram conflitos de interesses em detrimento da busca por benefícios para todos os associados dentro da ASPRUT, os dirigentes não conseguiram mais mantê-la em atividade. No momento fala-se em sua revitalização, no entanto, a participação dos agricultores familiares juntamente com seus representantes parecem não ter grande poder decisório no contexto atual. O CMDRS tem dado apoio a essa associação, contudo, tanto os conselheiros quanto os representantes do poder local que fazem parte da organização da “nova ASPRUT” escolheram dirigentes a partir de afinidades pessoais e não de acordo com a melhor forma de representar os interesses das comunidades rurais e dos agricultores familiares.

A partir da criação do CMDRS, foi criado o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS). De acordo com um dos articuladores da elaboração do PMDRS:

A elaboração do PMDRS do município de Tocantins resultou de diagnóstico realizado nas comunidades rurais do município, onde foram explicitadas os principais problemas, necessidades e potencialidades de cada um delas. A iniciativa da elaboração deste documento partiu do então formado Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), que se propôs a elaborar um plano específico para o setor rural, a partir das necessidades manifestadas pelas comunidades rurais. O PMDRS apresenta como objetivo geral, criar condições necessárias para o conhecimento das necessidades das comunidades rurais apontadas pelas próprias comunidades. A partir daí, foram identificados os problemas de cada comunidade e em seguida, os problemas comuns foram agrupados. Posteriormente, procederam à sugestão de projetos relacionados com os problemas identificados. Por fim, iremos buscar apoio para execução destes projetos junto ao Executivo e Legislativo municipal para a viabilização e o estabelecimento de políticas públicas sustentáveis voltadas para o bem estar no meio rural (G. P.1).

De acordo com o informante citado acima, os problemas comuns elencados pelas comunidades rurais foram divididos em sete campos de ação, a saber: agropecuário, social, saúde, educação, meio ambiente, econômico e infra-estrutura. Em seguida foram enumerados os problemas relacionados a cada um para facilitar o delineamento de projetos e solução dos problemas apontados. Para atingir estas solicitações das comunidades rurais, o PMDRS estabelece um conjunto de possíveis programas a serem implementados para atuar em cada um destes setores. Porém, os primeiros projetos estavam

programados para entrarem em execução a partir de setembro de 2007 e até hoje não saíram do papel.

O PMDRS apresenta as seguintes expectativas para a agricultura no município, a saber:

- Viabilizar estrutura para compra e venda em conjunto;
- Aquisição de patrulhas mecanizadas (pelo menos três tratores);
- Aquisição de equipamento para combate e controle de formigas cortadeiras;
- Criação de um Fundo Municipal de Agropecuária;
- Ampliar a Equipe Técnica da EMATER/MG com profissionais especializados nas áreas: agrônômicas, veterinária e bem-estar-social;
- Investimento e melhoramento das atividades agropecuárias;
- Mobilização para organização dos agricultores familiares.

A elaboração e a execução dos projetos prevê a realização de parcerias com diversos órgãos e instituições para atingir os objetivos propostos. Os envolvidos no processo de elaboração do PMDRS esperam que, em 2009 tenham maior apoio para a concretização dos projetos anunciados.

Estava previsto para o ano de 2008 a aquisição de uma patrulha mecanizada e equipada com diversos implementos para atender às demandas de preparo do solo e plantio no município. No entanto, a concretização deste projeto foi adiada para 2009 e, de acordo com as informações atuais, a patrulha será substituída por uma patrol.

Por intermédio do CMDRS, foram adquiridos dois tanques comunitários de resfriamento de leite com capacidade de 1.500 litros cada. O projeto inicial era a aquisição de apenas um tanque com capacidade de 3.000 litros. Estes foram instalados em duas comunidades (Mendes e Santo Antônio) para atender um maior número de pecuaristas familiares.

4.2. Atores Sociais Envolvidos na operacionalização do Pronaf em Tocantins-MG

Participou da entrevista acerca do Pronaf Sr^a Regina, funcionária responsável pelo atendimento dos demandantes do crédito rural junto ao Banco do Brasil; Sr José Domingos Telles, extensionista da Emater local; Sr José Pinto Maciel, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais, da ASPRUT e do CMDRS; Sr^a Maria de Fátima, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tocantins-MG; Sr. Ieder Washington de Oliveira, vereador e um dos conselheiros do CMDRS.

Para todos os entrevistados, o Pronaf é considerado um programa favorável, de grande repercussão no município capaz de promover a valorização do trabalho do campo e a redução do êxodo rural.

Nós entendemos que as dificuldades que os produtores vêm enfrentando na produção, na valorização da produção têm dificultado o êxito desses produtores e trazendo aí, em consequência o êxodo rural. Nós temos ciência de que investimento na agricultura é investimento na geração de emprego porque vai estar sustentando esses produtores na zona rural e, ao mesmo tempo mantendo a economia familiar e a economia comercial também porque esses produtores, grande parte deles vendem parte dos seus produtos, daquilo que eles trabalham. Então, eu diria que o Pronaf é uma conquista muito boa que os agricultores tiveram, ou melhor, estão tendo. A agricultura em Tocantins é uma fonte de renda que precisa ter continuidade e investimento a cada dia para manter esses produtores familiares no meio rural e isso vale para o país como um todo. O espaço rural encontra-se em estado crítico em função das sucessivas crises pelas quais a agricultura vem passando nos últimos anos e somos conscientes da importância do rural enquanto espaço de vivência e de produção (não só de alimentos, mas de artesanato e outras atividades que podem ser desenvolvidas no meio rural) tão importantes econômica e socialmente para o município e para o país (G. P. 2) ⁴⁴.

Porém, é necessário apoio do poder local para o meio rural tocantinense para que outros benefícios possam ser alcançados pela população rural.

Fizemos uma reunião com o prefeito. Estavam presentes: eu, a representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, o dos Produtores rurais, um conselheiro do CMDRS para apresentar nossas reivindicações e pedir apoio para este ano. Foi sugerido que a prefeitura apóie financeiramente a ASPRUT no primeiro ano de funcionamento até que ela possa gerar recursos para caminhar sem o apoio da prefeitura. Consideramos que o funcionamento dessa associação é o primeiro passo para melhorar muita coisa relacionada ao rural tocantinense. Por meio dela será possível obter insumos a preços melhores, alugar máquinas agrícolas, acesso a assistência técnica e a programas de extensão rural e outras coisas que ela poderá oferecer para o meio rural. (G. P. 1).

Os representantes das instituições entrevistados mostram-se conscientes da importância do rural enquanto espaço de vivência e de produção importantes econômica e socialmente para o município. De acordo com relatos de um dos entrevistados:

Olha! O meio rural eu acho que para qualquer cidadão é o lugar de mais tranquilidade que todo cidadão da zona urbana anseia. O meio rural temos aquela

⁴⁴ Trecho da entrevista de um dos gestores públicos.

velha frase: “se você tomou café ou almoçou hoje agradeça ao homem do campo”. Então, o homem do campo que está em atividade no meio rural, ele transmite essa simpatia de estar contribuindo com a alimentação. Eu diria para mim que fui criado na zona rural e saí com dificuldade para estudar e hoje eu estou aqui residindo e trabalhando na zona urbana eu continuo tendo o meio rural como um meio de fundamental importância das atividades rurais e de importância no município e que a todo o momento, a gente procura tá aproximando e acreditando nas iniciativas para manter o nível de credibilidade que os produtores, as famílias rurais tem para o município. Eu caracterizo o meio rural como importantíssimo para o desenvolvimento de qualquer cidade, estado ou qualquer país (G. P. 2).

O município desenvolve diversos programas direcionados ao meio rural. Alguns destes são também programas de abrangência nacional, outros estaduais e alguns são iniciativas específicas ao município que envolve a participação de vários atores locais. A abrangência destes últimos em alguns casos, ainda deixa a desejar, todavia, existem esforços dos representantes das instituições e das comunidades rurais que trabalham na divulgação, implantação e expansão dos programas já existentes a um público cada vez maior.

A gente identificou várias deficiências nessas políticas de investimento no meio rural. Existem algumas como, por exemplo, investimento na correção do solo. O município vai, tem a parceria com os produtores para fazer a correção do solo. O transporte que é o mais caro para a aquisição de calcário; o município tem parceria na aração; o município tem opção da manutenção das estradas vicinais que também faz parte do meio rural né? Mas, nós entendemos que como empenhamos para construir o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS), nós precisamos continuar em busca de novas políticas para a área rural do município para que as novas políticas somem às que já existem e possam vir a continuar dando condições do homem no meio rural (G. P. 2).

4.3. Caracterização do Pronaf em Tocantins-MG

De acordo com dados da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no período compreendido entre os anos agrícolas de 1999 e 2007, foram realizados 1218 contratos do Pronaf no município de Tocantins-MG. Pelos dados apresentados pode-se afirmar que dentro deste período, especificamente entre os anos agrícolas de 1999/2000 e 2002/2003 houve predomínio absoluto de contratos firmados na modalidade Custeio e no Grupo D. Somente a partir de 2003/2004 é que aparecem contratos de Investimento e também diversificação dos gru-

pos C, D e E. No total aparecem 31 contratos enquadrados na modalidade Investimento⁴⁵.

Pereira (2000) destacou que os créditos para investimentos são essenciais para que os agricultores possam dar continuidade ao processo produtivo em suas propriedades. No período analisado, teve-se em Tocantins apenas 2,55% (31 contratos) na modalidade Investimento. Dentro do universo abrangido por essa pesquisa, os agricultores afirmam que não escolhem a modalidade a qual se tornam beneficiários, conforme relatou um deles:

A Emater e o banco que vê isso aí. Eu não escolhi não. Parece que o valor do empréstimo também são eles que escolhe. Só que depende também do que eu ofereço de garantia. Mas o investimento é valor maior, isso me disseram. No meu caso então, acho que tem que ser custeio (A. F. 2)⁴⁶.

De acordo com José Domingos Telles⁴⁷, “uma das maiores preocupações com o agricultor familiar que recorre ao Pronaf no município é que a maioria deles encontra-se endividados e, com isso, trocam uma dívida por outra”. Dessa forma, o objetivo do Pronaf em promover o desenvolvimento rural a partir do crédito pode ser colocado em risco, pois os recursos liberados em vez de serem aplicados nas atividades laborativas da família rural, acabam canalizados para quitar débitos já existentes que, em alguns casos, pode nem ser proveniente da atividade rural. A tabela abaixo sintetiza as informações referentes à modalidade, enquadramento, número de contratos e montante de crédito rural do Pronaf, no município entre 1999 e 2007.

⁴⁵ Esta modalidade de crédito entra em operação a partir de 1997.

⁴⁶ Trecho da entrevista de um agricultor familiar beneficiário da modalidade Custeio.

⁴⁷ Extensionista da Emater local.

TABELA 8. Tocantins: modalidade, enquadramento, número de contratos e montante do crédito rural do Pronaf por ano agrícola de 1999/2000 a 2006/2007.

ANO A-GRÍCOLA	MODALIDADE	ENQUADRAMENTO	Nº. DE CONTRATOS	MONTANTE (R\$)
1999/2000	Custeio	D	11	30.220,00
2000/2001	Custeio	D	48	114.861,61
2001/2002	Custeio	D	73	191.148,35
2002/2003	Custeio	D	76	242.951,00
2003/2004	Custeio e Investimento	C e D	120	382.022,15
2004/2005	Custeio e Investimento	C, D e E	255	727.826,43
2005/2006	Custeio e Investimento	C, D e E	356	1.254.283,60
2006/2007	Custeio e Investimento	C, D e E	279	1.108.667,11
TOTAL			1218	4.051.980,25

Fonte: <<http://www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=812>> Acesso em: 23 de Jan. de 2009.

De acordo com Cerqueira e Rocha (2002), a lógica de financiamento na agricultura brasileira sempre contribuiu para a concentração de recursos nos produtores mais capitalizados. Numa tentativa de corrigir estas distorções, o Pronaf seria um instrumento de democratização dos recursos, viabilizando o crédito para os pequenos agricultores descapitalizados, no entanto, na prática nem sempre isso ocorre. Pelo menos no período analisado, predominam contratos direcionados a agricultores mais capitalizados conforme mostra o montante de contratos direcionados aos grupos “D” e “E”, na tabela acima.

Em relação ao Pronaf crédito, Corrêa e Ortega (2002) afirmaram que:

[...] o que se verifica é que prevaleceu essencialmente a mesma lógica de liberação do modelo pretérito, sendo que foram estipuladas normas específicas que dificultam a tomada do crédito pelos produtores familiares menos integrados, principalmente no que tange às garantias exigidas (Corrêa; Ortega, 2002, p.11).

Cerqueira e Rocha (2002) ressaltaram que a liberação dos recursos é feita diretamente entre o banco e o demandante de crédito. Por isso, os agricultores que não preenche os requisitos exigidos pelo banco tendem a ser excluídos do acesso ao crédito. Muitos destes não possuem relações com bancos dificultando assim, o entrosamento entre demandante por crédito e agente financeiro.

Nos levantamentos preliminares realizados no município em estudo, identificou-se problemas semelhantes advindos da exigência de determinadas garantias e ou documentos inacessíveis para alguns agricultores familiares, sobretudo no período de reno-

vação dos contratos em 2009. Estes agricultores tiveram seus problemas solucionados após a realização de uma reunião com os responsáveis pela operacionalização do Pronaf no município, juntamente com representantes regional e estadual do Banco do Brasil. Posteriormente, a agência local do Banco do Brasil chegou a conclusão de que nem todos os documentos exigidos eram realmente necessários para a liberação do crédito para estes agricultores.

No entendimento de Cerqueira e Rocha (2002) ocorre um processo de “*canibalização*” dos recursos do Pronaf, na medida em que há uma crescente disputa por recursos entre os grupos de beneficiários, processo que se acentua na medida em que o programa vai ampliando o seu espaço de abrangência. Estes autores citam como exemplo a incorporação do PROCERA (Programa Especial de Reforma Agrária) ao Pronaf, em 1999, incluindo na possibilidade de obtenção de crédito os assentados pela reforma agrária, significando uma queda no volume de recursos destinados ao público original do programa. Dessa forma, além da disputa entre os grupos de beneficiários, diversos autores têm chamado a atenção para a concentração de recursos na Região Sul, privilegiando uma agricultura mais estruturada e capitalizada. Estes argumentos podem evidenciar a permanência de um processo de exclusão do segmento menos capitalizado e menos integrado da agricultura.

Neste sentido, Cerqueira e Rocha (2002) afirmaram ainda que, muitos programas governamentais de desenvolvimento rural têm sido alvo de críticas por não terem sido capazes de promover mudanças positivas no quadro socioeconômico, na medida em que a atuação destes se restringe a ações localizadas e não alcançam a abrangência necessária para promover amplas e reais mudanças.

CAPÍTULO 5 – O PRONAF EM TOCANTINS-MG: UMA AVALIAÇÃO A PARTIR DOS DADOS DE CAMPO

No contexto pesquisado, pode-se afirmar que os agricultores que declaram atingir melhores resultados com os investimentos do Pronaf são aqueles que têm fontes de renda complementares à agropecuária. As origens dessas rendas são diversas como, por exemplo: locação de máquinas agrícolas, aposentadorias ou pensões, trabalhos em atividades não-agrícolas (especialmente aqueles realizados fora das propriedades rurais), entre outros.

Em contrapartida, os casos que incorreram em dificuldades para renovar os contratos (com a renda obtida exclusivamente dos investimentos realizados com os recursos do Pronaf) ou para quitar as dívidas, e ainda, os casos de inadimplência consumada estão ligados a agricultores familiares que canalizaram os investimentos para uma única atividade⁴⁸ e são, agricultores que dependem exclusivamente dos proventos oriundos das atividades agropecuárias.

O empréstimo do Pronaf foi usado na lavoura de tomate, pimentão e pepino. Só que a maior parte foi gasta com o tomate e logo esse que vendeu tudo barato. Não consegui tirar nem a metade do que eu investi. Por isso, não consegui pagar o banco. Investi e só tive prejuízo. Realmente eu não tive como pagar. A gente sobrevive com a renda do plantio só que quando ele não dá lucro gera dívida: quando não é no banco é na loja de adubo, semente e agrotóxico (A.F. 3)

⁴⁹.

Deve-se destacar a importância da política de crédito para o meio rural, mas também o acesso a outras políticas como, por exemplo, a previdência social que contribui para elevar a renda de muitas famílias rurais.

A agricultura vem passando por muitos altos e baixos, se não fosse a renda das nossas aposentadorias [*do agricultor que relata e de sua esposa*], a gente tava era devendo pro banco. Essa renda é livre de tudo só que, se gastá tudo na lavoura tem ano que não tem retorno não. Vejo vizinho aí que ta com dificuldade de vivê da agricultura porque é só da renda da plantação que eles vive (A. F. 1).

⁴⁸ Os casos de inadimplência identificados nesta pesquisa estão relacionados a investimentos no cultivo de olerícolas e na pecuária leiteira.

⁴⁹ A caracterização A.F. 3 se refere a um agricultor familiar que investiu todo o recurso do Pronaf no cultivo de olerícolas e se tornou inadimplente.

Sem acesso a outras fontes geradoras de renda, os recursos do Pronaf não são muito significativos para ampliar a renda das famílias rurais e empreender alterações significativas no processo de desenvolvimento rural.

O dinheiro liberado pelo banco é muitas vezes um valor pequeno que não ajuda muito principalmente, para quem não é dono de equipamento [*de irrigação e pulverização*] e de terra. Tem vez que o dinheiro liberado pra um agricultor é pouco pra compra até adubo pra safra toda. Ainda tem que pensar que um ano passa depressa e ta quase na hora de renovar o empréstimo. Se não tivé o dinheiro pra depositar dá um problema danado, fica com o nome sujo no banco e não vai achar outro avalista. Tem uns que tem como pegar empréstimo maior, mas também, a garantia é maior, é pessoa que já tem outra renda que não é só de plantio ou de leite, como é meu caso. Quando junta todo tipo de renda na roça fica mais fácil aumentar o valor do empréstimo e girar mais com o dinheiro do Pronaf e dá garantia de mais renda pra renovar em dia sem passar aperto (A. F. 4)⁵⁰.

Dados da pesquisa revelam que os atores sociais envolvidos com o Pronaf no âmbito municipal não atuam pautados plenamente por decisões consensuais. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Emater apresentam mais flexibilidade de diálogo e troca de informações entre si.

O Sindicato e a Emater são parceiros na teoria e na prática. Toda informação que a Emater precisa, o Sindicato fornece e a mesma coisa é aqui. Sempre que o Sindicato pede alguma informação para a Emater, ela nos responde imediatamente (L. 1).

É muito importante que os representantes das instituições envolvidas com a administração do Pronaf compreendam que o trabalho em parceria é essencial para o desempenho desse programa de política pública. Se cada um resolver trabalhar isolado do outro, o resultado do programa será comprometido (G. P. 1).

No entanto o mesmo não se pode afirmar em relação ao agente financeiro que opera o Pronaf no município que é o Banco do Brasil. Embora, a representante desta instituição tenha declarado em suas entrevistas que “*o Banco do Brasil atua no sentido de promover o desenvolvimento da agricultura familiar e que qualquer decisão contrária à liberação dos recursos do Pronaf- muitas vezes interpretada como medidas seletivas e excludentes - é tomada no sentido de proteger o agricultor da aquisição de uma dívida que o banco percebe que ele não terá condições de quitar futuramente*”.

Neste sentido, os possíveis obstáculos impostos pelo Banco do Brasil à expansão do número de beneficiários do Pronaf e à liberação dos recursos representariam, na visão da agência local, “*medidas protecionistas*”.

⁵⁰ A sigla A. F. 4 se refere a um agricultor familiar cuja renda é exclusivamente obtida na atividade agrícola.

O Banco do Brasil ele tem uma consciência muito extensa sobre a operacionalização do Pronaf. Então, nesse sentido, o que, que acontece? Acontece que o Banco do Brasil sabendo dessa consciência é claro que ele cria meios e método para não endividar é, o agricultor, o próprio produtor rural que necessita desse Pronaf. O banco do Brasil, ele tem essa consciência também para poder é [...]. Então é recurso que tem que ser operacionalizado em famílias que tem a sua base de sustentação no meio rural tá?

Olha, o Banco do Brasil ele é o principal agente é [...]. É o principal agente financeiro que lida com essa parte rural. Pelo próprio passado do Banco do Brasil que ficou conhecido no mercado como o banco que investia e que emprestava e que financiava o meio rural. Isso desde, que eu conheço que o Banco do Brasil mexe com isso, desde “80”, mas parece que desde 1967 ele já financia o meio rural. Então ele é, por ser um banco que tem participação governamental, ligado ao governo federal, ele faz o que? Ele é o maior agente nesse sentido de propagar o incentivo ao Pronaf e aos agricultores familiares. Ele, o Banco do Brasil nesse sentido também, ele tem essa consciência é [...] de não endividamento que é uma consciência que ele não, ele tem que emprestar sem criar uma situação de endividamento para o agricultor (R. A. F)⁵¹.

De acordo com parte da literatura consultada, o público beneficiário do Pronaf ainda constitui uma clientela diversa daquela a qual as agências do Banco do Brasil estão acostumadas a atender, como afirmam Abramovay e Piketty (2005). Isso pode levar, em alguns casos, a dificuldades no diálogo entre a agência bancária e agricultores familiares. Durante as entrevistas, três agricultores mencionaram que têm dificuldades para entender as informações existentes nos extratos e por isso tiveram prejuízos. Declararam que não foram advertidos sobre a correta manutenção dos limites nas contas correntes, acarretando, posteriormente, em dívidas que chegaram a somar R\$ 700,00.

Eles [*funcionários da agência do Banco do Brasil*] não me disseram nada disso. Onde que já se viu? Tem dinheiro na sua conta e não é seu. Pra mim, isso é uma armadilha do banco pro agricultor (A. F. 9).

5.1. O Pronaf visto “do lado de cá”⁵²

Durante as entrevistas realizadas junto aos agricultores, muitos destes fizeram questão de expressar suas opiniões em relação ao Pronaf. Falaram, sobretudo, de modificações que gostariam que ocorresse neste programa de crédito para que ele se aproximasse mais da realidade do agricultor familiar tocantinense. Quatro agricultores deixaram como sugestão que os responsáveis pela elaboração e avaliação do Pronaf revejam

⁵¹ Referência a um trecho da entrevista do representante do agente financeiro que operacionaliza o Pronaf no município de Tocantins-MG.

⁵² Referência aos agricultores entrevistados neste trabalho de pesquisa.

as normas para a renovação dos contratos da modalidade Custeio. Conforme relatos de um destes agricultores,

O Pronaf é um recurso que tem me ajudado muito. A única crítica que eu tenho é em relação ao prazo pra renovar o empréstimo de custeio. É de um ano e, tem vez que a atividade que a pessoa aplica o dinheiro não dá conta de repor o valor pra renovação porque depende da data que o empréstimo foi tomado ou também do prazo que vai ter do plantio até colher. Esse contrato se tivesse um prazo de dois ou três anos era melhor. Era mais fácil pra quem tem o empréstimo pagar todo ano só o juro e o seguro. A pessoa é obrigada a depositar o valor todo (capital, juro, seguro). Quem não tem o dinheiro guardado tem que ir atrás de outra pessoa para pegar outro empréstimo só pra depositar às vezes, só de um dia pra o outro. E tem uma coisa: tem gente ganhado dinheiro com isso. Empréstimo para renovar Pronaf só que o juro é muito mais caro. Tem vez que o juro de poucos dias é maior do que o juro de um ano do Pronaf. Se o governo liberasse o depósito só do juro anual e do seguro, a pessoa trabalhava mais folgada sem pensar que tem de guardar o dinheiro pra aquela data. Ia pensar que daqui dois ou três anos teria que pagar tudo senão, ia perdê o empréstimo (A. F. 5)⁵³.

No entendimento de alguns agricultores beneficiários desta modalidade, o contrato deveria ter um prazo de pelo menos dois anos de duração. Anualmente deveriam ser cobrados apenas os valores referentes aos juros e ao seguro porque tem investimentos que apenas uma safra não é capaz de gerar a receita correspondente aos investimentos realizados e gerar um excedente que permita o sustento dos agricultores e de suas famílias.

Outra questão apontada pelos agricultores se refere às garantias exigidas para acesso ou renovação dos recursos do Pronaf. Um dos entrevistados relatou que “oferecer seu sítio cujo valor é de aproximadamente R\$280.000,00 como garantia para a obtenção de um empréstimo de R\$ 6.000,00” é algo inaceitável para ele.

Segundo Batistela (2000), a implantação do Pronaf representa, ao menos no nível do discurso, uma iniciativa de ruptura com o perfil tradicional do desenvolvimento rural, essencialmente por trazer explícita a perspectiva de reconfiguração do modelo de desenvolvimento, que aconteceria, principalmente, segundo as pretensões do governo, pela tentativa de inserção do segmento agrícola familiar nas vias do processo de desenvolvimento rural. O caráter inovador do Pronaf é percebido, sobretudo quando este programa aponta novos rumos para o desenvolvimento rural, tendo como protagonista a agricultura familiar. No entanto, não se trata aqui de afirmar que um programa de crédito é suficiente para resolver todas as mazelas que afetam os agricultores familiares do

⁵³ Agricultor familiar, beneficiário da modalidade Custeio e que sugere alterações para a renovação dos contratos dessa modalidade de crédito.

país, sobretudo os menos capitalizados. Mas não podemos deixar de enfatizar que esta é uma conquista histórica para este segmento social excluído das benesses da política agrícola brasileira, até então.

Inúmeros motivos são apontados para explicar o distanciamento dos agricultores familiares dos programas convencionais de crédito agropecuário. Entre estes, a falta de programas específicos para este segmento da agricultura (antes da implantação do Pronaf); a recente definição do conceito de agricultor familiar; exigências de garantias e contrapartidas; receio em não poder quitar a dívida, falta de divulgação e de informações a respeito do programa, entre outros.

Esta pesquisa de campo revelou que os agricultores beneficiários do Pronaf têm grande simpatia pelo programa e que reconhecem a importância de terem à disposição um programa de crédito que pode ser acessado para custear as atividades e realizar melhorias nas propriedades rurais. Conforme relato de um dos entrevistados:

É a primeira vez que o banco libera dinheiro pra pequeno agricultor, mas isso não é decisão só do banco não. É do governo. Toda vez, foi três vez que procurei a Emater pra requerer o empréstimo tinha dinheiro disponível no banco. Isso tem que reconhecer: que tá vindo mesmo o dinheiro e que os pequenos produtores também têm direito nesse dinheiro. Basta ter tudo organizado: documento, avalista e saber que o dinheiro é pra ser bem usado. Assim ele é muito bom, é barato, é um empréstimo barato e que ajuda o agricultor da classe da gente (A. F. 6) ⁵⁴.

Cerca de 30% dos agricultores entrevistados obtiveram as primeiras informações sobre o Pronaf pela televisão e depois pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e pela Emater. Aproximadamente 17% dos entrevistados relataram que não acreditavam, inicialmente, que este programa poderia ser acessado por um agricultor do interior do país. Somente quando tomaram conhecimento via Emater ou STR de que a abrangência do programa é nacional é que buscaram os recursos do Pronaf.

Eu via falar de Pronaf só na televisão. Achava que não ia espalhar pelos município não. Depois, nas reunião que o sindicato fazia e lá na Emater quando ia lá é que começou a falar também. Aí depois veio explicação do que era o Pronaf, pra quem ele era né? Só então que tive corage de saber se era fácil de pegar o empréstimo. E te falo que não foi difícil não! (A. F. 7) ⁵⁵.

Relataram também receio em contrair dívida junto ao banco porque a maioria tem medo de perder os bens penhorados pelo banco exigidos como garantias para a retirada dos empréstimos.

⁵⁴ Parte da entrevista de um Agricultor Familiar que demonstra satisfação com o Pronaf.

⁵⁵ Trecho da entrevista de um dos agricultores que tomou conhecimento sobre o Pronaf primeiramente pela televisão.

No começo eu tinha medo porque pensava que o juro ia subindo todo mês e que até ia perder o que eu dava como garantia pro banco. Só aos poucos que o pessoal foi falando mais, tanto o sindicato como a Emater falando, tirando dúvida e assim foi. Eles falando é mais fácil de entender do que só ouvir na televisão. Aí vi que o juro é calculado durante um ano e é fixo (A. F. 7).

Para eles, o Pronaf apresenta muitas vantagens, mas, aquela que foi citada pela maioria dos entrevistados (cerca de 40%) é o baixo valor das taxas de juros.

Uma grande vantagem do Pronaf é o juro baixo que é cobrado por ano. A pessoa paga num ano uma quantia muito pequena. É muito menor do que outra forma de empréstimo. Outra coisa que a taxa de juro é por ano e é fixa. Pode fazer a conta do que a gente vai pagar pra renovar ou pra devolver o dinheiro (A. F. 8) ⁵⁶.

Isso possibilita o planejamento das atividades e o cálculo dos valores a serem pagos quando da renovação do contrato ou da quitação da dívida. Quatro agricultores entrevistados utilizam os recursos do Pronaf como uma reserva de capital para eventuais compras de defensivos, adubos químicos ou pequenos equipamentos à vista evitando assim, o pagamento de juros que elevam os preços em lojas do comércio local.

Não se pode dizer que parte dos agricultores entrevistados não teria direito de acessar os recursos do Pronaf. Prova disso é que antes de ter os recursos liberados pelo banco estes passaram pelas fases de elaboração do projeto técnico e pela certificação de enquadramento de acordo com a DAP. Entretanto, alguns dos entrevistados (cerca de 10%), são agricultores bastante capitalizados e alguns destes declararam que os recursos deste programa não faz a menor diferença para eles enquanto capital de giro. Um deles até afirmou que se trata “de uma quantia muito pequena comparada aos gastos que tenho durante o ano e ao dinheiro que a propriedade precisa para se manter em dia”.

Muitos agricultores demonstraram preocupação com o uso racional dos recursos do Pronaf como forma de reduzir os riscos inerentes à dívida. Para eles, os maiores riscos do fracasso da atividade agropecuária estão ligados ao mercado e em alguns casos, às intempéries naturais. A maioria dos agricultores afirmou que procuraram apoio da Emater apenas para elaborar o projeto de solicitação do crédito. Pelo menos 42% dos agricultores entrevistados declararam que gostariam de ter acesso a uma assistência técnica mais atuante e mais presente na implantação e acompanhamento dos projetos. No entanto o município não dispõe de recursos humanos para atender a essa demanda. Reconhecem que a assistência técnica via Emater é muito importante para a aplicação dos

⁵⁶ Agricultor familiar que considera o valor das taxas de juros como a principal vantagem que o Pronaf apresenta.

recursos do Pronaf porque confiam no trabalho prestado por essa empresa. Para eles, a Emater é uma empresa séria e confiável porque não tem interesses em vender defensivos e adubos químicos, mas sim, levar informação, conhecimento e capacitação ao agricultor.

Entre os cinco agricultores que não desejam renovar os contratos do Pronaf, apesar de reconhecerem as vantagens deste programa de crédito, pretendem quitar suas dívidas porque estão percebendo que a cada ano a renovação está se tornando mais burocrática e cara. Segundo relatos de um agricultor beneficiário: “Conseguir o crédito foi fácil. Difícil é renovar ele em 2009”.

No início de 2009, diversos agricultores foram surpreendidos com a exigência da agência local do Banco do Brasil para que estes aderissem a um seguro de vida cujos valores oscilavam entre R\$ 700,00 e R\$ 1.000,00 para que seus contratos fossem renovados. Os agricultores alegam que pagar um seguro de vida com estes valores inviabiliza a tomada do empréstimo. Ao somarem mais essa despesa aos custos finais do Pronaf chegam à conclusão de que o este programa de crédito perderá as vantagens dos juros baixos e se tornará caro como outras linhas de crédito oferecidas pelos bancos aos clientes.

O Pronaf perde a vantagem de ter juros baratos porque tive que pagar mil real de seguro de vida. Ainda tem as cobranças das taxa do banco. Se paga um seguro nesse valor, tinha que tirar as taxas, mas, só aumenta. Então é melhor desistir do Pronaf porque ele vai ficar sem a vantagem dos juros baixos. Vai ficar igual outro empréstimo qualquer, muito caro pra mim. Se somar todas as despesas, dá nisso. Ai vê como fica caro! (A. F. 9)⁵⁷.

Durante o trabalho de campo buscou-se identificar quais agricultores familiares seriam obrigados a aderir ao seguro de vida nos valores citados acima. De acordo com informações da agência do Banco do Brasil local, “o critério que define é o valor do contrato (acima de R\$ 10.000,00)”. Para o STR, as informações do banco e dos agricultores familiares que relataram esta cobrança são divergentes. “Há um caso de um agricultor entrevistado cujo valor do contrato do Pronaf Custeio não ultrapassa R\$ 7.000,00 e este teve que aderir ao seguro”. Ao efetuar o depósito para renovação, foi avisado de que em três dias o valor estaria disponível, no entanto, o valor foi bloqueado e, a justificativa do banco foi que ele deveria aderir ao seguro de vida. Caso contrário, o recurso não seria liberado. Após aderir ao seguro, este agricultor procurou a Emater e comentou

⁵⁷ Agricultor familiar, beneficiário das modalidades custeio e investimento do qual foi exigido adesão ao seguro de vida.

o fato. No entanto, foi avisado de que este seguro não é uma exigência do Pronaf, mas sim, do banco e que este teria a opção de não aderir. Porém, já era tarde demais.

Para o STR, a agência do Banco do Brasil não apresentou nenhuma norma, resolução ou outra forma de comprovar a exigência para tal cobrança. A fim de esclarecer estas e outras questões relativas ao Pronaf, foi realizada uma reunião na sede do STR, no início de Fevereiro deste ano. Participaram desta reunião: os representantes do STR, da Emater, do Banco do Brasil, da FETAEMG, do Sindicato dos Produtores Rurais e dois beneficiários do Pronaf que tiveram dificuldades para renovar os contratos.

O principal motivo que levou à realização desta reunião foram as exigências consideradas abusivas, do banco para a renovação de seus contratos. Segundo um deles,

Fomos impedidos de renovar os contratos pelo excesso de documentos e garantias exigidos pelo banco. Era documento impossível de conseguir. Onde já se viu? Sou casado há dezessete anos e tenho que ter contrato de parceria com minha mulher. O banco também queria demarcação de reserva legal, tombamento do terreno e... além disso era uma enrolação só. Mandava ir lá num dia, quando chegava lá, a funcionária ia almoçar. Demorava pra voltar, mas nós ficava lá o tempo necessário para ela voltar. Ela não dava uma lista de documento escrita pra nós não. Aí levava os que ela pedia, ela falava que faltava outro só pra dificultar. No outro dia, levava aquele e ela falava falta outro. É de perder a paciência! (A. F. 10)⁵⁸

No entanto, estes não aceitaram passivamente as exigências, procuraram o extensionista da Emater, o STR e juntos, concluíram que as exigências eram abusivas, conforme declarou o representante da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG): Trata-se de “uma burocracia abusiva. [...] merecendo até denúncia”.

Para resolver esta situação, os representantes do banco propuseram a realização de uma reunião interna com os funcionários buscando um entendimento e, se for o caso, uma redistribuição de funções entre estes. Para os dois pronafistas, o resultado da reunião foi extremamente positivo, pois, ficou decidido que no dia seguinte os recursos já estariam liberados para ambos. Em anexo consta uma cópia da Ata desta reunião.

5.2. Beneficiários do Pronaf: área das propriedades e situação em relação à terra

⁵⁸ Relatos de um dos agricultores familiares entrevistados que tiveram grandes dificuldades para renovar os contratos do Pronaf, em 2009.

O Inciso I, da Lei nº 11.326, estabelece que dentre outros requisitos, será considerado “agricultor familiar” aquele que não detiver, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais. Nesta região na qual está inserido o município em estudo, um módulo fiscal corresponde a 30 ha. Dentro da amostra dos agricultores entrevistados, nenhuma das propriedades rurais, independente da relação estabelecida entre o agricultor e sua família com a terra, não foi encontrada nenhuma propriedade que ultrapasse os limites estabelecidos pelo Inciso I, da referida Lei.

Tendo em vista a metodologia do Pronaf para o enquadramento em seu potencial público beneficiário, quanto à área do estabelecimento percebe-se no município em estudo, a predominância do público beneficiário num índice bastante abaixo deste limite. Essa é, notadamente, a característica da grande maioria dos estabelecimentos agropecuários de Tocantins.

As propriedades rurais que correspondem à amostra desta pesquisa podem ser em sua maioria classificadas como pequenas propriedades. Das quarenta e duas que foram visitadas, apenas cinco apresentam uma área mais extensa para a média do município: 92,5 ha. O restante (37) possui área inferior a quarenta hectares. Outro fato que chamou a atenção foi a diferença de tamanho entre as maiores e as menores propriedades que, neste caso possuem apenas 2 hectares. As propriedades que apresentam maiores extensões coincidem com aquelas em que há maior número de membros da família residindo nas mesmas. No entanto, em todos os casos, estas famílias são constituídas por filhos casados dos proprietários que permaneceram residindo e trabalhando no imóvel rural dos pais depois do matrimônio.

Observando-se os dados sobre a estrutura fundiária do município de Tocantins⁵⁹, e, considerando apenas a área das propriedades rurais, cerca de 582 propriedades (96,52 %) seriam passíveis beneficiárias do Pronaf. Entretanto, estabelece a citada Lei que outros requisitos têm que ser preenchidos simultaneamente para enquadrar o agricultor como familiar, a saber: utilização de mão de obra familiar, origem da renda familiar oriunda predominantemente do estabelecimento rural e gestão familiar do estabelecimento rural.

Este enquadramento realizado a partir do preenchimento simultâneo de vários requisitos tem por objetivo, como enfatizou Abramovay e Veiga (1999), “evitar que os

⁵⁹ Dados apresentados na tabela 07.

fundos do programa se dirijam aos agricultores patronais ou aos milhares de profissionais liberais detentores de áreas inferiores a quatro módulos rurais.” No entanto o item que estabelece que 80% da renda familiar deve vir da agropecuária se aplicado rigorosamente, os mesmos autores advertem que não poderiam se tornar beneficiários do programa tais profissionais liberais “mas também milhões de unidades cuja reprodução depende de fontes que lhe são exteriores ”(ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E., 1999. p.28-29).

De acordo com Abramovay e Piketty (2005), sob a perspectiva política, a década de 1980 vivenciou o surgimento de um novo ator das lutas sociais no campo. Até então, as reivindicações giravam em torno dos assalariados agrícolas, mas, neste mesmo contexto já se destacava um amplo segmento social que trazia temas inéditos para as organizações dos trabalhadores rurais. Os agricultores que faziam parte desse universo tinham acesso a terra, muitas vezes não estavam entre os mais pobres da população rural, tomavam crédito das organizações bancárias, promoviam transformações tecnológicas em seus sistemas produtivos, integravam-se a mercados exportadores e, portanto, apresentavam características que os distanciava da tradicional descrença incorporada pelos tratamentos que recebiam até então. Todo esse processo precedeu ao surgimento do Pronaf considerado por diversos autores citados neste trabalho e cujo reconhecimento ocorre também por instituições representativas dos agricultores familiares como uma conquista deste segmento socioeconômico da agricultura brasileira.

Cerqueira e Rocha (2002) afirmaram que a criação do Pronaf está inserida em um processo de negociação política com acentuada participação dos movimentos sociais. De um lado, as demandas dos agricultores e de suas organizações exigiam uma política diferenciada para esse segmento da agricultura, por outro lado, estudos mostravam o peso da agricultura familiar no campo brasileiro e defendiam sua importância para o desenvolvimento econômico e social. Era preciso que o estado brasileiro se posicionasse diante dessa conjuntura. Sua reação veio, em parte, com a criação do Pronaf.

Este programa de política pública ao explicitar seus objetivos evidencia que os beneficiários seriam aquele grupo de agricultores que permaneceram à margem das políticas (especialmente de crédito), voltadas para o rural. Definido o público-alvo, buscava-se a partir daí, promover o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares, aumentando sua capacidade produtiva, gerando empregos e melhorando sua renda. Com isso, o Pronaf se torna o instrumento principal de financiamento dos produtores rurais,

particularmente dos pequenos produtores, tradicionalmente excluídos do crédito agrícola.

Trata-se de um expressivo avanço, considerando as formas históricas de financiamento da agricultura brasileira. Antes da criação do Pronaf, o financiamento do pequeno agricultor restringia-se quase que aos recursos administrados pelo Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária (Procera), extinto em 1999. O Procera era destinado aos beneficiários da Reforma agrária, como afirmaram Cerqueira e Rocha.

Tendo em vista que os recursos do Pronaf se destinam a agricultores familiares em suas diversas formas de relação com a terra: proprietários, arrendatários, comodatários, parceiros, meeiros, posseiros, entre outros, investigou-se como esta relação se distribui entre os beneficiários entrevistados. Destarte, os dados obtidos na pesquisa de campo revelam que a maioria dos beneficiários são proprietários das terras onde desenvolvem as atividades financiadas com os recursos do Pronaf, conforme dados apresentados na tabela 2 do anexo 2.

A elevada incidência de proprietários revela de certa forma, o caráter excludente e seletivo implícito nos princípios do Pronaf. Terão mais possibilidade de se tornar beneficiário aqueles agricultores que cumprem as exigências quanto às garantias e contrapartidas exigidas pelas instituições financeiras. Por outro lado, os agricultores mais capitalizados têm mais informações sobre disponibilidade de crédito, já possuem algum tipo de relacionamento com bancos. Para haver a ampliação da base social do programa a partir do envolvimento dos agricultores menos capitalizados é necessário amortecer as exigências do agente financeiro.

Cada um é responsável por uma parte só que as coisas têm que ser feitas em parceria na teoria e na prática. A Emater trabalha em parceria com o sindicato, mas, o mesmo eu não posso falar do agente financeiro. Isso acaba dificultando. Pede um relatório, números de pronafistas, ou outra informação, demora pra liberar. Não quer trabalhar em parceria, só pode! A Agência aqui do banco ta exigente demais. Pede documento que o agricultor não consegue arrumar, dificulta em tudo (L. 1).

Em diversos trabalhos que analisam o Pronaf desde seus primeiros anos de implementação é possível encontrar menção à dificuldade dos agricultores, em atender às exigências de garantias imposta pelos agentes financeiros.

Em alguns casos, a precariedade da divulgação do Pronaf e a falta de integração entre as instituições responsáveis pelo programa no âmbito municipal têm dificultado a ampliação da base dos atendidos.

O agricultor hoje ele tá mais informado, sabe sobre seus direitos, mas falta ainda muita coisa. Tem muita gente que não conhece, não tem informação clara sobre o que é o Pronaf, quem pode pegar esse empréstimo, como é o processo de renovação, juros. Falta informação pra todas essas questões. Muitos buscam aqui essas informações. Mas isso eu acho que não precisava esperar só o agricultor vir buscar, não. Quando a gente se reúne nas comunidades, tá colocando esse tipo de questão, trazendo informação nova, levando pra eles. De repente, o agricultor tem necessidade de um contrato do Pronaf e ele fica de fora porque não tem informação de que esse recurso é pra agricultor como ele e a família dele (L. 1).

5.3. Tipo de mão-de-obra utilizada e número de famílias residentes nas propriedades visitadas

É sabido que o Brasil vivenciou um intenso e anômalo processo de êxodo rural, sobretudo a partir da década de 1970, em virtude das transformações socioeconômicas pelas quais o país passou neste período. À semelhança do contexto nacional, percebe-se, por meio de dados oficiais, que este processo também aconteceu em Tocantins, pois, em 1970, cerca de 72,5% da população residia no meio rural. Em 2007, este percentual foi reduzido para 23,5%. Provavelmente hoje, a porcentagem de habitantes do meio rural é ainda menor. Nas comunidades visitadas observou-se propriedades sem moradores e, com aspecto de que os mesmos saíram recentemente. Em sete das propriedades rurais pesquisadas não há famílias residindo nelas. Cinco famílias residem na cidade de Tocantins e uma na cidade de Ubá. Nesses casos, o chefe da família se desloca todos os dias, trabalha na propriedade e retorna para a cidade no fim do dia. Além desses casos, uma família residia em uma determinada propriedade, mas aplicava os recursos do Pronaf em outra e, nesta não tem moradores.

Os agricultores que residiam na zona urbana e ainda trabalham no campo alegam que realizam a migração cotidiana porque não podem deixar a propriedade completamente abandonada, mas ao mesmo tempo ela não é capaz de absorver toda a mão-de-obra familiar nestes novos tempos vividos pela agropecuária brasileira. Dessa forma, o chefe da família continua exercendo as atividades no sítio e os demais membros da família buscam empregos na cidade. Neste sentido, um dos agricultores declara que:

Hoje tá melhor trabalhar na cidade do que todo mundo ficar na roça. A renda que consegue é pequena e ficá aqui só passando aperto tá sem dinheiro não. Por isso foi todo mundo daqui de casa morar na cidade e só eu fiquei indo e vindo cuidando da terra e do gado (A. F. 10) ⁶⁰.

⁶⁰ Agricultor que reside na cidade de Tocantins e continua trabalhando em sua propriedade rural.

Todo esse processo acarreta, nos dias de hoje, escassez de mão de obra para as atividades rurais. As propriedades visitadas são exemplos dessa situação, pois, os proprietários ou responsáveis pelos cultivos relataram que se dependessem exclusivamente de mão-de-obra contratada não teriam como praticar as atividades que desenvolvem junto à família.

Já foi o tempo que na roça tinha muita gente pra trabalhar. Hoje é difícil achar quem trabalha por dia. Tem mais é meeiro. Quem trabalha a meia pro outro não pode também pegar serviço por dia. Tem que contar é com quem mora aqui mesmo: eu, os meninos, os netos já trabalha. Estuda também, mas cada um tem sua obrigação. Tem muito tempo que não tem empregado aqui. Assim é mais fácil controlar o serviço. Mais é porque não acha mesmo. Se dependesse de gente de fora o serviço ia ficar tudo atrasado e tem coisa que não espera (A. F. 11)ⁱ.

Além da carência de trabalhadores temporários, assalariados, entre outros, os custos diários para manter trabalhadores “de fora”⁶¹ são elevados e encarece os custos de produção. Assim, os agricultores preferem estabelecer relações de parcerias e parceria com a mão-de-obra que necessitam em suas propriedades. O valor diário cobrado por um trabalhador temporário gira em torno de R\$ 30,00 no município atualmente. Para muitos agricultores familiares efetuar o pagamento diário de mão-de-obra encarece e inviabiliza a continuidade das atividades rurais. Entre os agricultores entrevistados, a maioria deles (19), ou seja, 45,23% utilizam apenas o trabalho familiar nas atividades rurais. Estes declararam que os elevados custos de produção inviabiliza a contratação de “trabalhadores de fora”. Entre as vantagens do uso exclusivo da mão de obra familiar, os agricultores entrevistados relataram que a família trabalha de acordo com o tempo disponível de cada um que pode ser integral ou apenas por algumas horas do dia. A necessidade de cuidado exigida pelas plantas e os animais é que vai ditar o ritmo de trabalho da família.

Outro aspecto interessante colocado por eles é que o rendimento do trabalho da família é superior ao dos trabalhadores eventualmente contratados, pois os primeiros têm interesses econômicos junto ao trabalho. Sabe que seus lucros serão maiores se produzirem com menores custos e com mais dedicação. Assim, relata um dos agricultores entrevistados:

Hoje é mais fácil usar só mão-de-obra de casa do que de fora. Rende muito mais e trabalha até a hora que tiver serviço. Pode pegar mais cedo ou parar mais tarde, tá em casa mesmo! Tem dia que é difícil também achar quem traba-

⁶¹ Expressão citada por alguns entrevistados para designar os trabalhadores que não possuem laços consanguíneos, nem relação trabalhista permanente com quem está contratando.

lho por dia na hora que a gente precisa. Em casa não tem isso. Todo dia nos tá aqui mesmo e defende nossos interesses, aumenta a renda e dá mais certo (A. F. 11).

Os sistemas de meação e parceria são bastante praticados no município, especialmente nos cultivos de olerícolas. Isso ocorre em parte, devido às características particulares desta atividade: a meação apresenta a vantagem da divisão das despesas entre quem aluga a terra e quem irá cultivá-la. Dessa forma, o responsável pela terra não irá assumir os riscos sozinho. No entanto, dessa situação decorre outro risco, pois, na maioria das vezes o meeiro é a parte mais descapitalizada. Ele depende totalmente dos bons resultados da produtividade e da comercialização dos produtos colhidos para, no final da safra, acertar os débitos junto ao responsável pela terra e suas dívidas pessoais. Se houver imprevistos na produção ou na falta de preços para a colheita, a fragilidade econômica do meeiro fará com que ele fique endividado e o responsável pela terra que arcou antecipadamente com os custos de produção terá que arcar sozinho com as despesas. Neste caso, restará ao meeiro trabalhar por dia para manter a família e ao outro lado, pode ser que este encerre suas atividades ou pelo menos reduza a área plantada, o número de meeiros ou plante outros produtos.

A parceria também é bastante expressiva no município. Ela pode ser firmada entre pais e filhos, entre proprietários e agregados e outras pessoas que trabalham periodicamente nas propriedades ou ainda, numa relação de confiança⁶² entre um proprietário e um trabalhador que não exerce atividade agropecuária junto ao fornecedor do contrato de parceria⁶³. Na maioria das vezes (9), os contratos de parceria são feitos entre pais e filhos (para qualificá-los como agricultores familiares), para que estes possam ter acesso, caso precisem, de benefícios previdenciários como salário maternidade, auxílio doença, dentre outros. Nos outros três casos, o contrato de parceria foi firmado entre proprietários e pessoas que não tem laços sanguíneos entre si. Nestas situações, são pessoas que trabalham na propriedade há algum tempo sob o regime de meação.

A parceria é um sistema de relação do trabalhador com a terra que, em algumas vezes, tem por objetivo qualificar o agricultor como trabalhador rural tendo em vista

⁶² Para Fukuyama (1996), a confiança é a expectativa que emerge de uma comunidade, de comportamento estável, honesta e cooperativa, baseada em normas compartilhadas. Tais normas podem ser sobre questões de valor profundo com a natureza de Deus ou da justiça, mas também referir-se a normas seculares, como padrões profissionais e códigos de comportamento.

⁶³ Citamos estas relações de parceria porque foram aquelas encontradas entre os agricultores familiares integrantes desse trabalho de pesquisa. E todos os parceiros possuem contratos escritos.

que eles não são proprietários e, por isso, não têm como provar sua categoria profissional quando necessitarem, por exemplo, de benefícios da Previdência Social.

Inclusive, cabe aqui ressaltar que os valores dos benefícios recebidos pelos aposentados e pensionistas do município ultrapassam os valores do Fundo de Participação do Município (FPM). Em 2006, o FPM do município de Tocantins-MG correspondeu a cerca de R\$ 435.109,00 enquanto que os benefícios oriundos da Previdência Social corresponderam a cerca de R\$ 1.360.609,00. No meio rural estes benefícios somaram cerca de R\$ 597.838,00, representando assim, um montante considerável para a economia do município, conforme dados da Previdência Social (2009).

De acordo com Denardi (2001):

A previdência é, de longe, a mais importante política social para os agricultores familiares brasileiros. As aposentadorias e pensões mensais recebidas por grande número de beneficiários de famílias pobres fazem da previdência rural a política pública de maior alcance social no país. São 6,4 milhões de benefícios em todo o Brasil [...]. Levando-se em conta que algumas pessoas acumulam mais de um benefício, o número de beneficiários da previdência social rural deve situar-se um pouco acima de cinco milhões no Brasil. Isto é muito significativo, apesar do baixo valor do salário mínimo. É certo, também, que nem todos os beneficiários da previdência social rural moram em zonas rurais. Mas as pesquisas mostram que a grande maioria deles vive mesmo no meio rural ou nas pequenas cidades do interior. Outros dados relevantes mostram a grande importância dos benefícios da previdência social rural, principalmente nas regiões mais pobres (DENARDI, 2001, p. 3).

O pagamento de benefícios previdenciários é fundamental para a economia desses municípios, além de ser um poderoso instrumento para evitar o agravamento da exclusão social. (Campanhola e Graziano da Silva, 2000).

Denardi (2001) afirmou ainda que de fato os impactos socioeconômicos da previdência rural são muito expressivos. Inclusive, os efeitos redistributivos promovidos pela previdência social rural a transformam, na prática, em uma razoável política de renda mínima para a ampla parcela da população que dela se beneficia.

Segundo informações da Previdência Social, os benefícios destinados aos trabalhadores rurais são responsáveis pelo auxílio às famílias que vivem em economia de subsistência, garante a renda na época de entressafra, dinamizam o comércio local, ajudam no financiamento da pequena produção, reduzem a migração das áreas rurais para as grandes cidades.

Neste sentido, esta pesquisa de campo revelou que os proventos oriundos da Previdência Social auxiliam no melhor desempenho das famílias beneficiárias do Pro-

na, na medida em que estas têm um ganho mensal fixo lhes permitindo assim, investir os recursos do Pronaf na propriedade, atender as demandas da família ou poupar para a renovação dos contratos.

O que a gente recebe de aposentadoria também é usado nas despesas da lavoura e do gado. E a vantagem é que recebe todo mês. Pode contá com esse dinheiro. No final do ano tem o décimo terceiro. Isso ajuda até pra renovar o empréstimo que nós faz ele em março (A. F. 12) ⁶⁴.

5.4. Modalidades de crédito do Pronaf acessadas pelos agricultores entrevistados

Cerca de 97,61% dos agricultores entrevistados nunca tiveram acesso a outros programas de crédito agropecuário antes do Pronaf. Os agricultores que relataram já ter tido acesso a outros programas de crédito dizem não se lembrarem como eram as regras de acesso a estes. Lembram-se apenas que foi na década de 1980 e os recursos eram destinados à aquisição de adubos químicos para utilizar na plantação de fumo. Tais recursos também eram obtidos junto ao Banco do Brasil.

Eu tive um financiamento pra compra de adubo pro fumo, mas já faiz muito tempo. Eu nem lembro como era não. Só lembro que era no Banco do Brasil e que era pra comprar adubo. Na época era bem difícil de conseguir era pra pouco produtor. Não era igual o Pronaf não. Meus vizinho tudo tem ou já teve Pronaf, esse outro empréstimo não. Também, naquele tempo, era pouca gente que tinha corage de pegá dinheiro emprestado em banco (A. F. 8).

Os dados dessa pesquisa informam que há uma nítida concentração de contratos na modalidade Custeio, atingindo 61,90% dos contratos, na amostra analisada. O volume de contratos de Investimentos soma 11,90 % e, ambas as modalidades respondem por 26,2% dos contratos.

De acordo com Pereira (2000), o crédito para investimento é necessário para que os agricultores possam dar continuidade ao processo produtivo em suas propriedades. Em muitas situações há carência de infra-estrutura necessária à execução das atividades. Contudo, 11 agricultores, (26,20% dos entrevistados), não desejam ampliar suas dívidas buscando mais recursos tendo em vista que têm receio de investir em condições para produzir e depois demorar a recuperar o valor investido.

⁶⁴ Agricultor familiar que concilia renda das aposentadorias (dele e de sua esposa) com os recursos do Pronaf para investir na propriedade..

Entre os onze (11) agricultores que são beneficiários de ambas as modalidades (Custeio e Investimento), quatro deles afirmam que pretendem renovar apenas o Pronaf Custeio porque este atende melhor as suas necessidades e apresentam riscos menores de endividamento porque o volume de crédito é menor, embora o prazo de um ano para renovar o contrato seja considerado pequeno por alguns agricultores.

As principais razões que levam os beneficiários a ter pretensões de renovar o contrato do Pronaf estão os juros baixos e, para alguns, a facilidade de acesso aos recursos. Do total, cerca de 88,01% dos agricultores desejam renovar os contratos pelo tempo que o banco permitir⁶⁵.

Todos os agricultores entrevistados têm outras formas de interação com o Banco do Brasil, por isso, reconhecem que os juros do Pronaf são realmente atrativos quando comparados com outras modalidades de empréstimos oferecidos pelas instituições bancárias.

Curiosamente, três agricultores afirmam que, caso não seja preciso aplicar os recursos nas atividades rurais, o valor poderá ser aplicado em uma caderneta de poupança e servir como uma reserva de capital para a família frente a uma situação de emergência.

Eu ia desistir do Pronaf, mas depois eu pensei: o juro é barato. Por enquanto resolvi mantê o empréstimo só que como não to precisando gastá, vou deixar ele no banco, na poupança mesmo. Não dá prejuízo não. O juro que ela rende é maior do que o que é cobrado no Pronaf. Se precisar de dinheiro, numa emergência, com a família ou a propriedade eu gasto desse dinheiro (A. F. 4).

Dentro do universo pesquisado pode-se ver agricultores que desejaram desistir do Pronaf, mas foram convencidos a permanecerem com os contratos por pelo menos mais um ano aplicados em cadernetas de poupança tendo em vista que os rendimentos obtidos nesta aplicação são suficientes para pagar os juros anuais do Pronaf. Outra sugestão dada a um destes beneficiários foi que o mesmo investisse em equipamentos novos para os tratores, cujo aluguel das máquinas rapidamente pagaria o investimento.

Eu ia desistir mais no banco me fizeram vê que era melhor ficar com o dinheiro. Mesmo que fosse só pra guardar ele no banco ou comprar alguma coisa se os trator precisasse (A. F. 4).

⁶⁵ Nas entrevistas dos agricultores familiares que não desejam renovar o contrato do Pronaf, os argumentos que justificam essa postura são as exigências do banco em relação a documentos impossíveis de serem obtidos e a adesão a seguro de vida cujo valor extrapola o orçamento de muitos agricultores.

Entre os agricultores que não desejam renovar os contratos do Pronaf estão aqueles que tiveram os maiores problemas relatados em seus investimentos. Neste universo pesquisado, existem três situações de inadimplência confirmada. São agricultores familiares menos capitalizados que canalizaram os recursos para uma única atividade e não obtiveram desta o retorno financeiro esperado. Em uma das situações, o investimento foi realizado na pecuária leiteira e, as duas outras, em cultivo de olerícolas. Estes agricultores encontram-se em uma situação muito delicada porque de imediato não têm como quitar seus débitos e também não é possível continuar a exercer as atividades rurais. O caminho encontrado por eles foi procurar emprego na cidade e tentar, posteriormente, encerrar suas dívidas junto ao Banco do Brasil. Nestas situações de inadimplência, nenhum dos beneficiários do Pronaf é proprietário das terras onde aplicaram os recursos. Dois deles trabalhavam nas terras do pai e o terceiro, era arrendatário da área onde cultivava.

A falta de retorno financeiro nos investimentos realizados também é citada por todos os agricultores que não pretendem renovar os contratos do Pronaf. Dois destes relatam que a política de crédito é uma conquista muito importante para o agricultor familiar, no entanto, somente crédito não resolve o problema do agricultor. “Nosso maior problema não é produzir. É vender a produção, tirar a despesa e sobrar o lucro. Isso não tem acontecido e ficamos endividados”⁶⁶.

As incertezas relacionadas à comercialização da produção é uma realidade para o agricultor familiar tocantinense, pois, o município não dispõe de nenhum órgão como secretaria da agricultura ou outro que pudesse intervir neste aspecto. A produção de olerícolas, por exemplo, é muito expressiva no município, porém, a venda destes produtos é realizada individualmente por cada produtor no campo para os chamados “*atravesadores*”⁶⁷. São estes que estabelecem valores para cada mercadoria. Muitas vezes os preços não cobrem sequer os custos de produção causando grandes prejuízos para os agricultores. Não tendo outra forma de comercializar a produção, os agricultores vendem no campo as mercadorias deixando o lucro que poderiam ter nas mãos dos *atravesadores*.

⁶⁶ Relato de um dos agricultores familiares inadimplentes.

⁶⁷ O termo *atravesadores* aqui é utilizado para designar os comerciantes que comprem mercadorias no campo a preços geralmente abaixo do valor real e revendem esses produtos nos CEASAs e nos comércios em geral.

Indagados sobre porque os mesmos não negociam as mercadorias nos centros de comercialização, a resposta foi: *“em tempos de colheita é muito difícil uma pessoa deslocar duas ou três vezes por semana para Juiz de Fora, Barbacena ou Belo Horizonte para levar mercadoria para vender. Além disso, é difícil entrosar no mercado, escolhê bons fregueses. Tem muita dificuldade”*. Muitos agricultores desvencilham completamente as funções de produção daquela de comercialização.

A mesma questão foi feita aos representantes da Emater e do STR e as respostas foram: afirmaram que é possível alterar este quadro desde que haja confiança e participação dos agricultores. A idéia deles é fundar uma associação para comercializar conjuntamente a produção de olerícolas a preços de mercado, ou delegar essa função para a ASPRUT, assim que esta associação estiver plenamente estruturada. É um grande desafio, enfim.

5.5. Valor dos contratos, prazos de renovação dificuldades enfrentadas para se tornar beneficiário do Pronaf

Os agricultores entrevistados falaram abertamente sobre os valores dos contratos do Pronaf. Inicialmente, imaginou-se que este questionamento não devesse ser feito de forma direta para evitar constrangimentos. Todavia, quando perguntados se “os valores do contrato do Pronaf eram suficientes para custear as atividades da propriedade”, automaticamente os entrevistados respondiam a esta indagação e na sequência, falavam o valor do empréstimo. Então, foram identificados valores entre R\$ 3.200,00 e R\$ 25.000,00.

Obviamente, os maiores valores correspondem à modalidade Investimento e também, são beneficiários desta, agricultores mais capitalizados cujos projetos foram elaborados com vistas a melhorar a infra-estrutura das propriedades em termos de irrigação e aquisição de máquinas agrícolas.

Os agricultores que declararam que os recursos não são suficientes para custear suas atividades somam onze (11), sendo que, sete deles afirmaram que apesar desta constatação, não pretendem ampliar o valor dos seus contratos. Alegam que as incertezas na hora de comercializar a produção os impedem de assumir uma dívida maior. Se a

atividade agropecuária apresentar melhores resultados nas próximas safras, poderão ampliar os valores dos contratos ou acessar outra modalidade de crédito.

Entre os agricultores que alegam que os prazos para renovação especialmente da modalidade Custeio não são adequados. Oito sugerem que o pagamento anual seja apenas dos juros e do seguro. Além disso, para eles, o contrato deveria ter uma validade de três a cinco anos. Assim, os agricultores poderiam ter mais tempo para investir estes recursos e maiores chances de terem resultados mais lucrativos.

A obrigatoriedade de efetuar o depósito anual correspondente ao valor do empréstimo somado aos juros e ao seguro pode levar o agricultor a ter que recorrer a empréstimos particulares, cujos juros são elevados, para saldar o compromisso. Esta situação favoreceu o surgimento de um grupo de pessoas que se especializaram em “empresatar” dinheiro para os agricultores renovarem os contratos do Pronaf. Entre os agricultores entrevistamos, não houve relatos de pessoas nesta situação, mas, alguns deles comentaram que isso acontece com muita frequência e conhecem várias pessoas que já tiveram que recorrer a esse tipo de empréstimo cujos juros são muito acima dos valores cobrados pelo programa.

Outra questão abordada e que se obteve respostas longas e bastante comentadas foi em relação às dificuldades enfrentadas para se tornarem beneficiários do Pronaf. As respostas a esta indagação foram muito espontâneas e em alguns casos evidenciou falhas não no momento de tornar-se beneficiário desta política de crédito, mas sim, no ato da renovação dos contratos. Foram identificados, dentro do universo pesquisado 10 agricultores que tiveram dificuldades para cumprir as exigências para renovar os contratos do Pronaf, em 2009.

Um total de 16 agricultores afirmou que não tiveram qualquer problema para ter acesso ao crédito. Destes, 14 ainda não haviam renovado os contratos em 2009, pois, os vencimentos começariam a partir da segunda quinzena de março, que ultrapassava o período de trabalho de campo da pesquisa e por isso, não permitiu discutir se algum agricultor deste grupo teve problemas para renovar seu contrato.

A questão da exigência de avalistas foi citada por 10 agricultores como um dos maiores problemas enfrentados para acessar os recursos do Pronaf. Muitos destes vêm a imposição da assinatura de avalistas como uma humilhação e um grande constrangimento, pois, há casos em que os nomes sugeridos como possíveis avalistas não aceitam

assumir esta responsabilidade. Por outro lado, há agricultores insatisfeitos com a iniciativa do banco em indicá-los como avalistas para outros agricultores. Estes se sentem coagidos a avaliar pessoas que muitas vezes nem conhecem e a reação obviamente é de recusa em assumir tal responsabilidade. Diante disso, alguns agricultores enfrentam dificuldades para obter aval, pois esta é uma prática vista com desconfiança por muitas pessoas.

Outro obstáculo existente no caminho do acesso ao Pronaf se refere à chamada “burocracia” abusiva em alguns casos. Geralmente, os agricultores reclamam das exigências feitas pelo banco para a liberação dos recursos. Durante uma das entrevistas, um agricultor relatou que teve que fazer uma “verdadeira peregrinação” com muitas idas e vindas até conseguir reunir toda a documentação exigida pela agência bancária. Relatou também que não foi fornecida a ele uma lista por escrito dos documentos necessários, no entanto, toda vez que chegava ao banco com documentos, era informado que aqueles ainda não eram suficientes e que deveria voltar outro dia com os demais documentos para concluir a operação.

Meu Pronaf venceu em outubro. Um mês antes, eu com o dinheiro na conta, tinha o costume de pagar ele de manhã e de tarde o dinheiro já tava liberado pra mim. Só que esse ano, ele saiu duas semanas atrás e com muita briga. Nós já estamos em março. Cada dia que eu ia lá [*na agência do Banco do Brasil*], eles me pedia xérox de alguma coisa. Eu falei: então você me dá uma lista com tudo que é preciso trazer porque eu não poso tá todo dia aqui não [...]. ela falou: a não, eu não lembrei de te passar essa lista não! Eu ficava lá quase o dia todo naquela aporrinhação e não resolvia. Teve um dia que ela deixou eu lá. Eu cheguei antes do almoço, ela me enrolou pra tirar um xérox pra levar pro sindicato. Ela fez eu esperar uns 40 minutos antes do almoço. Ela foi almoçar, não tirou o xérox pra mim e olha que era só pegar na pasta e fazer a cópia. Ela voltou, me enrolou até três horas, atendeu todo mundo na minha frente e me largou esperando. Eu falei: esse Pronaf, você tem que me dar ele de qualquer maneira [...]. Aí eu reclamei no sindicato que isso era uma humilhação. Aí foi marcada uma reunião pra resolver isso. Outra coisa também, se eu não fizesse um seguro de R\$ 700,00 pra renovar todo ano, só que o ano que vem pode ser R\$ 800,00, R\$ 900,00, não tinha conversa. Não precisava nem levar papel pra ela. Sem o seguro não saía Pronaf. Eu falei: eu não vou fazer porque o sindicato e a Emater não sabe disso. Lá me falaram que isso não existe. Bati o pé e não paguei. Depois ela veio com uma historia que eu tinha que ter contrato de parceria porque a proprietária das terras é minha mulher. Sou casado há 16 anos e ela não vende nada sem minha assinatura porque que ela tinha que me dar um contrato de parceria? Ela não me respondeu. É só com agricultor que eles faz isso. É abusivo! (A. F. 13)⁶⁸.

Práticas como estas são consideradas abusivas pelos agricultores e estes demonstram inclusive, um sentimento de inferioridade perante aos clientes de outras linhas de

⁶⁸ Agricultor familiar que resistiu à exigência do seguro de vida e de documentos feitos pela agência do Banco do Brasil.

financiamento ou serviços bancários. Um dos agricultores familiares impedido de renovar seu contrato relatou que foi sugerido a ele a apresentação de uma nota fiscal de um trator mesmo não sendo proprietário de nenhuma máquina deste porte. Segundo ele, indagou à responsável pela sugestão “que utilidade teria uma nota fiscal que certamente não está em meu nome para liberar um empréstimo para mim”? Obteve como resposta que esta é uma prática comum do banco e “quanto mais garantia o agricultor oferecer, mais fácil e rápido o crédito é liberado”.

Entre os documentos citados como impossíveis de serem obtidos, os entrevistados citaram: certidão da propriedade dos últimos quinze anos (tombamento do terreno), contratos de parcerias entre cônjuges, nota fiscal de trator (no entanto o agricultor não é proprietário de nenhum tipo de máquina agrícola), atestados de bons antecedentes criminais, outorga de recurso hídrico⁶⁹ entre outros.

Na prática todo esse processo contribui para afastar o agricultor familiar da busca por um direito conquistado para essa categoria socioeconômica cuja importância é ressaltada em diversos trabalhos e estudos oficiais sobre o meio rural. Entretanto, em diversos momentos do trabalho de campo percebeu-se reações dos agricultores que se sentiram prejudicados ou foram impedidos por algum tempo, de continuarem beneficiários dessa política de crédito. Tais reações vieram de diversas formas desde a insistência junto à agência do Banco do Brasil, à solicitação de ajuda e esclarecimento junto à Emater e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e à convocação de reuniões para esclarecimento e denúncias de práticas excessivas por parte do agente financeiro.

5.6. Atividades custeadas pelos recursos do Pronaf e a prática de atividades não-agrícolas como estratégia de permanência no espaço rural

Observando-se os dados sobre as principais atividades custeadas com os recursos do Pronaf, no município de Tocantins, percebe-se uma concentração de recursos destinados, sobretudo, ao cultivo de olerícolas e à pecuária leiteira. A associação entre estas duas atividades corresponde ao maior número de beneficiários, somando 15 agricultores. Estes agricultores são proprietários das áreas onde cultivam, muitos possuem diversos equipamentos para o manejo da atividade a qual se dedicam, são clientes ban-

⁶⁹ Em anexo consta uma cópia da Ata da reunião realizada para solucionar esta problemática que envolve a solicitação abusiva de documentos aos beneficiários do Pronaf.

cários de longa data e alguns destes são agricultores que viveram fases prósperas da agropecuária brasileira nas décadas de 1980/90, conforme relatos dos próprios agricultores.

O cultivo de olerícolas como única atividade financiada com os recursos do Pronaf aparece como a segunda mais citada entre os agricultores pesquisados, correspondendo a 12. Em seguida aparecem outros conjuntos de atividades ou atividades isoladas a saber: olerícolas, milho e feijão é a opção de financiamento de 4 agricultores; produção de leite, formação e limpeza de pastagens foram as atividades citadas por outros 4 agricultores; a fruticultura foi citada também por 4 agricultores e, a produção apenas de leite e cana-de-açúcar e cultivo de goiaba foram atividades citadas por 2 e 1 agricultor respectivamente.

Com base nas afirmações dos agricultores entrevistados é que os recursos da modalidade Investimento destinaram-se à aquisição de micro-trator e equipamentos de irrigação para a fruticultura e tanques de resfriamento de leite direcionados à melhoria do armazenamento deste produto.

No decorrer da análise dos dados, observou-se que o agricultor familiar que é beneficiário do Pronaf que apresenta os melhores resultados em termos de aplicação e capacidade de gerir os recursos tem um perfil característico. Geralmente são agricultores proprietários de terras cuja mão-de-obra familiar é muito importante no andamento do trabalho, possuem máquinas e equipamentos (irrigação, pulverização, tratores, ordenhadeiras mecânicas, entre outros) que facilitam o manejo das atividades. Muitas destas famílias têm pelo menos uma ou duas pessoas que já são aposentadas. É neste grupo também que está a maioria das pessoas que exercem atividades não-agrícolas fora da propriedade rural, somando nove pessoas.

No conjunto amostral desta pesquisa, em quinze famílias dezessete pessoas estão ocupadas fora da propriedade em atividades não-agrícolas. Segundo informações fornecidas pelas famílias, o trabalho fora da propriedade rural permite uma renda mensal fixa e em alguns casos, certos benefícios relacionados aos direitos trabalhistas inexistentes nas atividades praticadas anteriormente no campo.

O trabalho remunerado fora da propriedade permite também que em momentos de crise em virtude de prejuízos da atividade agropecuária ou no período em que a propriedade não estiver gerando renda (entressafra), que um ou mais membros da família

continue tendo sua remuneração. Essa prática contribui, em muitos casos, para a permanência da família no campo e ao mesmo tempo retira parte da responsabilidade atribuída às atividades agropecuárias pelo sustento do grupo familiar.

A vantagem de trabalhar na fábrica ou em outro emprego na rua é que tem salário todo mês, tem hora de pegar, hora de parar e, se a pessoa tiver cabeça, ele junta um dinheirinho. Aqui tá gastando mais do que ganhando. Se juntá as duas coisas fica melhor. Uns trabalham na roça, cuida da propriedade enquanto outros vai procurar outras coisas pra fazer fora da roça. Se a roça fracassar de tudo, já tem alternativa (A. F. 14) ⁷⁰.

De acordo com Schneider (2003),

Embora a agricultura guarde um lugar de destaque no espaço rural, é errôneo imaginar que ela própria não tenha sido modificada ao longo dessa trajetória. Em vários países, [...] a dinâmica da própria agricultura no espaço rural é condicionada e determinada pelas outras atividades ali praticadas e é percebida como um dos agentes das relações que se estabelecem entre a sociedade e o espaço. Talvez o exemplo emblemático, entre outros, dessa mudança na “na forma de ser” do rural seja a emergência e a expansão das “unidades familiares pluriativas”, pois, é cada vez mais freqüente que uma parte dos membros das famílias residentes no meio rural se dedique às atividades não-agrícolas, dentro ou fora das propriedades” (p. 22-3).

Dessa forma, Schneider (2003) argumentou que o rural não se resume mais apenas a atividade agrícola, pois a ele passaram a incorporar-se, nas leituras analíticas e nas representações sociais, outras dimensões como a natureza, as famílias rurais, as paisagens, o patrimônio cultural e as tradições, entre outras.

Dentro do universo pesquisado, as ocupações mais procuradas são as atividades em confecções de roupas (quando se trata de mulheres) e agroindústrias, especialmente laticínios (quando se trata dos homens) identificadas por serem atividades que não requerem qualificação profissional muito complexa. No caso das confecções, muitas trabalhadoras iniciam na função de arrematadeiras (função que consiste em cortar excesso de linhas, pregar botões e outras atividades mais simples). Posteriormente podem fazer cursos práticos em máquinas industriais e se qualificarem enquanto costureiras obtendo, assim, maiores rendimentos.

Independente da função que as pessoas passam a exercer fora do meio rural, o que mais atrai estas pessoas para as cidades é a possibilidade de terem uma renda fixa via recebimento de um determinado salário. Somente os dividendos arrecadados com as atividades desenvolvidas diretamente na propriedade não tem sido suficientes para o sustento de muitas famílias rurais. Conforme relatou um dos agricultores entrevistados:

⁷⁰ Agricultor familiar que tem parte de sua família trabalhando na propriedade rural e dois dos filhos encontram-se trabalhando na cidade.

Eu não pensava assim não, mas hoje, do jeito que a roça tá ficando, é melhor que os mais novo vai procurando outro tipo de sobrevivência. Onde que pode uma coisa dessa? A pessoa trabalha, investe e na hora de vender o que produziu não tem preço. A pessoa sabe que vai trabalhar muito, mas ter lucro é cada vez mais difícil. Quem tem emprego na cidade não tem esse risco. Trabalhou, recebeu! (A. F. 14).

De acordo com os entrevistados, na zona rural a renda da família é muito instável e depende de vários aspectos. A seguir são apresentados os depoimentos classificados por categorias:

- a) **De ordem natural:** as condições atmosféricas interferem em grande medida na colheita e na produtividade das lavouras e na pecuária; a ocorrência de secas prolongadas ou de chuvas ou frio em excesso comprometem os resultados dos investimentos dos agricultores podendo até levar à perda total da safra ou parcial do rebanho. No trabalho de campo apareceram relatos sobre estes fatores.

No ano passado, a chuva de pedra fez muito estrago aqui. Eu e outro vizinho daqui perdemos a produção do pomar todinha. Em poucos minutos arrasou tudo. Ano passado fiquei totalmente no prejuízo. Não recuperei nada do que investi. Até a natureza tem hora que trabalhar contra nós (A. F. 15) ⁷¹.

- b) **De ordem mercadológica:** os agricultores produzem, mas não tem garantias de venda de suas mercadorias. Muitas vezes, os investimentos realizados absorvem todas as economias da família em uma única safra, dada à fragilidade econômica de muitas destas. Quando inicia o período de colheita, os preços oscilam demasiadamente levando-os a grandes prejuízos. A maioria dos cultivos no município é de olerícolas, portanto, produtos perecíveis que tem que ser comercializados rapidamente.

Aqui no município tem uma coisa que precisava mudar pra ajudar o agricultor. A coisa mais difícil da lavoura é colher na hora que o preço tá bom. Se nada for feito, os agricultores não vão agüentar por muito tempo não. Se insistir no prejuízo, vai ter que vender a terra pra pagar banco. Produzir tá sendo fácil. O difícil é vender a mercadoria (A. F. 2).

- c) **Sazonalidade e relação produção-mercado:** a pecuária leiteira também enfrenta sérios problemas, pois, no período em que há maior produção o preço do leite é reduzido e, no período da entressafra o preço aumenta, mas aumenta também os custos de manejo do gado, pois, é necessário complementar a

⁷¹ Agricultor familiar cuja produção do ano de 2008 foi destruída por uma chuva de granizo.

alimentação do rebanho com ração e outros nutrientes para manter a lactação e a saúde dos animais, pois as pastagens se tornam escassas.

Na seca o preço do leite sobe porque não tem o leite. Se aumentá a produção, tem que dá muita ração e tudo de trato mais forte pra vaca produzir mais, a produção sai muito cara. Por outro lado, se não trata, a vaca não produz leite. Então é difícil! Fica nas mão só de um laticínio quase, eles põe o preço que quer. Esse aumento do preço do leite na época da seca não aparece no bolso do produtor não. Ele vai é pra fabrica de ração (A. F. 4).

- d) **Desigualdade dos valores insumo-produção:** neste aspecto, os agricultores responsabilizam a disparidade de preços entre insumos e da produção pelos prejuízos que estão sujeitos. Além destes fatores, os agricultores relatam que falta apoio do poder local por meio de projetos para solucionar esses problemas. Em oito (8) entrevistas apareceram falas que mostram a insatisfação dos agricultores em relação às formas de comercialização relacionadas à aquisição de insumos e à venda da produção. Segundo um dos entrevistados:

Tudo o que é comprado na cidade pra terra é muito caro, o preço já tá feito. Só que aqui, quem vem comprar é que põe preço. Isso é, todo ano os preço dos insumo sobe e aqui, tem vez que tá e diminuindo. Aí não tem jeito: comprá caro e vendê barato, só sobra prejuízo (A. F. 4).

- e) **Deficiência nos serviços de ATER no município:** Neste sentido, há promessas de que o quadro de pessoal responsável pelos serviços de ATER seja ampliado. No entanto, desde 2008 que esta questão foi levada ao Executivo Municipal o qual concordou com a ampliação, mas, até o momento, providências não foram efetivadas.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a busca por oportunidades de trabalho no meio urbano acaba refletindo uma alternativa para alguns membros das famílias rurais que não tem possibilidade, neste momento, de manterem-se ocupados nas atividades agropecuárias. Com essa divisão do trabalho vivida por estas famílias, o patrimônio rural permanece com a família, porém, não é deste que provém a maior parte da renda mensal desta. Esta situação pode levar a médio ou longo prazo ao deslocamento de outros membros ou de toda a família para o meio urbano. Inclusive, foi observado que existem imóveis rurais em bom estado de conservação fechados, pois, os moradores aos poucos foram se mudando para a cidade e todo aquele investimento em estrutura como moradia, curral, galinheiro, pomar, entre outros, está desocupado.

Nessas situações encontradas neste trabalho de campo, também foram constatadas duas situações em relação à moradia destas famílias no meio urbano:

- a) Famílias compostas por pai, mãe e filho(s) jovem(s) ou crianças: nestes casos, a família não possui imóvel urbano próprio e tem que arcar com gastos com aluguel. Um dos motivos que levam ao deslocamento de famílias com filhos em idade escolar para as cidades está relacionado à expectativa dos pais em relação à continuidade dos estudos dos filhos. Dessa forma, as famílias com filhos menores, em idade escolar principalmente, tendem a um aumento nas despesas mensais que podem comprometer um possível aumento nos rendimentos da família;
- b) Famílias compostas por pais e filhos adultos que não residem com os pais: estes, geralmente são aposentados e possuem residência própria no meio urbano. Portanto, isentos das despesas relacionadas ao aluguel.

Além das ocupações em atividades não-agrícolas, seis jovens, filhos agricultores beneficiários do Pronaf, estão cursando faculdades. As instituições de ensino superior freqüentadas por eles são: Universidade Federal de Viçosa, onde estudam uma graduanda em Agronomia e outro no curso de Mestrado em Química; Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC) de Ubá, um estudante do curso de Administração; na Faculdade Santa Marcelina de Muriaé-MG dois estudantes cursam Ciências Biológicas e Nutrição; na Faculdade Governador Ozanan Coelho (FAGOC) de Ubá uma estudante do curso de Educação Física. Ela é beneficiária do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), do governo federal.

CAPÍTULO 6 – INTERPRETANDO O PRONAF

O meio rural brasileiro vem sendo palco de grandes transformações, assim como acontece em outros países do mundo. A agricultura continuará a ser uma atividade essencial neste espaço como supridora de alimentos, geradora de emprego e renda. No entanto, existem sinais de que o meio rural brasileiro também exercerá muitos outros papéis além da agricultura e oferecerá múltiplas oportunidades para a dinamização da economia do Brasil.

Na percepção de vários autores, os gestores de políticas públicas (assim como instituições de ensino, de pesquisa e de extensão rural) ainda associam o espaço rural como local restrito a atividades agrícolas. Com isso, as políticas públicas de desenvolvimento rural são setorizadas, o que provavelmente causa a perda de oportunidades de desenvolvimento em regiões carentes do país. E não é um contingente pouco expressivo, mas, conforme afirma Veiga (2002), é formado por 80% dos municípios e 30 % da população brasileira.

A partir dos anos 1990, o governo brasileiro reconheceu a necessidade de elaborar políticas públicas específicas para atender aos agricultores familiares. Esse reconhecimento governamental ocorreu, sobretudo, com a implementação do Pronaf e também a Previdência Social.

O Brasil rural ainda necessita de políticas redistributivas de terras e apoio estrutural para as áreas reformadas para que as pessoas contempladas possam ter melhores condições de habitar e se manterem em condições dignas no campo, conforme relatou Schappo (2003). É comum mencionar que a agricultura brasileira possui ainda grande potencial de crescimento pelas fronteiras agrícolas ainda não exploradas e pela intensificação das áreas já existentes. Talvez o mesmo se possa dizer do Brasil rural onde temos ainda um grande potencial agrícola e não-agrícola. É para este novo e promissor ambiente que instituições e governo precisam se voltar (onde está o desafio institucional), pois pode residir aí a força para desenvolver o país por inteiro.

Conforme diagnosticou Schappo (2003), o Pronaf está conformando um novo campo de coalizão de atores sociais, públicos e privados, tendo por objetivo dar um tratamento adequado às necessidades da agricultura familiar brasileira. Com isso, as for-

mas de intervenção do programa nas áreas de crédito, de infra-estrutura, de pesquisa e de capacitação comprovam a importância de políticas de desenvolvimento rural que enfatizam a agricultura familiar como setor prioritário, devido à sua expressão social e econômica no contexto do sistema de produção agropecuária do país.

Constata-se que o Pronaf é uma política pública que vem, ao longo de sua existência passando por diversos aperfeiçoamentos sequenciais, no sentido de transformá-lo efetivamente em um instrumento capaz de atender ao conjunto de agricultores familiares brasileiros em todas as suas formas de expressão.

De acordo com Campos e Cardoso (2004), o Pronaf desempenha importante papel em relação à agricultura familiar e ao crédito rural. No entanto, os autores questionam se o programa atende uniformemente ao universo de agricultores familiares distribuídos nas regiões geográficas do país. Se tal fato não ocorre, é possível que algumas unidades da federação estejam recebendo grande parte dos recursos do Programa em detrimento de outras. Baseando-se nessas idéias, pressupõe-se que a distribuição dos recursos do crédito rural do Pronaf para as unidades da federação, não é realizada de forma homogênea. Além disso, diversos estudos demonstraram outras formas de concentração dos recursos do Pronaf. Entre elas podemos citar aquelas relacionadas a determinados grupos (D; E), que correspondem a agricultores mais capitalizados, portanto mais aptos a oferecer as garantias exigidas pelo banco.

Ainda pode ser citada a predominância de projetos enfocados em determinados produtos. Mesmo diante da problemática da comercialização destes produtos, no entanto, esta pesquisa demonstrou que há grande concentração de projetos destinados a financiar estas mesmas atividades. O excesso de produção de determinados produtos culmina na dificuldade de comercialização. Na medida em que os preços caem e não cobrem os custos de produção não geram um excedente para o agricultor. No município de Tocantins há forte concentração de projetos cujos agricultores foram enquadrados nos grupos D e E, e também, o financiamento foi canalizado principalmente para o cultivo de olerícolas e para a pecuária leiteira.

Contudo, o trabalho de campo demonstrou que muitos agricultores atribuem o fracasso ou o pequeno desempenho dos recursos do Pronaf à instabilidade dos preços dos produtos. Relatam que apenas a existência de uma política de crédito atuante dentro da política agrícola brasileira é insuficiente para garantir a continuidade das atividades no meio rural. Seis agricultores afirmaram que a política de crédito é um importante

instrumento para o financiamento e valorização da agricultura familiar, mas falta ainda, desenvolver mecanismos que apoiem esta política, que faça valer a pena investir nas atividades as quais o município tem vocação, mas gostariam que houvesse intervenções no sentido de facilitar o acesso destes ao mercado para comercializar o que produzem ou que fossem estudadas novas alternativas viáveis para o município. Conforme relatos de um desses agricultores,

O dinheiro na hora certa é importante porque é um incentivo pra investi na terra. Se tivesse junto com ele apoio e condição pra vendê a produção e um acompanhamento principalmente nessa parte de mercado, a situação melhorava. Outra coisa é que se todo mundo investe num só tipo de plantação não tem jeito de vendê depois (A. F. 4).

Os agricultores afirmam que falta apoio local para planejar as questões relativas à agricultura familiar e que a assistência técnica é importante não só na fase de elaboração do projeto, mas também na execução deste.

Ferreira, *et all* (2006) também reconhecem que os problemas relativos ao Pronaf são muitos e variados. Dizem respeito ao processo de formulação, adaptação normativa e moldagem institucional, à execução das ações por parte dos intervenientes, aos três níveis de governo e aos interesses e inserções de entidades do próprio público-alvo. Na visão destes autores são problemas passíveis de serem encarados e superados, pois vêm sendo apontados repetidamente ao longo do tempo. De qualquer forma, indicam possibilidades de o programa dar um salto de qualidade, aperfeiçoar instrumentos e integrar intervenções. Esses são desafios, enfim.

Na implementação do Pronaf no município de Tocantins foram identificados vários problemas que podem contribuir para que seus objetivos iniciais não sejam plenamente alcançados, entre eles: a falta de informações por parte dos agricultores familiares (muitos não têm informações sobre os procedimentos para a obtenção do crédito ou se os mesmos se enquadram como beneficiários do Pronaf); a dificuldade da Emater prestar assistência técnica e acompanhar o desenvolvimento dos projetos.

Além disso, a ausência de acompanhamento e definição de projetos viáveis pode levar ao uso inadequado dos recursos culmina com o endividamento. O agente financeiro (Banco do Brasil) não possui habilidade para atender aos agricultores familiares. Entretanto, tendo em vista que os candidatos ao crédito nem sempre são clientes do banco e geralmente a maioria dos contratos apresenta valores baixos.

Gusmão (2001) afirmou que o Pronaf busca fortalecer as condições técnicas e econômicas de inserção da agricultura familiar no desenvolvimento local e foi concebido como instrumento de transformação do ambiente institucional brasileiro, com vistas em fortalecer os movimentos sociais por meio de uma construção flexível, orientada pelas reivindicações sociais dos diferentes estados. Contudo, não têm sido poucas as dificuldades e os problemas encontrados durante sua gestação e implementação.

Neste sentido, ainda persistem situações em que as garantias exigidas pelos agentes financeiros, a exigência de avalistas, penhor de bens cujos valores são superiores ao valor pleiteado como empréstimo, entre outros que de certa forma tem sido minimizados ao longo da trajetória do Pronaf, mas que, infelizmente ainda não foram completamente solucionados em Tocantins-MG.

Schappo (2003) afirmou ainda que outro fator relevante neste contexto é marcado pela descentralização das políticas públicas, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1980, buscando fortalecer o protagonismo das esferas regionais e locais, em contraposição à excessiva centralização que marcou as políticas públicas brasileiras no período pós-guerra, a descentralização tornou-se uma alternativa à ineficácia das políticas e dos próprios órgãos públicos, uma vez que se pensava que quanto mais próximos dos cidadãos, mais facilmente se resolveriam os problemas da população. Através de novas regras de tomadas de decisões, buscou-se incentivar a participação social como forma de interferir nas políticas e no próprio rumo do desenvolvimento rural. Com isso, esperava-se criar uma cultura de participação política que, paulatinamente, fosse capaz de responder aos desafios de se construir um modelo de desenvolvimento sustentável ancorado na dinâmica da agricultura familiar.

Nesta nova fase das políticas públicas de desenvolvimento rural, a institucionalidade é um elemento determinante. Ao longo dos últimos anos foram criadas organizações, instâncias de representação e de decisão desde o âmbito municipal até a esfera federal, além de procedimentos técnicos e administrativos que ampliaram a possibilidade da gestão social das políticas públicas, de forma que estas ultrapassem as fronteiras restritas da ação dos órgãos governamentais. Com isso, abriu-se espaços para a sociedade civil intervir na formulação, implementação e avaliação das políticas destinadas a promover o fortalecimento da agricultura familiar no país, conforme advertiu Schappo (2003).

No mesmo sentido, destaca-se a criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), que tem por objetivo fazer com que os agricultores e suas representações passem a ter vez e voz no processo de elaboração e implementação do Pronaf. Contudo, ainda há situações conforme estudos de Abramovay e Veiga (1999), em que muitas prefeituras entendem o CMDR apenas como o ritual burocrático necessário à obtenção de ajuda. Nessas situações, a participação social fica relegada a segundo plano e as decisões são tomadas por lideranças locais a partir daquilo que os mesmos entendem que é melhor para o município ou para a administração local.

Em Tocantins, a atuação do CMDRS, criado em 2004, tem se restringido a ações localizadas como a mediação para adquirir dois tanques de resfriamento de leite, atuou também como fiscalizador do Programa Luz Para Todos. Atualmente os representantes dos agricultores do município desejam atribuir novas funções ao CMDRS como a de fiscalizador dos investimentos do Pronaf. Caberia aos conselheiros ou parte destes a função de fiscais que certificariam na prática a execução dos projetos técnicos elaborados para acessar os recursos do Pronaf. Desta forma, tornariam o conselho mais atuante no município, aumentando seu poder de atuação junto às instâncias superiores culminando em maior poder reivindicatório.

Um dos desafios persistentes no meio rural é a incipiente participação dos agricultores nos processos de decisão sobre políticas públicas, também observado no trabalho de campo. Demonstrar aos agricultores que estes podem ser importantes atores na defesa dos seus próprios interesses e na busca pelos direitos dessa categoria socioeconômica constitui-se em um trabalho árduo que deverá ser realizado, sobretudo pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e pelas empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Neste processo centrado na gestão e na participação social, entretanto, há ainda diversos obstáculos a serem superados. Especificamente em relação ao Pronaf, alguns destes obstáculos acabam se transformando em limitações ao programa, impedindo que o mesmo venha a alterar efetivamente os rumos atuais do desenvolvimento agropecuário brasileiro, e ainda mantendo um caráter seletivo, excludente e meramente produtivista. Neste sentido, verifica-se que nem todos os possíveis beneficiários deste programa de crédito teriam condições de fato, de se tornarem reais beneficiários em função dos entraves que persistem ainda nos dias atuais entre a intenção de democratizar o crédito aos agricultores familiares e a efetivação desta intenção.

Persistem ainda, limites impostos pelo sistema financeiro na operacionalização do programa, que se expressam de várias maneiras. Em muitas situações, os bancos não incluem alguns agricultores familiares como público preferencial para o atendimento cotidiano. Percebe-se na pesquisa que os agricultores familiares possuem outras formas de relacionamento com o agente financeiro apresentam maior facilidade de obter o crédito, de renovar os contratos e ainda de gerir os recursos. Para o Banco do Brasil, agência local, parece ser mais agradável trabalhar com seus clientes, de longa data que detém garantias adequadas às suas demandas de crédito. Essa é uma mudança de concepção que se faz necessária em um banco estatal que, de acordo com políticas atuais, deve assumir uma função pública e não só financeira. Ao banco caberia assumir o significado de instituição pública executora de uma política distributiva. No limite, a prática, de apenas instituição financeira acaba dificultando o acesso às diferentes modalidades de créditos do programa. Em parte, esse aspecto é visível nas operações voltadas ao investimento nas propriedades, quando são exigidas garantias que nem sempre são compatíveis com a realidade do agricultor familiar. Acredita-se que essa prática explica porque do predomínio das operações de crédito concentradas na modalidade Custeio, no município de Tocantins, no período analisado, a partir dos dados oficiais que embasaram este trabalho.

Decorrente desse processo podem ocorrer distorções que levam à concentração dos recursos em algumas regiões ou produtos como o ocorrido no início do programa, como alertou a literatura e que esta pesquisa também evidenciou. Entretanto, é importante ponderar que os financiamentos do Pronaf para as categorias de agricultores familiares descapitalizados e para o financiamento de determinadas atividades contém um risco que as agências que disponibilizam os recursos do programa nem sempre pretendem assumir. Aqui se entende que essa análise é que cria um conjunto de dificuldades para atender a todas as categorias de beneficiários.

Verifica-se ainda nos dias atuais, a permanência de alguns vícios da burocracia dos órgãos públicos, os quais impedem a legitimação do processo de participação junto à sociedade civil, ao concentrar o poder decisório nesses órgãos. Ao não estimular as instâncias que estão sendo criadas nos estados a ganhar vida própria e serem sujeitos do processo de descentralização e de democratização das políticas públicas, essa mudança pretendida também fica limitada na execução do programa.

Vale ressaltar que a estrutura organizacional nas comunidades rurais do município de Tocantins são muito precárias, dificultando a participação mais efetiva nos projetos de desenvolvimento e na defesa dos seus interesses. De uma forma geral os projetos governamentais alimentam o vício de serem elaborados “de cima para baixo”, não sendo originados na própria comunidade pelos seus membros, ou seja, pelas pessoas que vivenciam ou conhecem as especificidades locais. O Pronaf, em sua concepção, incentiva a participação e a organização dos agricultores, além de promover ações descentralizadas com a implantação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. No entanto, sua operacionalização depende muito ainda do potencial das organizações representativas de agricultores e dos diferentes órgãos envolvidos no programa.

A identificação da falta de integração entre os diferentes agentes, juntamente com uma estrutura burocrática e centralizada das instituições governamentais, implica no descompasso de atividades e na morosidade das ações, dificultando assim, o alcance dos objetivos de promover um desenvolvimento diferente daqueles tradicionalmente existentes no Brasil.

Ferreira *et al* (2001) destacaram a relevância do entrosamento entre as modalidades de crédito assim como entre os atores sociais envolvidos na operacionalização dos recursos do Pronaf. Estes autores afirmaram que o crédito de custeio sem investimentos, investimentos sem infra-estrutura, financiamento sem a devida assistência técnica e a necessária capacitação dos agricultores, entre outras combinações necessárias, não produzem mudanças estruturais nem asseguram sustentabilidade aos agricultores familiares atendidos. Neste sentido, [...] “muitas das críticas hoje existentes podem estar se originando dos descompassos existentes entre significados e significandos, intenção e gesto, vontade e capacidade, objetivos e meios para alcançá-los” (FERREIRA *et al*, 2001, p. 534-536). Em outras palavras, onde os recursos do Pronaf são investidos não está alcançando mudanças significativas no padrão socioeconômico dos agricultores.

A realidade encontrada é que em sua maioria são agricultores familiares capitalizados que acessam os recursos do Pronaf porque esta é uma operação de crédito cujos juros são atrativos. A maioria dos nossos entrevistados tem fontes de renda contínua, ou seja, não são agricultores que estão investindo para obter um patrimônio ou para sustentar-se exclusivamente por meio daquela atividade. Muitos destes têm a renda familiar composta por proventos oriundos de atividades fora da propriedade ou reforçada por aposentadorias ou pensões.

Dentro do universo pesquisado, encontrou-se agricultores que desejaram desistir do Pronaf, mas foram convencidos a permanecerem com os valores dos contratos por pelo menos mais um ano aplicados em cadernetas de poupança tendo em vista que os rendimentos obtidos nesta aplicação são suficientes para pagar os juros anuais do Pronaf. Outra sugestão dada a este beneficiário foi que o mesmo investisse em equipamentos novos para os tratores, cujo aluguel das máquinas rapidamente pagaria o investimento realizado.

Entretanto, conforme Cerqueira e Rocha (2002) essas barreiras, podem ser superadas através de uma intervenção governamental mais qualificada, que considere as novas dimensões do mundo rural e que tenha como premissa elementos de um modelo de desenvolvimento amparado na sustentabilidade econômica, social e ambiental em contraposição aos valores do modelo dominante. Para essas autoras, as críticas relacionadas às políticas públicas voltadas para o meio rural estão relacionadas ao próprio modelo de desenvolvimento em que as políticas públicas estão inseridas e na forma de relacionamento com os seus beneficiários. Pautadas no modelo convencional de desenvolvimento agrícola, as políticas públicas não consideram os aspectos socioeconômicos e ambientais de cada região. Ressaltam a importância de considerar a diversidade intra-regional existente, com produtores diferenciados não somente em termos de renda, mas também nos aspectos organizacionais, culturais, educacionais, tecnológicos, etc.

CAPÍTULO 7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

[...] enfatiza-se que a produção familiar rural representa um papel social e econômico importante para o desenvolvimento regional, na medida em que seu fortalecimento tem tanto um valor social, através da terra, do trabalho e da família, como um valor econômico, pois a geração de renda e de empregos dinamiza o consumo e a procura por serviços (MEDEIROS, 2002, p. 21).

Neste estudo, ao mesmo tempo em que destacamos a importância do Pronaf, consideramos, a partir dos resultados do estudo empreendido, que a participação e o acesso aos recursos creditícios do Pronaf no município de Tocantins não tem atendido às demandas reais dos agricultores familiares ao manter em suas bases uma lógica que privilegia os segmentos mais capitalizados e ainda dificulta a inclusão dos agricultores menos capitalizados. Concordamos com diversos autores que demonstram a necessidade de realizar ajustes neste programa, inclusive aqueles relacionados à forma de distribuição dos recursos, de modo a inserir o agricultor familiar nos mercados potenciais, de forma coletiva e com menores exigências de garantias. De uma forma geral, consideramos que a operacionalização do programa ocorre por meio de ações desarticuladas e são insuficientes e incapazes de gerar mudanças efetivas na situação socioeconômica do público beneficiário, fazendo com que o programa não atinja os seus objetivos plenos.

De uma forma geral percebe-se algumas deficiências da administração do Pronaf em Tocantins-MG, tanto por parte das instituições quanto no gerenciamento dos recursos pelos beneficiários. Por isso a seguir são apresentadas algumas sugestões na expectativa de que possam contribuir para apontar caminhos para superar alguns gargalos em sua implementação. Em resumo, as principais sugestões são:

- a) O programa precisa ser mais divulgado no município para que os potenciais interessados tomem conhecimento dos objetivos do Pronaf e também quanto à definição dos reais beneficiários. Esta maior divulgação poderia ser realizada em parceria, quando podem ser envolvidas as próprias instituições representantes dos agricultores familiares, instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural, o CMDRS e da agência do Banco do Brasil. Esta divulgação do Pronaf poderá contribuir inclusive, para ampliar a integração e a articulação entre as instituições responsáveis pela adminis-

tração do Programa no município. Nesse contexto proposto há necessidade de participação mais efetiva da agência do Banco do Brasil na divulgação do Pronaf porque muitos agricultores familiares, que necessitam e tem direito de acesso a essa política de crédito não tem costume com a linguagem e os trâmites burocráticos que envolvem uma operação de crédito.

- b) Há necessidade de se pensar em projetos regionais e locais que atendam as especificidades dos agricultores familiares, principalmente quando se toca na necessidade de organização de rede de trocas e mercados de forma que ele seja mais favorável. O agricultor e sua família têm necessidades diárias que precisam ser sanadas com o resultado das atividades praticadas. Por isso, é imprescindível que os projetos técnicos sejam planejados de acordo com as condições do mercado e a realidade local de modo que o resultado seja satisfatório para o agricultor e este possa cumprir seus compromissos com o banco. São imensos desafios, enfim;
- c) O município apresenta grande carência em relação aos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). A Emater, conforme já mencionamos em outras seções deste trabalho, conta com apenas um técnico para a realização do trabalho interno e externo. É fundamental a implementação de mudanças nessa situação e na forma como esse serviço é prestado, cabe à prefeitura ampliar seu convenio com a EMATER. Os agricultores apontam a necessidade da presença de técnicos qualificados que possam elaborar junto com eles políticas locais de fortalecimento da agricultura familiar para que a produção do município não se concentre em determinados produtos ou atividades. A concentração excessiva em determinadas atividades deixa os agricultores sem alternativas de obtenção de renda caso a comercialização da produção não cubra os gastos.
- d) A comercialização da produção é outro fator que necessita de atenção, pois, os produtos ficam vulneráveis à intermediação. Os próprios agricultores relatam que não têm dificuldades em produzir, mas sim, de obterem o retorno financeiro dos investimentos aplicados na atividade agropecuária devido aos baixos preços dos produtos. Neste sentido, é imprescindível que sejam discutidas e elaboradas novas formas de comercialização favoráveis a esse grupo produtivo.

Enfim, a participação e o acesso aos recursos creditícios do Pronaf não tem atendido as demandas reais dos agricultores familiares ao manter em suas bases uma lógica que privilegia os segmentos mais capitalizados e ainda dificulta a inclusão dos agricultores menos capitalizados. Esta pesquisa concorda com diversos autores que demonstram a necessidade de realizar ajustes neste programa, inclusive aqueles relacionados à forma de distribuição dos recursos que tente inserir o agricultor familiar no mercado, de forma coletiva e com menores exigências e garantias. De uma forma geral, na operacionalização do programa ações desarticuladas são insuficientes e incapazes de gerar mudanças efetivas no público beneficiário, fazendo com que o programa não atinja plenamente seus reais objetivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. São Paulo: MEAD, 1998a, 20p.

_____. **Agricultura familiar e serviço público**: novos desafios para a extensão rural. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v.15, n.1, p.137-157, jan./abr. 1998.

_____. **Do rural ao território**: uma proposta de trabalho. Anotações para o primeiro relatório do Projeto BRA/97/013, São Paulo/Rio de Janeiro: IPEA, 1998c, 13p.

_____. Inovações Institucionais no financiamento à agricultura familiar: o sistema CRESOL. – Anais do II Seminário Brasileiro da Nova Economia Institucional – CD ROM, Campinas. 2003. In: MATTEI, L. **Pronaf 10 anos**: Mapa da produção Acadêmica. Brasília: MDA, 2006. 1 CD ROM.

_____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRS, 2003. 149 p.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Seminário sobre reforma agrária e desenvolvimento sustentável. Fortaleza: 1998b, 9p.

_____. **Relatório Institucional da Secretaria de Agricultura Familiar**. Brasília: MDA/SAF 42p. 2002.

_____. PIKETTY, M. G. **Política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**: resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. Caderno de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 1, p. 53-66, jan./abr. 2005.

_____. VEIGA, J. E. da. **Novas instituições para o desenvolvimento rural**: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Brasília, DF: IPEA, 1999. 41 p. (Texto para Discussão, 641).

ALMEIDA, J. A. Turismo Rural: uma estratégia de desenvolvimento via serviços. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 1, 2001, São Paulo. **Turismo no Espaço Rural Brasileiro**. Anais... FEALQ. São Paulo, 2001.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia do desenvolvimento (rural) sustentável. In: Almeida J.; Navarro, Z. (orgs) **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 322.

ALVES, L. B. **Avaliação de um programa de renda e crédito rural na agricultura**. Viçosa: 1999. 87p. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). Universidade Federal de Viçosa.

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**. S. Paulo, Brasiliense, 1964. 267 p.

BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, 519p.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual do Crédito Rural**. Brasília, 2004.

BASTOS, F. Ambiente Institucional no financiamento da Agricultura Familiar: avanços e retrocessos. Natal: 2005. Tese (doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. In: MATTEI, L. **Pronaf 10 anos**: Mapa da produção Acadêmica. Brasília: MDA, 2006. 1 CD ROM.

BATISTELA, E. M. Agricultura familiar e desenvolvimento rural: avaliação da implementação do Pronaf no município de São Jorge d'Oeste - PR. Curitiba: 2000. Dissertação (mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná. In: MATTEI, L. **Pronaf 10 anos**: Mapa da produção Acadêmica. Brasília: MDA, 2006. 1 CD ROM.

BARBOSA, K. M. L; SOUSA, E. P. Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar no município de Mauriti-Ceará. [S. L.: s. n.]. In: MATTEI, L. **Pronaf 10 anos**: Mapa da produção Acadêmica. Brasília: MDA, 2006. 1 CD ROM.

BIANCHINI, V; PERACI, A. S.; NUNES, S. P. A relação entre as reformas de descentralização e o desempenho dos serviços públicos no setor agropecuário - o caso do sul do Brasil. Departamento de Estudos socioeconômicos Rurais (Deser). In: **Latin American Studies Association**, Dallas: 2003.

BLOS, W. O Turismo Rural na transição para um outro modelo de desenvolvimento rural. In: ALMEIDA, J. A.; RIELD, M. (Org.). **Turismo Rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000, p. 199-222.

BOISIER, S. **Desarrollo (local)**:?De qué estamos hablando? In_Determinantes e desafios contemporâneos. Santa Catarina: Edunisc, 2000. p. 228.

BORN, C. **Gênero, trajetória de vida e biografia**: desafios metodológicos e resultados empíricos. (Trad.: Beatriz Guimarães). Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 5, jan/jun 200, p.240-265.

BOSCHI, R. **Descentralização, clientelismo e capital social na governança urbana**: comparando Belo Horizonte e Salvador. DADOS, vol. 42, n. 4, 1999.

BRANDÃO, C. R. Do sertão à cidade: os territórios da vida e do imaginário do camponês tradicional In: MESQUITA e BRANDÃO (Orgs) **Territórios do Cotidiano**: Uma introdução a novos olhares e experiências. UFRGS. Universidade de santa Cruz do Sul / UNISC. Porto Alegre – Rio Grande do Sul, 1995.

BRASIL. Presidência da Republica. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 27 jan. 2008.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO da SILVA, J. **Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro**. Seminário internacional “O Novo Rural Brasileiro”, Campinas: IE/UNICAMP – Projeto Rurbano: março de 1999, 20p.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO da SILVA, J. Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. In: **O novo rural brasileiro: políticas públicas**. Jaguariúna, SP: Embrapa/Meio Ambiente, 2000. v.4. p.61-91.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO da SILVA, J. **O novo rural brasileiro: políticas públicas**. São Paulo: EMBRAPA, 2000.

CAMPOS, R. F; CARDOSO, J. L. PRONAF: Índices de financiamento e características da distribuição do crédito rural no Brasil de 1996 a 2001. Informações Econômicas, SP, v.34, n.11, nov. 2004. In: MATTEI, L. **Pronaf 10 anos: Mapa da produção Acadêmica**. Brasília: MDA, 2006. 1 CD ROM.

CÂNDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro, 1982.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. O Agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A.; RIELD, Mário. (Org.). **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000, p. 145-179.

CARDOSO, A.; ORTEGA, A. C. **Potenciais e limites de uma política de desenvolvimento local: o Pronaf Infra-Estrutura**. In: VI Encontro Nacional de Economia Política, 2001, São Paulo. Anais do Encontro Nacional de Economia Política. São Paulo: Sociedade Brasileira de Economia Política, v.1, p. 1-20, 2001.

CARNEIRO, M. J. **Política de desenvolvimento e o “Novo Rural”**. Seminário internacional “O Novo Rural Brasileiro”, Campinas: IE/UNICAMP – Projeto Rurbano, março de 1999, 37p.

CARNEIRO, M. J. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf**. Estudos Sociedade e Agricultura, no 8, p. 70-82, abril de 1997.

CARVALHO FILHO, J. J. de. Política agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a nova reforma agrária. In: LEITE, Sérgio. (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.

CAZELLA, A. A; MATTEI, L.; SCHNEIDER, S. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: MATTEI, L. **Pronaf 10 anos: Mapa da produção Acadêmica**. Brasília: MDA, 2006. 1 CD ROM.

CERQUEIRA, P. da S; ROCHA, A. G. **A agricultura familiar e o Pronaf: elementos para uma discussão**. Salvador: Bahia, Análise & Dados, 2002. V. 12, n. 3, p. 105-117. In: MATTEI, L. **Pronaf 10 anos: Mapa da produção Acadêmica**. Brasília: MDA, 2006. 1 CD ROM.

CHAYANOV, A. V. La organización de la unidad económica campesina. B. Aires, Nueva Vision, 1974. 339 p.

CORRÊA, V. P.; ORTEGA, A. C. **Pronaf**: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - qual o seu real objetivo e público – alvo? In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 40. Passo Fundo: 2002.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J. **Novo Rural**: uma abordagem ilustrada. Londrina (PR):IAPAR,2000.

DELGADO, N.G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, Sérgio. (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.

DEMETERCO NETO, A., SANTOS, F. D. A., NAGEM J. V. G. Estado e desenvolvimento sustentável: o problema da aplicabilidade das normas constitucionais. In: SILVA, C. L. (Org.). **Desenvolvimento sustentável**: um modelo analítico integrado e adaptativo. Petrópolis: Vozes, 2006. 176p.

DENARDI, R. A. **Agricultura Familiar e Políticas Públicas**: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v. 2, nº 3 jul/set.

DESER. **Manual do Pronaf**. Curitiba: Setembro de 1997, 62p.

EMATER. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável** –Tocantins-MG, 2007. 40p.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**. Brasília: Incra, 1994. 98p. Disponível em: <http://www.deser.org.br/biblioteca_read.asp?id=3>. Acesso em: 16 jan. 2008.

FAO/INCRA. **Diretrizes de Política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: FAO/INCRA, 1994.

FAO/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Fev. 2000. Disponível em: <http://www.deser.org.br/biblioteca_read.asp?id=3>. Acesso em: 16 jan. 2008.

FAO/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília: 2000.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília: FAO/INCRA, 1996. 84p.

FERREIRA, B. *et all*. Avanços e problemas: o Pronaf visto de baixo. In: MATTEI, L. **Pronaf 10 anos**: Mapa da produção Acadêmica. Brasília: MDA, 2006. 1 CD ROM.

FUKUIAMA, F. **Confiança**: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Tradução de Alberto Lopes. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

FURTADO, R., FURTADO, E. **A intervenção participativa dos atores (INPA)**: uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável. Brasília: IICA, 2000. 180 p.).

GASQUES, J.G. Gastos públicos na agricultura. In: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. da. (orgs.). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2001.

GASQUES, J.G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. da. **A demanda por terra para reforma agrária no Brasil**. Seminário sobre reforma agrária e desenvolvimento sustentável. Fortaleza – CE, novembro de 1998. Disponível no site: <<http://www.dataterra.org.br>>. Acesso em: 17 jan. 2008.

GAZOLLA, M; SCHNEIDER, S. AS DUAS “CARAS” DO PRONAF: Produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo? In: In: In: MATTEI, L. **Pronaf 10 anos**: Mapa da produção Acadêmica. Brasília: MDA, 2006. 1 CD ROM.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 5ªed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e Agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997. (Estudos Históricos).

GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo Rural Brasileiro**: As novas atividades no meio rural. São Paulo: EMBRAPA Meio Ambiente, 1998, v. 3, 218p.

GUALDA, N. L. P. **Agricultura familiar versus modelo agro-exportador**: o falso dilema da não coexistência. Disponível em: <<http://www.pce.uem.br/artigos/368.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2007.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GUIMARÃES, C.V.R.M. **Turismo no Ambiente Rural**: atividades não-agrícolas e turismo rural. Ação Ambiental, n.14, 16-18p. Outubro-Novembro, 2000.

GUIMARÃES, I. A.; DUARTE, L. M. **Desenvolvimento sustentável e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF**. XXXVIII Congresso da SOBER. 30 de julho a 05 de agosto de 2000. Rio de Janeiro.

HELFAND, S, M. REZENDE, G. C. A agricultura brasileira nos anos 1990: O impacto das reformas de políticas. In: GASQUES, José Garcia. CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P. R. da. (orgs.). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem da população/1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Texto para discussão nº 664. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar** - Relatório Técnico das Ações Desenvolvidas no Período 1995/1998. Brasília, agosto de 1999.

INTERSIND. Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Marcenaria de Ubá. **FEMUR 2006.** Disponível em: <<http://www.intersind.com.br>> Acesso em: 02 de Janeiro de 2007.

JOLLIVET, M. **Les collectivités rurales françaises**; 2. Sociétés paysannes ou lutte de classes au village. Paris, Armand Colin, 1974. 271 p.

KAYSER, B. Le village recomposé. In: **Programme Observation Du Changement Social. L'esprit des lieux.** Paris: CNRS, 1986, p. 41-67.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional.** Tradução de Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEITE, S. P.; ÁVILA, R. V. DE. **Um futuro para o campo:** reforma agrária e desenvolvimento social. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2007. P. 176. (Ciência no bolso).

LIMA, I. A; CARDOSO, J.L; SANCHES, G. S. A. Programa Nacional De Fortalecimento Da Agricultura Familiar: uma análise dos fundamentos científicos dos planos municipais de desenvolvimento rural no estado de São Paulo. In: MATTEI, L. **Pronaf 10 anos:** Mapa da produção Acadêmica. Brasília: MDA, 2006. 1 CD ROM.

MAGALHAES, A. M.; DIAS, F. **A atuação do Pronaf em Pernambuco:** uma análise a partir de microdados. In: Encontro de economistas de Língua Portuguesa. Recife: 2003. 2003. In: MATTEI, L. **Pronaf 10 anos:** Mapa da produção Acadêmica. Brasília: MDA, 2006. 1 CD ROM.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra.** São Paulo, Ciências Humanas, 1979. 157 p.

MATTEI, L. **Políticas públicas de fomento à produção familiar no Brasil:** o caso recente do PRONAF. In: XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Fortaleza, CE: julho de 2006.

MATTEI, L. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf):** concepção, abrangência e limites observados. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br/result.htm>> Acessado em: 20/08/2007.

MATTEI, L.; REBESCHINI, P. R. **Capacitação em gestão social para conselheiros municipais de desenvolvimento rural.** PRONAF/Fundação Lyndolpho Silva, Brasília, DF, 2000.

MEDEIROS, C. M. S. V. de. **O produtor familiar rural e a dinâmica econômica e social no espaço rural da região de Presidente Prudente nos anos 1980-90.** São Paulo: 2002. 276 p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo.

MENDRAS, H. Un schéma d'analyse de la paysannerie française. IN: JOLLIVET, Marcel. **Sociétés paysannes ou lutte de classes au village**. Paris, A. Colin, 1974. p. 11-38.

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa de Minas Gerais. **Municípios Mineiros**. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 12 de Janeiro de 2007.

MINAS GERAIS. **Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.descubraminas.com.br>>. Acesso em: 25 de Janeiro de 2007.

MOMBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo, Hucitec/Polis, 1984.

MORETTI, E. C.; RODRIGUES, A.M. Atividade Turística e Transformação Territorial: Discussão e ação do Estado no Pantanal-MS. In: GERARDI, L. H. de O.; MENDES, I. A.(Orgs). **Teoria, Técnicas, Espaços e Atividades**: Temas de Geografia Contemporânea. Rio Claro: UNESP, 2001. p. 269-281.

MOURA, M. M. **Invasão, expulsão e sucessão**: notas sobre três processos sociais envolvendo camponês e terra e suas consequências judiciais. Anuário Antropológico/1982. Tempo Brasileiro, 1983.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil**: os limites do passado e os caminhos do futuro. Estudos Avançados, v.15, n.43, São Paulo, sept./dec. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-142001000300009&script=sci_arttext&tlng=>> Acesso em: 20 nov. 2007.

NEVES, D. P. **Agricultura Familiar**: quantos ancoradouros. Disponível em: <[http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Bernardo2006bibliografia/Agricultura Familiar. pdf](http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Bernardo2006bibliografia/Agricultura%20Familiar.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2007.

OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1984.

OLIVEIRA, C. G. de S. o sucesso como possível fator de descaracterização de empreendimentos de turismo rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 3, 2001, Piracicaba-SP. **Turismo no Espaço Rural**. Anais... Piracicaba-SP: FEALQ. P. 277-284.

OLIVEIRA, C. M. **Políticas de desenvolvimento rural**: avaliação pró-ativa das intervenções entre 1996-2005 no Estado do Pará. 2006. 90f. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Extensão Rural, Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, 2006.

ORTEGA, A. C. *et al.* **A dinâmica das ocupações não-agrícolas no Estado de Minas Gerais nas décadas dos anos oitenta e noventa**. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. Boletim de Geografia Agrária. Rio Claro: Ageteo, 1995. Anais... v.1, p.151-177.out./dez. 1995.

PALMEIRA, M. **Campesinato, fronteira e política**. Anuário Antropológico/76. R. Janeiro, Tempo Brasileiro, PAPMA, Frans. Contesting the household estate; southern

brazilian peasants and modern agriculture. Amsterdam, CEDLA, 1992. 176 p. (Latin America Studies, 67).

PALMEIRA, M.; LEITE, S. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA, L. F; SANTOS, R. N. (orgs.). **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 1998.

PEREIRA, L. G. T. C. Avaliação do PRONAF através do Comportamento dos atores municipais: Estudo de caso em Espírito Santo do Pinhal/SP. 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. In: MATTEI, L. **Pronaf 10 anos**: Mapa da produção Acadêmica. Brasília: MDA, 2006. 1 CD ROM.

PESSOA, Z. S. Promoção Econômica, formação e renda. 2000. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2000. In: MATTEI, L. **Pronaf 10 anos**: Mapa da produção Acadêmica. Brasília: MDA, 2006. 1 CD ROM.

PIETRAFESA, J. P., **Organização do Trabalho em Indústria Canavieira**: O Caso de Goianésia. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação), UFG, Goiânia, 1995.

PIETRAFESA, José Paulo. **Agricultura familiar**: a construção de um conceito. (Texto Para Discussão), 2005, 22p.

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF. Brasília: Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária - MAARA, 1994.

REIS, D. S. dos. **O Rural e o urbano no Brasil**. Caderno de Geografia, Belo Horizonte, v. 15, n. 25, p. 77-92, 2º sem. 2005.

REIS, D. S. dos. **O Rural e Urbano no Brasil**. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambú- MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

RODRIGUES, A. B. Turismo Eco – Rural: interfaces entre o ecoturismo e o turismo rural in: ALMEIDA, Joaquim A; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (Orgs) **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Papyrus Editora. São Paulo, 2000.

SANTOS, B. S. **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 514.

SANTOS, J. V. T. dos. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. S. Paulo, Hucitec, 1978. 182 p. (Ciências Sociais, Realidade Social).

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo Hucitec. São Paulo, 1999.

SCHAPPO, S. Políticas públicas no meio rural: o Pronaf e suas inter-relações com o fenômeno da migração na mesorregião Oeste de SC. Florianópolis: 2003, 140 p. disser-

tação (mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina. In: MATTEI, L. **Pronaf 10 anos: Mapa da produção Acadêmica**. Brasília: MDA, 2006. 1 CD ROM.

SCHNEIDER, S. *et all*. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; KUNRATH SILVA, M.; MORUZZI MARQUES, P. E. (Orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre-RS, Editora da UFRGS, 252p., p. 21-49, 2004. (Série: Estudos Rurais).

SCHNEIDER, S. **Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 18, nº 51, fev/2003.

SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. A. V. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, J. A.; RIELD, M. (Org.). **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000, p. 15-50.

SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos: sociedades e agricultura**, n. 16, 2001. p. 164-184.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Lauro Teixeira. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

SIDERSKY, P. **Sobre a especificidade do pequeno produtor: uma introdução ao debate sobre a unidade econômica camponesa**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991. 22p. (Textos para Debate).

SOLERA, C. R. **Os Entraves Institucionais na implantação do Turismo Rural**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 1, 2001, Piracicaba-SP. Turismo no Espaço Rural Brasileiro. Anais... Piracicaba-SP: FEALQ. P.69-74.

TORESAN, L.; GUZZATTI, T. C. *et al*. **Levantamento de Empreendimentos Turísticos no Espaço Rural de Santa Catarina: localização, categorização e descrição geral**. Florianópolis, SC, 2002. 58 p.

VALVERDE, O. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 3-79, 1958.

VEIGA, J. E. da . **Uma linha estratégica de desenvolvimento agrícola**. Revista de Economia Política, São Paulo, 12 (2): 88-105, abr/jun. de 1992.

VEIGA, J. E. da. **A opção pela agricultura familiar: Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, 25 (3): 127-146, nov. de 1997.

VEIGA, J. E. da. Agricultura familiar e sustentabilidade, GT “Processos Sociais Agrários”, **XX Encontro Nacional da ANPOCS**, Caxambu, MG, 22 a 26 de outubro de 1996.

VEIGA, J. E. da. **Cidades Imaginárias**. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

VEIGA, J. E. da. **Delimitando a agricultura familiar**. Encontro Nacional de Economia, 23, Salvador. Anais... Salvador : ANPEC, v. 2, p. 41-59, 1995.

VILELA, S. L. de O. Qual política para o campo brasileiro? (do Banco Mundial ao Pronaf: a trajetória de um novo modelo?). Texto preparado para o XXXV congresso da SOBER, Natal –RN : agosto de 1997, 15p. In: MATTEI, L. **Pronaf 10 anos**: Mapa da produção Acadêmica. Brasília: MDA, 2006. 1 CD ROM.

WAIBEL, L. H. **As zonas pioneiras do Brasil**. Revista Brasileira de Geografia, 17,4: 3-37.

WANDERLEY, M. de N. B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas**: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Estudos Sociedade e Agricultura, 15, outubro 2000: 87-145.

_____. **Trajetória social e projeto de autonomia**: os produtores familiares de algodão na região de Campinas, São Paulo. Campinas, UNICAMP, 1988. 166 p (Cadernos do IFCH, 19).

_____. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Passo Fundo (RS): UPF, 1999.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João C. **Agricultura familiar: realidade e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo (RS): UPF, 2001.

_____. **A agricultura familiar no Brasil**: um espaço em construção. 1995. Mimeo.

_____. **O ‘lugar’ dos rurais**: o meio rural no Brasil moderno. In: resumo dos Anais do 35º CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL: o público e o privado na agricultura brasileira, Natal, 1997. SOBER – SOCIEDADE BRASILEIRA de ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, Brasília, 1997.

WOLF, E. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1976.

YIN, R. K. **Case study research: design and methods**. 2 ed. USA: Sage Publications, 1997.

ANEXOS

ANEXO 01: ROTEIROS DAS ENTREVISTAS

Roteiros das entrevistas realizadas junto aos representantes das instituições correlatas ao crédito rural no município de Tocantins-mg (primeira etapa).

- 1- Qual a importância da agricultura para o município de Tocantins-MG?
- 2- Qual a importância do meio rural?
- 3- Quais políticas existem para o meio rural no município?
- 4- Você conhece o Pronaf? Como o Pronaf é administrado no município?
- 5- Qual o papel da instituição que você representa, em relação ao Pronaf?
- 6- Qual o perfil dos agricultores que contratam o Pronaf em Tocantins?

Roteiro para entrevistas junto aos representantes das organizações correlatas ao crédito rural no município de Tocantins-MG (segunda etapa).

i) SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS (STR)

- 1- Qual a atuação do sindicato junto aos agricultores familiares do município de Tocantins?
- 2- O STR desenvolve políticas no sentido de promover:
 - a) Assistência técnica aos agricultores familiares
 - b) Capacitação dos agricultores familiares
 - c) Formação de Associações, Cooperativas, etc.
- 3- A exigência do enquadramento do agricultor como “agricultor familiar” para acessar o Pronaf contribuiu para aproximar os agricultores do STR?
- 4- Quais os documentos que são exigidos para certificar o agricultor como Agricultor Familiar? É possível ocorrer fraude nesta certificação?
- 5- O STR promove a divulgação do Pronaf junto aos agricultores familiares? De que forma isso é feito?
- 6- De que forma o STR atua junto ao Banco do Brasil, no sentido de ampliar e facilitar o atendimento dos agricultores familiares pelo Pronaf?
- 7- Como o STR avalia a atuação do Banco do Brasil como agente financeiro que opera o crédito rural no município?

- 8- Na visão do STR, existem obstáculos que dificultam o acesso dos agricultores familiares ao crédito rural? Quais?
- 9- O STR percebe alguma alternativa, adotada pelo município de Tocantins, para favorecer o acesso dos agricultores familiares ao crédito rural?
- 10- Como é o relacionamento do STR com o Banco do Brasil e com a Emater?

ii) INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

- 1- Qual o perfil dos clientes que são agricultores familiares (em termos de tamanho da propriedade, grau de especialização, situação em relação a terra, etc)?
- 2- Quais as atividades produtivas que são relacionadas aos pedidos de financiamentos?
- 3- De que forma é feita a divulgação do Pronaf junto aos agricultores familiares? Há parcerias com outras instituições como a Emater e o STR?
- 4- Atualmente quais são os requisitos que o agricultor familiar tem que preencher para se tornar beneficiário do Pronaf (em termos de grau de especialização, garantias, etc)?
- 5- A mudança em relação à classificação dos beneficiários em faixas contribuiu para simplificar ou até facilitar o acesso dos agricultores familiares ao Pronaf? De que forma?
- 6- Quais os critérios que são utilizados pelo Banco do Brasil para analisar e aprovar as solicitações de financiamento quanto à viabilidade da produção e da capacidade dos agricultores familiares para quitar a dívida? (Neste caso é considerado a capacidade de pagamento da dívida, as rendas alternativas, detalhamento dos projetos)?
- 7- Quando uma solicitação de crédito do Pronaf não é aprovada, o agricultor familiar tem outra opção de crédito (crédito pessoal, cheque especial, etc)?
- 8- De que forma o Banco do Brasil avalia a criação dos Fundos de Aval? Existem iniciativas de criação dos Fundos de Aval em Tocantins?

iii) EMATER (EXTENSÃO RURAL OFICIAL DO MUNICÍPIO DE TOCANTINS).

- 1- A necessidade de certificação do agricultor familiar, fornecida pela Emater e pelo STR, para a solicitação de crédito especial junto às instituições financeiras contribuiu para aproximar o agricultor familiar da Extensão Rural?
- 2- Quais são as demandas mais frequentes dos agricultores familiares, na elaboração dos projetos para solicitar o crédito do Pronaf?
- 3- Qual a porcentagem de agricultores familiares do município que buscam apoio da Emater?

- 4- Quais as características dos projetos dos agricultores familiares para solicitar o acesso aos recursos do Pronaf (porcentagem de solicitações de custeio e de investimento, atividades a serem financiadas, valores médios dos contratos, número de contratos por agricultor, etc).
- 5- De que forma é justificada a viabilidade dos projetos (quanto a capacidade de pagamento dos agricultores familiares, viabilidade da produção ou do investimento a ser realizado, etc)?
- 6- Na visão da Emater, quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares para gerir os recursos do Pronaf nas unidades produtivas?
- 7- Quais são as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares para a aprovação das solicitações de crédito do Pronaf pela instituição financeira?
- 8- Como a Emater avalia a atuação do Banco do Brasil, em relação à gestão do Pronaf no município de Tocantins?
- 9- Qual a relação entre a Emater e as demais instituições relacionadas ao desenvolvimento da agricultura familiar no município de Tocantins?
- 10- A Emater desenvolve algum tipo de ação direcionada a criação de associações e cooperativas no município? Qual?

ROTEIRO DE ENTREVISTAS REALIZADAS JUNTO AOS AGRICULTORES FAMILIARES.

- 1- Nome:
- 2- Endereço:
- 3-Área da propriedade:
- 4- Situação em relação a terra: Proprietário; Meeiro; Arrendatário; Parceiro; Outros.
- 5- Quantas famílias moram em sua propriedade?
- 6- Qual o tipo de mão-de-obra utilizada na propriedade?
(☐) Familiar; (☐) Familiar e temporária; (☐) Familiar e empregados permanentes; (☐) Apenas trabalhadores temporários; (☐) Apenas empregados permanentes;
Outros:
- 7- O Sr (a) já teve acesso a outros programas de crédito agropecuário além do Pronaf?
Como eram as regras deste programa de crédito?
- 8- Há quanto tempo o Sr (a) é beneficiário do Pronaf?
- 9- Quantos contratos do Pronaf o Sr (a) possui atualmente?
- 10- Pretende renová-lo (s)? Por que?

- 11- O valor dos recursos liberados é suficiente para custear as atividades de sua propriedade?
- 11- Os prazos e condições para renovação do contrato do Pronaf são adequados para as atividades que o Sr (a) desenvolve?
- 12- Quais as principais dificuldades que o Sr (a) enfrentou para se tornar beneficiário do Pronaf?
- 13-Quais as atividades da propriedade que são custeadas pelos recursos do Pronaf?
- 14- O Sr (a) buscou acompanhamento técnico na implantação e desenvolvimento do projeto?
- 15-Quais os principais problemas que o Pronaf apresenta?
- 16- Quais as vantagens que o Pronaf apresenta?
- 17- Ocorreram mudanças nos rendimentos de sua propriedade após a aplicação dos recursos do Pronaf?

ANEXO 02: SÍNTESE DOS DADOS DE CAMPO

TABELA 01: Área das propriedades rurais dos agricultores entrevistados

ÁREA (Ha)	Nº DE PROPRIEDADES
92,5	5
39	1
37	1
33	1
28	3
27	2
24	2
23	1
22	1
21	4
19	1
15	1
13	1
11	7
10	3
8	1
7,5	1
7	3
4	1
2	2
TOTAL	42

Fonte: trabalho de campo - Jan./ Mar. 2009.

TABELA 02: Situação dos agricultores familiares em relação a terra

SITUAÇÃO EM RELAÇÃO A TERRA	Nº DE AGRICULTORES
Proprietário	26
Meeiro	2
Arrendatário	2
Parceiro	12
Outros	-

Fonte: trabalho de campo - Jan./ Mar. 2009.

TABELA 03: N°. de famílias que residem nas propriedades dos entrevistados

<i>Nº DE FAMÍLIAS</i>	<i>Nº DE PROPRIEDADES</i>
0	9
1	16
2	8
3	6
4	2
5	1
TOTAL	42

Fonte: trabalho de campo - Jan./ Mar. 2009.

TABELA 04: Tipo de mão-de-obra utilizada nas propriedades dos entrevistados

<i>TIPO DE MÃO - DE - OBRA</i>	<i>Nº DE PROPRIEDADES</i>
Somente Familiar	19
Familiar e Temporária	16
Familiar e Empregados Permanentes	1
Somente Trabalhadores Temporários	0
Somente Empregados Permanentes	0
Familiar e Meeiros	6
Outros	0
TOTAL	42

Fonte: trabalho de campo - Jan./ Mar. 2009.

TABELA 05: tempo médio que os agricultores são beneficiários do Pronaf

<i>TEMPO DE CONTRATO (ANO)</i>	<i>Nº DE AGRICULTORES</i>
1	0
2	4
3	10
4	11
5	8
6	0
7	2
8	4
9	1
10	0
11	1
12	1
TOTAL	42

Fonte: trabalho de campo - Jan./ Mar. 2009.

TABELA 06: Modalidade/agricultores/porcentagem dos agricultores que acessam as respectivas modalidades

<i>MODALIDADES</i>	<i>Nº DE AGRICULTORES</i>	<i>AGRICULTORES QUE ACESSAM CADA MODA- LIDADE (%)</i>
Custeio	26	61,90
Investimento	5	11,90
Custeio e Investimentos	11	26,2
<i>TOTAL</i>	42	100

Fonte: trabalho de campo - Jan./ Mar. 2009.

TABELA 07: Renovação do contrato

<i>Nº de agricultores que pretendem renovar o contrato do Pronaf</i>	<i>Nº de agricultores que não pretendem re- novar o contrato do Pronaf</i>
37	5
<i>TOTAL</i>	42

Fonte: trabalho de campo - Jan./ Mar. 2009.

TABELA 08: O valor liberado é suficiente para custear as atividades?

<i>SIM</i>	<i>NÃO</i>
31	11
<i>TOTAL</i>	42

Fonte: trabalho de campo - Jan./ Mar. 2009

TABELA 09: Em relação aos prazos de renovação.

<i>O PRAZO DE RENOVAÇÃO DO PRONAF SÃO ADEQUADOS</i>	<i>O PRAZO DE RENOVAÇÃO DO PRONAF NÃO É ADEQUADO</i>
27	15
<i>TOTAL</i>	42

Fonte: trabalho de campo - Jan./ Mar. 2009

TABELA 10: Principais dificuldades enfrentadas para se tornar beneficiário do Pronaf.

DIFICULDADES	Nº DE AGRICULTORES
Nenhuma dificuldade ⁷²	16
Avalistas	10
Burocracia ⁷³	6
Exigência de documentos impossíveis de serem obtidos	5
Valor das garantias muito maiores do que o do empréstimo	5
TOTAL	42

Fonte: trabalho de campo - Jan./ Mar. 2009

TABELA 11: ATIVIDADES FINANCIADAS COM OS RECURSOS DO PRONAF.

ATIVIDADES FINANCIADAS	Nº DE AGRICULTORES
Olerícolas ⁷⁴	12
Olerícolas e produção de leite	15
Olerícolas, Milho e Feijão	4
Leite, formação e limpeza de pastos	4
Produção de leite	2
Fruticultura ⁷⁵	4
Cana- de- açúcar e goiaba	1
TOTAL	42

Fonte: trabalho de campo - Jan./ Mar. 2009

TABELA 12: Vantagens que o Pronaf apresenta enquanto programa de crédito

VANTAGENS APRESENTADAS PELO PRONAF	Nº DE AGRICULTORES
Juros baixos	17
Juros baixos e fácil acesso	4
Dinheiro disponível fora da época da colheita	5
Proporciona aumento da área plantada e da produção	6
Evita endividamentos em lojas que vendem insumos ⁷⁶	6
Nenhuma	4
TOTAL	42

Fonte: trabalho de campo - Jan./ Mar. 2009

⁷² Entre os agricultores que declararam não terem enfrentado dificuldades para se tornarem beneficiários do Pronaf, três deles, enfrentaram sérios problemas relacionados ao seguro, na **renovação** do Pronaf em 2009.

⁷³ Nas entrevistas, os agricultores familiares se referiam à existência de burocracia todas as vezes que não conseguiam obter um documento exigido pelo banco ou à exigência de vários documentos.

⁷⁴ Os cultivos citados em ordem decrescente foram: tomate, pepino, abóbora, jiló e pimentão.

⁷⁵ As frutas cultivadas por estes agricultores são: goiaba e tangerina Pokan,

⁷⁶ Nestas lojas, os juros mensais são muito maiores do que aqueles cobrados anualmente pelo Pronaf.

TABELA 13: Houve aumento dos rendimentos da propriedade após a aplicação dos recursos do Pronaf.

<i>AUMENTO NOS RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE ORIUNDOS DOS RECURSOS DO PRONAF</i>	
Sim	28
Não	6
Grande aumento dos rendimentos	4
Pequeno aumento dos rendimentos	4
<i>TOTAL</i>	42

Fonte: trabalho de campo - Jan./ Mar. 2009

TABELA 14: Atividades exercidas fora da atividade agropecuária

<i>ATIVIDADES EXERCIDAS FORA DAS PROPRIEDADES RURAIS</i>	<i>Nº. DE PESSOAS</i>
Administrador	1
Balconista	2
Costureira	2
Cobrador	1
Fisioterapeuta	1
Professora (Rede Estadual)	3
Professora (Rede Municipal)	2
Ajudante geral em laticínio	4
Tratorista	1
<i>TOTAL</i>	17

Fonte: trabalho de campo - Jan./ Mar. 2009

ANEXO 03: CÓPIA DA ATA DA REUNIÃO REALIZADA NA SEDE DO STR DE TOCANTINS-MG.

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA ONZE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E NOVE AS NOVE HORAS NA SEDE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TOCANTINS PARA DISCUSSÃO DE QUESTÕES DO PRONAF.

Ao décimo primeiro dia do mês de fevereiro de dois e nove, às nove horas reuniram-se na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tocantins: Aparecida de Fátima Benedito Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Michele Aparecida da Silveira, funcionária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Darci Marcelo R. da Costa, tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Ciro de Castro e Ismael José Esteves Filho, representando o Banco do Brasil, José Domingos Telles e Marco Aurélio Salgado Filho representando a EMATER, Marcio Lucareli e Edgar Marcos representando os pronafistas, Vanderley Antonio Chilese, representando a FETAEMG, José Maciel representando o Sindicato dos Produtores Rurais. A presidente Aparecida de Fátima Benedito Silva, cumprimentou aos presentes desejando boas vindas a todos, a seguir foi feita uma oração de fé em agradecimento a Deus pela oportunidade de estarmos reunidos neste dia. Logo após Aparecida de Fátima deu início aos trabalhos fazendo uma breve exposição do motivo de estarmos reunidos, relatando as dificuldades levantadas pelos pronafistas perante o banco quanto à liberação do crédito. José Domingos disse que, de acordo com as reclamações dos pronafistas, a Instituição financeira está exigindo garantias "praticamente impossíveis" como condição para que o crédito seja liberado. Disse ainda que em 2008 (dois mil e oito) o número de pronafistas diminuiu muito devido a grande burocracia imposta pelo banco. O pronafista Marcio Lucareli falou das dificuldades que tem enfrentado dizendo que o banco está exigindo que ele penhore todos os bens, que faça seguro de vida, e exigindo até certidão de bons antecedentes criminais. "Uma burocracia abusiva", segundo Vanderley, "merecendo até denúncia." Disse ainda que o PRONAF é uma conquista do Movimento sindical em benefício do agricultor familiar e que não pode haver diferenças entre as entidades parceiras para que o crédito possa ser bem empregado. O pronafista Edigar Marcos falou também de suas dificuldades dizendo que o banco está exigindo que ele faça contrato de parceria com a esposa, sendo que o mesmo é proprietário e que penhore todos os seus bens para que o crédito seja liberado. Representando o banco do Brasil, Ismael disse que realmente essas garantias exigidas são abusivas já que a garantia real é de no máximo 80% (oitenta por cento) do bem financiado e somente em créditos acima de R\$10.000,00 (dez mil reais). Prometeu fazer uma reunião interna com os funcionários do banco para que possa haver um entendimento, se necessário poderá haver até uma troca de funções entre os funcionários para uma melhor prestação de serviços ao pronafista. Disse ainda que os pronafistas Marcio e Edigar poderão comparecer amanhã até agência para que sejam sanadas as dificuldades para a liberação do crédito. Em outro Ponto de discussão, José Domingos falou da importância do CMDRS no município e disse que poderá ser um grande fiscalizador do PRONAF e pediu que o Banco indicasse um representante para composição do CMDRS, já que devemos trabalhar em parceria. Ismael disse levar esse ponto de discussão à reunião interna com o banco. A seguir, em outro ponto Ismael pediu a colaboração da EMATER e Sindicato para que chamemos os pronafistas inadimplentes para uma conversa com intuito de esclarecimentos das renegociações das dívidas. Aparecida de Fátima sugeriu reuniões nas comunidades para levar informação aos agricultores, reuniões estas realizadas através do CMRS, sindicatos, EMATER e o Banco do Brasil. A seguir depois de acertados todos os pontos da reunião e ninguém mais desejando se manifestar, Aparecida de Fátima agradeceu a presença de todos os presentes e deu por encerrada a reunião. Eu Michele Aparecida da Silveira, presente à reunião lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pela presidente.

Michele Aparecida da Silveira

Michele Aparecida da Silveira
(secretária dos trabalhos)

Aparecida de F. B. Silva
Aparecida de Fátima Benedito Silva
(presidente)

Tocantins, 11 de fevereiro de 2009.

ANEXO 04: LISTA DE AGRICULTORES FAMILIARES ENTREVISTADOS.

Afrânio Meireles Senra.
Aloísio Mendes Peixoto.
Antônio Maurício Pereira.
Antônio Ribeiro Mariano.
Célio Ferreira Batista.
Claudomiro Pires de Camargo.
Cleber Rocha.
Daniel Dias de Carvalho.
Darci Marcelo Rodrigues da Costa.
Edigar Marcos.
Elias de Oliveira.
Feliciano Soares Pereira.
Flantor Pires da Luz.
Francisco Tadeu de Oliveira.
Geneci Pires do Amaral.
Geneci Soares Beraldo.
Ideir Soares Souza Lima.
Jair Costa Meireles.
João Batista Marques.
João Célio Teixeira.
João de Oliveira Braga.
João Paulo Soares.
Jones Mota Tavares.
José Carlos de Oliveira Mendes.
José Carlos de Sousa Peixoto.
José de Oliveira Marques Filho.
José do Carmo Cordelli.
José Joaquim Martins de Oliveira.
José Pinto Maciel.
Lair Sebastião de Assis Meireles.
Márcio Lucarelli Gropo.
Márcio Teixeira Pires.
Marco Antônio Meireles Senra.

Maria Perpétua Meireles Marques.
Marina Gonçalves Gomes da Silva.
Nélio Meireles Cancela.
Renato de Oliveira Marques.
Rossir Pires Lima.
Sebastião Bordalo.
Vicente de Paulo Ferreira.
Wilson Cléver de Oliveira.

Exceto um dos entrevistados solicitou a não divulgação de seu nome. Os listados anteriormente foram consultados e autorizaram a divulgação de seus nomes, não os identificando, porém, com os trechos de suas falas apresentados no corpo desta dissertação.
